

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

BELIZA STASINSKI LOPES

**PEDAGOGIA DA LUTA: AÇÕES DE PROTESTO E GREVES DE CONQUISTA E
RESISTÊNCIA DO CPERS/SINDICATO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO**

Santa Cruz do Sul

2019

BELIZA STASINSKI LOPES

**PEDAGOGIA DA LUTA: AÇÕES DE PROTESTO E GREVES DE CONQUISTA E
RESISTÊNCIA DO CPERS/SINDICATO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO.**

Dissertação apresentada ao Programa da Pós Graduação
em Educação – Mestrado e Doutorado, Linha de Pesquisa
Educação, Trabalho e Emancipação da Universidade de
Santa Cruz do Sul – UNISC.

Professora Orientadora: Dr^a Cheron Zanini Moretti.

Santa Cruz do Sul

2019

BELIZA STASINSKI LOPES

**PEDAGOGIA DA LUTA: AÇÕES DE PROTESTO E GREVES DE CONQUISTA E
RESISTÊNCIA DO CPERS/SINDICATO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO.**

Aprovada em __25__ de __2__ de 2019.

Prof.^a Dr.^a Cheron Zanini Moretti – Orientadora- UNISC

Prof. Dr. Éder da Silva Silveira-UNISC

Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano- UFPEL

CIP - Catalogação na Publicação

Stasinski Lopes, Beliza

Pedagogia da Luta: : Ações de protesto e greves de conquista e resistência em tempos de neoliberalismo. / Beliza Stasinski Lopes. – 2019.

142 f. : il. ; 2 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

Orientação: PhD. Cheron Zanini Moretti.

1. Pedagogia da Luta. 2. Educação. 3. Trabalho. 4. greve. 5. CPERS/Sindicato. I. Zanini Moretti, Cheron. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

Aos professores e professoras estaduais do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo, pela coragem e para aqueles que fazem da educação um projeto de vida.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a escola Instituto de Educação Gomercinda Dornelles Fontoura, através de sua direção e corpo docente, pela motivação que recebi em fazer esse curso de mestrado e fazer uma alusão a responsabilidade destes profissionais com a profissão de professor.

Entrego essa dissertação em forma de homenagem aos professores (as), lutadores (as) sociais que lutam incansavelmente por melhores condições de vida e de ensino do Rio Grande do Sul.

Foram fundamentais para essa pesquisa as pessoas que participaram dela através de depoimentos e entrevistas, por isso, gostaria de agradecê-los profundamente, sendo eles: João Batista Cardoso Fontoura, Fabrício Correa, Rejane de Oliveira, Pablo Henrique dos Santos, Nei Sena, Daniel Damiani, Lucas Berton, Tania Freitas, Tania Margarete Silveira e Marino Simon, agradeço também a Eduardo Ruphental, a Maria Alaídes Rodrigues, e a Laurindo Astir Rodrigues, todos (as) professores (as) e ou dirigentes do CPERS/Sindicato.

Agradeço aos colegas Rafael Britto e a Cristina Vergutz, pelo companheirismo, livros emprestados e conversas e a toda turma de pós-graduação em educação da UNISC, 2017/01 pela vivência e experiência produtivas do processo de ensino.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, a coordenação e secretaria pelo ótimo atendimento e compreensão quando foi necessário. Aos (as) professores (as) do programa de pós-graduação, especialmente a minha orientadora Cheron Zanini Moretti pelas ótimas aulas e troca de conhecimento.

Agradeço ao CPERS/Sindicato pela possibilidade de realização da pesquisa.

Faço um agradecimento especial a minha família, principalmente aos meus pais Sirlei Madalena Stasinski Lopes e Clementino dos Santos Lopes pelo apoio incondicional.

Agradeço a Deus pela vida e pela possibilidade de realização dos meus sonhos.

Aos militantes que me instigam a vida e a pesquisa.

Também agradeço a CAPES –Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos, sem esta, seriam maiores as dificuldades para realização deste objetivo.

Meu povo e meu poema crescem juntos
como cresce no fruto
a árvore nova

No povo meu poema vai nascendo
como no canavial
nasce verde o açúcar

No povo meu poema está maduro
como o sol
na garganta do futuro

Meu povo em meu poema
se reflete
como a espiga se funde em terra fértil

Ao povo seu poema aqui devolvo
menos como quem canta
do que planta

(Ferreira Gullar, Meu povo, meu poema)

“Avante educadores de pé, unidos pela educação, lutamos
todos juntos com fé, neste momento, nesta nação, reivindicar verbas mais justas para o ensino
e as categorias, exigir nossos direitos, ensinar democracia”.
(Hino do CPERS/Sindicato)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado traz como tema de estudos as greves do CPERS/Sindicato em tempo de neoliberalismo com o foco no desenvolvimento de uma pedagogia que emerge no processo da luta social. Essa pedagogia acontece a partir da necessidade organizativa dos/das docentes que estão inseridos na lógica de exploração do trabalho mediada pelo Estado na sociedade capitalista. Particularmente, essa categoria de trabalhadores/as está submetida a baixos salários, pagos de forma parcelada, a sobrecarga de trabalho e a precarização das relações de trabalho. Essa realidade tem levado os/as professores/as, no estado do Rio Grande do Sul, a auto-organização política e a construção do movimento social. A pesquisa teve como objetivo compreender os significados pedagógicos da greve e das ações de protestos impulsionada pelo CPERS/Sindicato, em 2017, bem como os sentidos da sua participação para a educação política frente a política de desvalorização do trabalho docente. Para a realização da análise de informações foi utilizada a Teoria Social dos Movimentos Sociais, a partir do materialismo histórico e dialético. As ferramentas utilizadas na pesquisa foram: entrevistas semiestruturadas com dirigentes e militantes de base do CPERS/Sindicato, e análise de documentos. Na pedagogia da luta, os/as trabalhadores/as docentes entendem que não é possível comprometer-se com uma posição em assembleia e contrariá-la na escola (comprometimento com o coletivo); que, em tempos de neoliberalismo, o governo estadual segue à risca a esse receituário enfraquecendo o próprio poder do Estado, mas que esses são tempos de resistência, e a greve, nesse contexto, foi a arte de resistir a essa política (resistência coletiva). Procurou-se trazer o acompanhamento da negociação entre o sindicato e o governo, reconhecendo a consciência dos limites da ação, que fazem parte de uma educação política, que é desafiadora, pois exercida contra um poder instituído (educação política na ação). Na ação coletiva se estabelecem alguns sentidos da participação, pois no movimento sindical se conhece uma forma radicalizada de democracia; que, por fim, devido à luta coletiva desenvolve-se um sentimento de pertencimento a um grupo social, através da homogeneização do discurso, seja através dos problemas em comum enfrentados que reforçam seus laços de solidariedade e contribuem na construção de uma identidade coletiva.

Palavras-chaves: Pedagogia da luta; Educação e Trabalho; CPERS Sindicato; Resistência; Greve.

ABSTRACT

This master's degree thesis revolves around the strikes of the CPERS/Syndicate in times of neoliberalism, focusing on the conformity of a pedagogy that emerges in the process of the social struggle. This pedagogy exists from the organizational need of teachers inserted into the Capitalist way of profiteering by the State. Particularly, this category of workers is submitted to low wages in installment, work overload and precarious relations of production. This context has been conditioning teachers of Rio Grande do Sul to political self-organization and the generation of the social movement. The research aimed at understanding the pedagogical meanings of the strike and of the actions put forward by the CPERS, in 2017, as well as the meaning of its contribution to political education facing the political depreciation of the faculty. The analysis was accomplished with the usage of the social movement theory from the lens of dialectical materialism. It was crafted from semistructured interviews with CPERS' basis leaders and activists, and analysed documents. In the pedagogy of the struggle, the workers understand that it isn't viable to compromise in the position of an assembly and contradict it in the school, which, in times of neoliberalism, the state government strictly follows this prescription, weakening the very power of the State, but that since these are times of resistance, and the strike, in such context, was the art of resisting to these politics (collective resistance); it sought to bring the procession of the negotiation between the Sindicato and the State, acknowledging the limits of the action, that are part of political education, which is challenging, for it's exerted against a institutional power (political education in action); in the collective action it's established some means of participation, because in the union movement there's a radicalized form of democracy, which, in the end, due to the collective struggle, a sense of belonging to a social group is developed, be it through the homogenization of speech, be it through the common struggles which reinforce those liaisons and contribute in the making of a collective identity.

Keywords: Pedagogy of struggle; Education and work; CPERS Sindicato; Resistance; Strike.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Em dia de greve, ato do CPERS denuncia a política de morte contra a educação pública.	31
Figura 2: Mapa do Piso Salarial em 2011.	58
Figura 3: Mapa 2- Vencimentos básicos no início da Carreira (40 horas) por Estados do Brasil- 2015.	59
Figura 4: O cenário no Governo Estadual -2017.	67
Figura 5: A situação dos(as) Professores(as).....	69
Figura 6: Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007.....	70
Figura 7: Ato denuncia ataques à educação pública em 2018.	75
Figura 8: 30 anos de greves –Brasil, 1984 a 2013.	82
Figura 9: Trinta anos de Greves – Horas Paradas Brasil de 1984 a 2013.....	82
Figura 10: Greves realizadas pelo CPERS/Sindicato.	84
Figura 11: Assembleia Geral do CPERS de 28 de Setembro de 2017.....	99
Figura 12: Tipos de greve e consequências para a categoria.....	100
Figura 13: Informativo Sineta dos meses de outubro e dezembro de 2013.	103
Figura 14: Informativo Sineta Julho/Agosto e Maio/Junho de 2015.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matrícula Inicial por Modalidade e/ ou Etapa de Ensino –RS 2015.....	63
Quadro 2: Estabelecimentos de Ensino – RS 2015.....	63
Quadro 3: Professor(a) em Exercício (em Sala de Aula) – RS 2015.....	64
Quadro 4: Salas de Aula Existentes e Utilizadas, por localização- RS 2015.....	65
Quadro 5: Funcionários (as) –RS 2015.....	66
Quadro 6: Tipos de Greves.....	78
Quadro 7:Detalhamento sobre os sujeitos da pesquisa-----	91
Quadro 8: Indicadores sobre a greve de setembro de 2017.....	114

LISTA DE ABREVIACOES

AE	Articulação de Esquerda
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes do Instituicoes do Ensino Superior
ARTSIND	Articulação Sindical
CAFF	Centro Administrativo Fernando Ferrari
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CPERS/Sindicato	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato.
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CSD	Central única dos Trabalhadores, Socialista e Democrática.
CSP/CONLUTAS	Central Sindical e Popular CONLUTAS
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central única dos Trabalhadores
DL	Democracia e Luta
FMI	Fundo Monetário Internacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MLC	Movimento Luta de Classes
MLS	Movimento de Luta Socialista.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizaoes não Governamentais
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN´s	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCS	Plano de Cargos e Salários.
PEC	Proposta de Emenda Constitucional.
PL	Projeto Lei
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores

PROSUC	Programa de Suporte de Instituições Comunitárias de Ensino Particular de Educação Superior
UC	Unidade Classista
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio do Sinos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1 A TEMÁTICA E A SUA RELEVÂNCIA.....	31
1.1 Os tempos neoliberais e a educação.....	31
1.2 Trajetória de lutas do CPERS/Sindicato.....	39
1.2.1 As greves de Conquistas.....	41
1.2.2 A (des)valorização do trabalho docente.....	43
1.3 Ações de protesto e os movimentos sociais.....	50
1.3.1 Teoria dos movimentos sociais.....	51
1.3.2 Propósito comum.....	58
1.3.4 Solidariedade e identidade coletiva.....	62
1.4 Protagonistas da ação: uma das maiores bases sindicais do Rio Grande do Sul.....	62
1.4.1 Cenário e Atores Sociais.....	63
1.4.2 Mulheres na educação: da vocação à profissionalização!.....	709
2 CPERS/SINDICATO E AS GREVES: ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS.....	75
2.1. Greves de Conquistas e Resistências de 1991 a 2017: conceito e caracterização.....	75
2.2 Teoria e metodologia da pesquisa.....	86
2.2.1 A opção pelo materialismo histórico e dialético.....	87
2.2.2 As escolhas de método.....	90
2.2.3 Sobre a organização das informações e a análise de conteúdos.....	95
3 PEDAGOGIA DA LUTA E EDUCAÇÃO POLÍTICA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO.....	99
3.1 Uma tipologia das greves através de seus significados para a categoria.....	99
3.1.1. Repertórios de Ação-Reflexão do CPERS/Sindicato no governo Tarso e Sartori.....	101
3.2 Participação e engajamento de militantes no ciclo de protesto e na greve de 2017.....	105
3.2.1 Até o último limite: A sustentação política da greve de 2017.....	110
3.3 O processo educativo da negociação coletiva da greve: indicadores de participação da greve do CPERS/Sindicato em 2017.....	113
3.4 O significado pedagógico da Greve e das ações de protestos de 2017.....	118
3.5 Os sentidos da participação na luta coletiva para a educação política.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132

REFERÊNCIAS	1342
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista.....	142
ANEXO A- Termo de Acordo da Greve de 2017-----	142

INTRODUÇÃO

Apresentamos a dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação de Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com a concessão da bolsa de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001, apresentando o tema que discute o caráter pedagógico das greves realizadas pelo Centro dos Professores(as) do Estado do Rio Grande do Sul- CPERS/Sindicato em um período que compreende entre os anos de 1991 e 2017, detendo-se particularmente na greve que ocorreu em 2017, período este, que está em termos de política macroeconômica sob a égide do neoliberalismo e que traz, através de seu receituário, um conjunto de transformações para o processo de trabalho, em particular o trabalho docente. Este trabalho propõe-se auferir, a partir da pesquisa, vivência e experiência com a base social desse sindicato, os ensinamentos os aprendizados possíveis de serem obtidos dos processos de greves da categoria sindical, enfatizando a sua colaboração na construção daquilo que alguns teóricos e teóricas têm chamado de “pedagogia da luta” (VARGAS, 2012), “pedagogia da insurgência” (MORETTI, 2014), “pedagogia do conflito” (GADOTTI, 2012), pedagogia das “ausências e das emergências” (Santos, 2007), ou então “pedagogia revolucionária” (MCLAREN, 2002).

O sujeito dessa pesquisa é compreendido enquanto uma categoria de trabalhadores (as), uma das mais numerosas do Estado do Rio Grande do Sul. Estima-se que estão associados, atualmente, 84 mil servidores (as) públicos (as) estaduais em educação, e que a partir desse trabalho serão analisados conforme Bourdieu (1989) por um aspecto que se apresenta enquanto uma estrutura estruturante: a classe social.

O debate de classe social será abordado principalmente a partir das reflexões sobre o trabalho docente, a importância, o significado e o papel histórico dessa forma particular de trabalho, embasado na teoria sobre trabalho e classe trabalhadora de Marx (1984), e sobre mundo do trabalho de Antunes (2001), Alves (2002), Hirata (2012) e Marques (2017).

A base social do CPERS/Sindicato é composta majoritariamente por mulheres. Isso revela uma característica fundamental para análise e pesquisa nessa categoria de trabalhadores/as. Pesquisas realizadas sobre esses sujeitos sustentam que o magistério tem uma clivagem de gênero, e atribuem a essa opressão específica, que subalterniza as mulheres, que justifica o recebimento de salários inferiores aos de homens com mesmo nível de formação. A isto, está coadunado a construção histórica da profissão, visto na sua gênese como sacerdócio, por isso passível de não ou baixa remuneração, trazendo esse elemento como fator explicativo

para responder à questão dos baixos salários da categoria que vigoram até os dias atuais, conforme Carvalho (1999), Ferreira (2006; 2008) e Marques (2017).

O contexto histórico do período a ser pesquisado, traz como elemento chave de análise o neoliberalismo, visto enquanto conjunto de políticas que através de organismos internacionais influenciam a política interna dos países do terceiro mundo, sobretudo, estabelecendo diretrizes para suas políticas educacionais e opinando, inclusive sobre o plano de carreira e remuneração salarial dos professores (as). O neoliberalismo é visto como uma ideologia e uma forma de dominação econômica dos países dependentes, sendo o elemento norteador dessa política a maximização do lucro empresarial e a redução de serviços oferecidos pelo Estado, numa lógica de enxugamento dos gastos sociais dos Estados, o que leva, necessariamente a ampliação do mercado. É possível neste contexto de política neoliberal verificar seu impacto sobre o movimento sindical e apontar limites e possibilidades, relacionando a contextos mais específicos da pesquisa e da realidade sobre o trabalho magisterial docente e sua organização para a luta sindical. As teorias de Anderson (2010), Bensäid (2008), Alves (2002), Haug (1989) e o relatório de Silva, Azzi e Bock (2015) sobre o Banco Mundial, possibilitaram um levantamento sobre esse contexto.

A teoria que atravessa essa pesquisa e pelo qual é estruturado nosso universo de investigação tem na teoria dos movimentos sociais, expressada por Tarrow (2009) no seu livro “Poder em Movimento”, um referente central. Ancorada nela, foi estabelecido categorias de análise para pensar o movimento social docente protagonizado pelos (as) professores (as) do Rio Grande do Sul, que através da categoria de ações de protesto, abarca a noção de greves e outras atividades, como atos, passeatas e manifestações. É possível identificar a ação contenciosa da categoria contra o governo do Estado, que representa a patronagem e a dinâmica interna do movimento social com suas des-construções, organizações e militância.

Ainda enquanto teoria transversal está a pedagogia freiriana, através de suas noções de valores, como: a eticidade, a liberdade, o comprometimento, o respeito aos saberes populares, e a consciência de classe. Para Freire (1996), torna-se necessário, uma análise de docência e classe social na pesquisa em educação. É importante ressaltar que associados a Freire(1996), sobre a categoria de conscientização serão trazidos também teóricos como Lucaks (1989), Iasi (1999) e Euzébios Filho (2010).

A pesquisa traz como problema: Qual o significado pedagógico da greve e das ações de protestos impulsionada pelo CPERS/Sindicato, em 2017, e os sentidos da participação no processo de educação política para a categoria frente a desvalorização do trabalho docente?

Os objetivos específicos são: Compreender como os(as) professores(as), dirigentes e de base do sindicato, significam pedagogicamente a greve e ações na luta ocorrida em 2017; Identificar as diferentes formas de participação dos(as) professores(as) na greve e nas ações de protestos e os sentidos atribuídos à participação para a sua educação política; Analisar o processo educativo da negociação coletiva da greve, identificando indicadores de participação da greve do CPERS/Sindicato em 2017.

Supõe-se que há uma descrença nos mecanismos coletivos de pressão, como greve e manifestações em decorrência da criminalização dos movimentos sociais, e de características internas a própria categoria que enfrenta problemas enquanto a mobilização e ao cumprimento de decisões coletivas em fóruns de alcance estadual. Nesse sentido, há um enfraquecimento da cultura de protesto, diminuindo o poder de negociação do sindicato e da categoria com o Estado.

Para explicar essa questão, levanta-se a seguinte questão: entre as características que configuram um movimento social, existe uma que pode ser enfraquecida frequentemente pelos mecanismos de pressão externos como, por exemplo, a mídia. Ela influencia, especificamente na identidade coletiva da categoria dos (as) professores(as) do Rio Grande do Sul, o que prejudica o fator de mobilização e enfraquece seu poder de negociação coletiva através do sindicato, contribuindo para a manutenção e ou deterioração das relações de trabalho.

A intensão com essa questão não é eximir a política educacional executada pelo Estado ao longo de vários governos da responsabilidade sobre a (des)valorização do trabalho docente, pelo contrário, entende-se as políticas de austeridade, neoliberais, como a principal causa da deterioração do serviço público e da educação pública, mas sim provar, a partir de um estudo criterioso da atividade política da categoria de professores(as) do Estado do Rio Grande do Sul, que o reconhecimento social do seu trabalho e os investimentos na educação pública só se efetivaram a partir de uma intensa e coesa atividade política da categoria. Como, por exemplo, os 74 dias de greve realizados pela categoria no governo Alceu Colares, que levou esse a decretar moratória das contas públicas e honrar com os salários dos trabalhadores (as) em educação e investimentos sociais.

Na verdade, é mais adequado se referir não a inexistência, mais a baixa intensidade de identidade coletiva, um dos indicadores dessa afirmativa pode ser observado quando a educação carece de autonomia de seus docentes, possibilitando uma maior identificação com o governo que administra, do que com os colegas que sofrem o mesmo problema econômico que o educador (a).

Nesse sentido, a seguinte questão também pode ser considerada: a luta coletiva da categoria dos (as) professores (as) contribui para a valorização da prática docente, trazendo reconhecimento econômico e social?

A atividade sindical, desde a organização dos professores (as) primários (as) do Estado do Rio Grande do Sul, até sua transformação em sindicato em 1989 tem sido determinante na construção da identidade docente.

A escolha do tema, mais especificamente do período de tempo a ser pesquisado, surge depois de uma pesquisa exploratória na área de ciências sociais e da educação para conhecer a produção intelectual sobre o tema greves do CPERS/Sindicato. Estão descritos os resultados desse levantamento abaixo.

Em pesquisa ao Google Acadêmico utilizando a palavra CPERS/Sindicato foi encontrado o artigo do professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná do Colegiado de Pedagogia João Jorge Correa (2008), intitulado “*A história CPERS/sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais*”, no qual o autor retoma o histórico de lutas e conquistas do CPERS/Sindicato desde as origens até o final do governo Olívio Dutra, problematizando a relação do sindicato com o governo. Este artigo forneceu um importante conteúdo sobre o histórico das greves até o início dos anos 2000.

Ainda na pesquisa exploratória foi realizado um levantamento no portal de periódicos da CAPES, na versão pesquisa expandida através da busca por CPERS/Sindicato, na qual foram encontrados 12 resultados. Três artigos da professora Maria Ondina Vieira Ferreira: o primeiro publicado em 2004, intitulado “*Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso*”. Neste artigo, a autora faz um levantamento que relaciona o número de docentes por sexo envolvidos na educação básica e a sua proporcionalidade na representação sindical, em cargos de direção, constatando que os homens apesar de minoritários na categoria, ainda estão em maior número proporcionalmente nas direções. O segundo artigo intitulado “*Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas*”, de 2006, traz uma discussão sobre identidade docente, a partir dos conceitos de profissionalização e proletarização, entendendo está última como perda de autonomia no trabalho docente. O terceiro artigo, intitulado “*Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes*”, de 2008, a autora aborda as representações do ofício, num contexto de sindicalização, feminização e proletarização da profissão docente, além de verificar estratégias familiares de ascensão social.

Também encontramos a tese “*A trajetória da gestão democrática da educação na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (1985 – 2001)*”, da UFRGS, de Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral, do ano de 2006. Na tese, a autora aborda a construção da gestão democrática na educação no Estado do Rio Grande do Sul de 1985 a 2001, analisando a influência das políticas neoliberais nesta construção e os movimentos iniciados pelos CPERS/Sindicato para essa construção. A autora identificou um debate mais apurado na gestão do governo Olívio, que também gerou alguns entraves devido à resistência do poder legislativo e sociedade.

Encontramos a tese “*Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha - Porto Alegre/RS (1979-1990)*”, da UFRGS, de Maria Beatriz Vieira Branco Ozorio, de 2015. Nela a autora evidencia o protagonismo das professoras da Instituto de Educação General Flores da Cunha nas greves do período, constatando sua grande participação nestas ações, um trabalho sobre História da Educação e história cultural, que tem como interesse resgatar a história de sujeitos esquecidos, atualizando o passado e tornando cheio de significado.

É preciso citar a tese “*Sobre o mal-estar docente: constituindo percepções a partir de um grupo de professores da rede pública estadual de ensino do RS, Pelotas*”, da UFPEL, de Clara Lisandra De Lima Rodrigues da Silva, em 2014. A tese discorre sobre o afastamento de professores (as) e a ausência no trabalho docente, tendo em vista os altos índices. A autora faz uma leitura a partir do conceito de mal-estar de Freud dos discursos queixosos em torno da professoralidade. O referido estudo ocorreu entre os anos de 2010 e 2011.

Os demais resultados não estavam vinculados, nem ao sindicalismo nem à docência.

Com as palavras sindicalismo no Rio Grande do Sul foram encontrados 251 resultados e com afinidade com o nosso tema foi encontrado a tese “*A política de valorização e de profissionalização dos professores da educação básica do Estado do Rio Grande do Sul (1995-2006): convergências e divergências*”, da UFRGS, de Elena Maria Billig Mello, de 2010. Esta tese consiste na identificação das forças políticas que estiveram presentes na questão da valorização e profissionalização dos (as) professores (as) da educação básica do Rio Grande do Sul, em um contexto de três governos estaduais, governo Brito, governo Olívio e governo Rigotto. Analisa-se a regulamentação do Estado passando pela multiplicidade da gestão democrática.

Também é importante citar o trabalho de pesquisa, que se transformou em tese de doutoramento e livro de autoria de Maria da Graça Bulhões e Mariza Abreu, com o título “*A*

luta dos professores gaúchos – 1979/1991: O difícil aprendizado da democracia”, que traz uma reconstituição das lutas dos(as) professores(as) do Estado do Rio Grande do Sul, no período.

Encontramos também a tese de doutoramento em História de Mauro Luiz Barbosa Marques, intitulada “*Ao som das sinetas: do Sacerdócio a Confiança na Luta- Movimento dos Docentes na rede pública do Rio Grande do Sul (1979-1991)*”, defendida e publicada em 2017 pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A leitura da tese possibilitou acessar um conteúdo de reconstituição do histórico do movimento sindical docente protagonizado pelo CPERS/Sindicato no referido período, trazendo à minha pesquisa de mestrado um importante material sobre o trabalho docente visto como sacerdócio.

É importante observar que sobre o tema “greve”, a maioria dos trabalhos tem o recorte histórico de 1979 a 1991, o que indica que as greves ocorridas a partir da década de 1990, ainda não foram amplamente estudadas. A partir desse indicativo é possível perceber a relevância de estudar as greves do sindicato em tempos de neoliberalismo no Brasil.

Do ponto de vista político, enquanto integrante dessa categoria de trabalhadoras, percebi que a greve trazia um impasse para os(as) professores(as), que ficavam entre a desobediência e o legalismo. Alguns(as) alegavam que essa forma de pressão ao governo não era mais eficiente, como justificativa de não aderir à greve, outros(as) argumentavam, “eles(as)”, a categoria, estão lutando por nós. Foi então que percebi que era necessário um estudo sobre greves que, se possível, avaliasse o impacto desse conjunto de mobilizações em relação a suas conquistas e resistências em um cenário desvalorização salarial e identidade profissional.

Esse é um estudo que dialoga com as preocupações cotidianas do professorado do Rio Grande do Sul, com suas condições de existências, com a valorização do seu trabalho e com as maneiras que professores(as) e lideranças tem encontrado para lutar por mais salário e direitos sociais, particularmente com a utilização da ferramenta de luta chamada “greve”.

Problematizar a ação política dessa categoria e perceber que nela também pode-se obter ensinamentos e aprendizados é caminho que vamos seguir, com o objetivo de trazer contribuições para o processo auto organizativo da categoria em busca de conquistas e reconhecimento do seu trabalho.

A exposição da pesquisa está dividida em 3 capítulos: O Capítulo 1 traz a temática e sua relevância; O capítulo 2, traz o conceito e caracterização das greves de conquista e de resistência no período compreendido de 1991 a 2017, seguidos dos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa; e, por fim, Capítulo 3 sobre a pedagogia da luta e a participação política contemplando

uma determinada tipologia das greves, repertórios de ação-reflexão nos governos de Tarso Genro (2011-2014) e de José Ivo Sartori (2015-2018), ênfase ao processo educativo da negociação coletiva da greve e alguns indicadores de participação (sentidos e significados da greve do CPERS/Sindicato, em 2017, na luta coletiva para a educação política dos/das trabalhadores/as.

1 A TEMÁTICA E A SUA RELEVÂNCIA

Figura 1: Em dia de greve, ato do CPERS denuncia a política de morte contra a educação pública.



Fonte: Foto de Argemi, Caco em 04/10/2018, fotógrafo do Cpers. CPERS/SINDICATO (2018).

1.1 Os tempos neoliberais e a educação

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, inaugura-se uma nova ordem mundial na qual foram soterradas as últimas barreiras para o avanço do capitalismo em escala global, o Leste europeu reestrutura-se sob a égide do capital e as potências do ocidente seguem o seu projeto de tornar as barreiras entre os Estados Nacionais cada vez mais solúveis as mercadorias e resistentes às pessoas.

Para contribuir na caracterização do sistema socioeconômico que se vive atualmente, trazem-se aqui os conceitos de globalização e neoliberalismo. Eles irão significar uma explicação da política macroeconômica, que está submetida o estágio de desenvolvimento das forças produtivas atuais e as políticas que os Estados, influenciados por essa política, tomam em relação à sociedade.

Globalização parece significar em primeiro lugar globalização do capitalismo, no sentido da construção de um único mercado mundial capitalista. A história acabou, apregoava-se a partir dos Estados Unidos no momento do colapso do socialismo de Estado. Desde então não há mais alternativa ao capitalismo, apenas concorrência na partilha do mundo pelos poderosos. A globalização revela-se assim, no varejo e no sentido ocultador do termo, como a coerção neoliberal em relação a esses processos: como política do livre comércio global no interesse dos vencedores do mercado em detrimento dos perdedores do mercado. (HAUG, 1999, p. 128).

Particularmente, a partir dos anos 1970, o capitalismo neoliberal, constituiu-se enquanto modelo de exploração, desenvolvendo a partir de experiências nacionais como os governos Pinochet, no Chile, e com o governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra. Estes foram os primeiros estados nacionais em que foram implementadas um conjunto de políticas com vistas a diminuição do seu papel na área social e ampliação do mercado. Segundo Anderson (2010), o projeto neoliberal surge de uma reunião de intelectuais, convocada por Friedrich Hayek¹ na estação de Mont Pelerin, na Suíça, com objetivo de pensar em um novo modelo que atacasse o Estado de Bem-Estar Social, conquistado pelos (as) trabalhadores (as) europeus (éias) após a II Guerra Mundial.

[...] enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. (ANDERSON, 2010, p. 9).

Não tardou para que o capitalismo neoliberal se tornasse hegemônico no mundo capitalista, desenvolvendo-se no capitalismo central e na periferia. O pensamento colonizador toma um novo formato, e em sua forma contemporânea dita, através de suas agências internacionais formas de pensar a economia do mundo em desenvolvimento ou subdesenvolvido, atacando sua política social, como a educação, a saúde pública, a moradia, a previdência social, entre outras.

O colonialismo não se desenvolve mais da maneira tradicional, que prevê principalmente a conquista territorial. Agora, o que está em disputa são os mercados consumidores, e por isso, a empresa capitalista necessita ampliar seus horizontes, garantido o livre mercado, principalmente nos países em desenvolvimento.

Mas foram sobretudo Michel Hardt e Antonio Negri que sistematizaram, um ano antes dos atentados do 11 de setembro, a tese segundo a qual a organização hierarquizada de um mundo de Estados-nação sob a hegemonia de um imperialismo estatal dominante (ou de vários) estava em via de dissolução em um novo império

¹ Foi um economista e filósofo austríaco, posteriormente naturalizado britânico. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Foi defensor do liberalismo clássico e procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o século XX, época em que viveu.

desterritorializado e sem centro, que seria simplesmente a dominação direta do capital transnacional sobre as novas plebes e multidões nômades. (BENSAID, 2008, p. 13).

Para Bensaid (2008) a própria ideia de estado-nação está ameaçada, a partir da organização internacional da economia sob uma nova ótica, a ótica da empresa transnacional. Isso pode ser verificado com a submissão dos Estados Nacionais às políticas que são pensadas e elaboradas em países estratégicos do capitalismo e como se dá a aplicação dessas políticas.

A globalização representa uma artimanha que camufla as múltiplas operações do imperialismo. Na verdade, o conceito globalização, tem, efetivamente, substituído o termo imperialismo com o objetivo de exagerar o caráter global do imperialismo – como um poder circundante e infatigável, a que aparentemente nenhuma nação tem a possibilidade de se opor ou resistir. Mais ainda, o termo sugere falsamente que o capitalismo não é condicionado a um Estado-nação. (McLAREN, 2002, p. 36).

A forma particular que as grandes corporações encontraram para interferir diretamente na política econômica dos países em desenvolvimento é através das dívidas desses Estados com organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na década de 1970 começa uma crise financeira, se aprofundando em 1982. Os anos de 1990 e início dos anos 2000 não foram diferentes, até o final do governo Lula, quando se estima que as despesas com a dívida ficaram em torno de 4, 7 trilhões². Estes organismos conseguiram e conseguem, em boa parte, ditar a sua política econômica e a prioridade nos investimentos internos.

A crise de endividamento dos países do Terceiro Mundo — principalmente com credores privados —, na qual a América Latina esteve no centro, propiciou o contexto político favorável para que o Banco assumisse um papel central na renegociação e garantia dos pagamentos das dívidas externas, na reestruturação e abertura das economias dos devedores e na instituição de condicionalidades para a obtenção de novos financiamentos. (SILVA; AZZI; BOCK, 2005, p. 5).

Os autores salientam que para obtenção de novos empréstimos são estabelecidas condicionalidades que visam a liberalização econômica como podem se observar no texto abaixo: Países como o Brasil, que têm se esforçado para endurecer as negociações no âmbito da OMC, passarão a receber cada vez mais pressões do FMI e do Banco Mundial para que aprofundem a liberalização comercial, à medida que esta se imponha como condição para se receber novos empréstimos. (SILVA; AZZI; BOCK, 2005, p. 10).

Esta relação mostra o caráter dependente de uma economia como a brasileira, consideravelmente nos anos 1990 e 2000. Estas políticas são operadas no sentido de negar a

² Informação disponível em: <http://www.jubileusul.org.br/nota/48>. Acesso em: 16 jan. 2019.

autonomia política dos países dependentes, colocando em jogo a sua soberania, pois é implementado um modelo de exploração que transforma serviços básicos da área social em mercadoria, colocando em risco os direitos dos(as) trabalhadores(as) e a sua forma de trabalho.

O neoliberalismo é um modelo importado que promete uma fórmula fácil de desenvolvimento com o culto do mercado. A regra é nítida: “desonerar” o Estado e transformar bens necessários para a vida em mercadorias. Assim, se fala em diminuição do serviço público, em fim da previdência e em acabar com os direitos sociais e trabalhistas.

Quando esse modelo de exploração chegou com força no Brasil, na década de 1990, com os governos de Fernando Henrique Cardoso³, presenciou-se a privatização de empresas estratégicas para a economia e soberania brasileira, como a Vale do Rio Doce no setor da mineração e no setor de telecomunicações, dentre outras.

Tem como lema a livre circulação de capitais, em detrimento da circulação de pessoas, tendo em vista que seus direitos, enquanto trabalhadores são precarizados ou extintos. Segundo Bensaid (2008, p. 14) *“a tragédia dos migrantes é prova disso. E isso de acordo com a lei, sempre em vigor, do desenvolvimento desigual, cada vez mais combinado com a acumulação capitalista”*. Nesse sentido, com a visão do Estado diminuído e alargamento do mercado, existe a tendência de diminuição de direitos.

É importante trazer uma análise sobre a influência de organismos mundiais, como o Banco Mundial na elaboração de políticas da educação no Brasil. De acordo com Silva, Azzi e Bock (2005):

No Brasil, os projetos financiados pelo Banco Mundial com impacto na educação continuam a ocorrer sem um acompanhamento sistemático por parte da sociedade civil. Ao mesmo tempo, dado o elevado volume de investimentos invertidos e os limites impostos para uma ação pública universal e de qualidade, a educação passa a se converter em um “mercado emergente” atrativo aos investidores privados. Assim, ela foi incluída entre os 160 serviços cuja liberação pode ser negociada e estar comprometida de acordo com os princípios e as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). (SILVA; AZZI; BOCK, 2005, p. 5).

Assim, na compreensão dos autores, o Banco Mundial influencia nas políticas educacionais, a partir do momento que interfere nas grandes orientações das políticas públicas. Estes acordos, não raras vezes, estão em consonância com ajustes da política macroeconômica, aplicadas pelo Fundo Monetário Internacional, por exemplo, o caso de Honduras, no qual o perdão da dívida estava condicionado ao congelamento do salário dos (as) professores (as).

³ Fernando Henrique Cardoso (FHC), filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi presidente por dois mandatos consecutivos, o primeiro de 1995 a 1998, e o segundo mandato, de 1999 a 2002.

Em outro documento do Banco Mundial, este afirma que o custo por aluno na educação primária é bastante menor do que na educação secundária ou superior e recomenda reformas e privatizações nesses níveis mais custosos como alternativa para alocar mais recursos do governo para o nível primário. (SILVA; AZZI; BOCK, 2005, p. 15).

É importante observar como estas orientações influenciam as políticas que estão sendo adotadas nos dias atuais no Brasil e em seus Estados confederados. Um exemplo concreto, que traz o caráter contraditório das políticas do Banco Mundial, é a do acesso à educação básica, que é entendida, segundo a Constituição Federal, um dever do Estado e direito da sociedade previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Nº9394, 20 de dezembro de 1996) (BRASIL, 1996). Esta lei foi questionada, no momento que o governo estadual do Estado do Rio Grande do Sul, governador José Ivo Sartori (2015-2018), através de Projeto-Lei tenta passar para a iniciativa privada a gestão dos recursos públicos, conforme prevê o Projeto de Lei 44 apresentado na Assembleia Legislativa de 2016, ainda em tramitação na Assembleia Legislativa. Dialogando com essa lógica de desestruturação do Estado, o texto de Silva, Azzi e Bock (2005) aponta:

Sob o argumento de envolver a comunidade, maximizar a eficiência e obter resultados palpáveis, o Banco propõe que a administração dos recursos da educação seja descentralizada, isto é, que os fundos sejam administrados o mais diretamente possível pelas instituições escolares, ao invés do controle pelo governo. Mais do que isso, sugere que a responsabilidade por arrecadar recursos deve ser compartilhada com a comunidade local, relativizando a responsabilidade do estado em garantir o financiamento à educação. (SILVA; AZZI; BOCK, 2005, p. 15).

No Brasil, outro exemplo ainda, são as políticas de educação do governo de Michel Temer (BRASIL, 2017; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DO INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR, 2017), das quais em 2017 é sancionada, através de decreto presidencial⁴, a reforma do ensino médio. A reforma prevê uma reformulação profunda do currículo escolar, ao tirar a obrigatoriedade de disciplinas da base nacional comum, como educação física, artes, sociologia e filosofia. Estas relegadas a “estudos e práticas”, depois de contestação pública; posteriormente as disciplinas que completam o quadro das ciências humanas, como geografia e história também foram consideradas como optativas. Além disso, aprova-se outra medida polêmica, o notório saber para o exercício do cargo de professor(a), supõe-se que essa medida irá atacar a carreira do magistério, ao dar prioridade para profissionais

⁴ A lei da Reforma do Ensino Médio e explicada nesta notícia do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>. Acesso em: 16 jan. 2019.

de outras áreas que tenham saber reconhecido em disciplinas do currículo, isso irá reforçar o caráter provisório e transitório do cargo de professor(a), e desfavorece quem tem formação específica na área, como os cursos de licenciatura.

Outro aspecto da Reforma do Ensino Médio é que a educação também deve ser direcionada em um sentido tecnicista, ou seja, para suprir a demanda de mão de obra do mercado, sem demandar custos em seu processo de formação, haja vista a Proposta de Emenda Constitucional - PEC n° 55, que, em 2016, prevê o congelamento dos gastos sociais e públicos, a PEC n° 55 foi aprovada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016, como a Emenda Constitucional de Teto dos gastos públicos⁵. É possível aumentar carga horária, com corte de verbas? Essa política promove uma educação tecnicista, sem prever no orçamento para a educação os custos que a ampliação das escolas e instrumentalização, para executar o plano de ampliação da carga horária.

Essas medidas são o início de um modelo de exploração que prevê, o desmonte do direito à educação, e a ampliação de uma economia de mercado, que só terá acesso a determinados bens, como a educação, quem tiver condições financeiras de pagar por ela. No ensino superior a mercantilização da educação é uma realidade, segundo o Censo da Educação Superior 2017 (BRASIL, 2018) cerca de 87,9% da rede de educação superior brasileira pertencem ao ensino privado, resta saber se a educação fundamental e o ensino médio passarão ao mesmo sistema?

Assim, como na década de 1990 no governo FHC, atualmente muitas organizações sindicais e uma parcela considerável do movimento de trabalhadores (as) se levantaram contra as medidas privatizantes do governo federal. São levantamentos que se materializam através de passeatas, greves, paralizações, protestos e ocupações, como o movimento de ocupações de escolas protagonizados pelos (as) estudantes secundaristas das escolas públicas, em 2016⁶.

Em relação ao desmonte do Estado, visualiza-se, no que tange ao funcionalismo, a precarização do trabalho docente. Os seguintes dados apontam a realidade já colocada desta precarização. No Estado do Rio Grande do Sul é possível verificar a existência de 20 mil docentes contratados pela secretária de Educação⁷. A partir disso é possível perceber:

⁵ Informação disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 16 jan. 2019.

⁶ Matéria intitulada “Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento” (UOL, 2016). Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/26/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-movimento.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 out. 2017.

⁷ Matéria publicada no Diário de Santa Maria (2017) em 14/04/2017, com o título “Estado renovará contratos de 20 mil professores temporários”. Pode ser acessada no link: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral->

- a) Em primeiro lugar, uma agudização da precarização do trabalho, porque esta relação pode causar um processo de subordinação política a governos;
- b) Esta política de diminuição do Estado fere direitos constitucionais, como a abertura de vagas por concurso público, tendo em vista, que esses cargos de professores (as), acabam, na maioria das vezes sendo ocupados de forma política, ou seja, através da indicação de pessoas que votam, elegem e ou são partidários dos governos da situação;
- c) A inexistência de concursos públicos para servidor(a) público(a) apenas reforça essa tendência, pois os concursos reforçam a ideia de que todos são iguais perante a lei, um princípio que funda a modernidade, e dessa forma, exclui a ideia de privilégios, pelo menos teoricamente, mesmo que prevaleça a meritocracia;
- d) O setor da educação é o que mais sofre as consequências desse vínculo precarizado, sendo que para outras áreas, por exemplo, a segurança, não é possível a contratação emergencial de profissionais.

Um aspecto a ser considerado é que sem a liberdade de cátedra, reforça-se o controle ideológico do Estado sobre a educação. Por isso, ocorrem perseguições e restrições para abordar determinados conteúdos. O que está em questão, atualmente, é principalmente o conteúdo sobre gênero e sexualidade, pois inicia-se um ciclo, que os(as) professores(as) não podem querer tratar de assuntos pertinentes tão somente a família. Este assunto tem gerado inúmeras polêmicas⁸.

Essa realidade fere dois preceitos fundamentais para o exercício da função docente. Em primeiro lugar, o de cidadania, no momento que cerceia a liberdade de cátedra, que garante a autonomia do professor (a) perante o ensino na disciplina a qual recebeu formação para ministrar. Além disso, fere a autonomia de organização sindical, pois os profissionais contratados, devido os motivos expostos acima, sobre exercer livremente os seus direitos políticos, entre eles, o direito de organização sindical, são os primeiros a serem investigados(as) e demitidos(as) após um processo de greve da categoria. Essa realidade se verifica no caso de

policia/noticia/2017/04/estado-renovara-contratos-de-20-mil-professores-temporarios-9771392.html. Acesso em: 12 out. 2017.

⁸ Ver matéria em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/03/entidades-se-manifestam-sobre-aluna-que-processa-professora-da-udesc-por-perseguido-ideologica-9758608.html>

demissões por motivo de greve⁹. Os relatos sobre essa situação aparecem nas falas de profissionais que vivem o dia-a-dia da educação no Estado do Rio Grande do Sul e, muitas vezes, são tolhidos pelas circunstâncias no exercício da função.

O neoliberalismo traz como um de seus preceitos a redução ou eliminação de gastos sociais, a partir de uma perspectiva de que o trabalho é responsável pelo ônus e encargos sobre as empresas e pela geração de crise no sistema capitalista.

Por isso, uma das medidas para recuperar o sistema capitalista é promover uma desestruturação do trabalho, do ponto de vista da flexibilização de direitos. Um exemplo para este tipo de ponto de vista é a reforma previdenciária em 2017 no Brasil, que teve uma proposta aprovada em comissão do Congresso Nacional a contribuição previdenciária de 49 anos coadunado com o critério de 65 anos para a obtenção da aposentadoria integral. Essa medida, vai de encontro com o receituário neoliberal que prevê o fim dos direitos do trabalho.

A questão salarial também é parte dos acordos entre Governo Federal e Banco Mundial, como se pode observar:

O Banco questiona o pressuposto de que o aumento no salário dos professores bem como do número de professores por aluno se traduzem em melhora da qualidade do ensino. Em seus documentos, argumenta que, segundo suas pesquisas, a qualidade das instalações escolares ou do material didático tem um impacto cerca de dez vezes maior sobre a qualidade do ensino do que o aumento salarial aos professores. No que se refere ao tamanho das classes, 40-50 alunos por professor é uma média satisfatória. Amparado nessas pesquisas, o Banco recomenda que se estabeleça um teto salarial para professores de 3,6 vezes o PIB per capita do país. Existem, entretanto, pesquisas internacionais auspiciadas pela Unesco que indicam o contrário, valorizando a centralidade do professor para a garantia da qualidade educacional. (SILVA; AZZI; BOCK, 2005, p. 16-17).

Isso mostra uma real perda de autonomia do Estado frente a estes organismos e uma minimização do controle da sociedade sobre o Estado, no momento em que este está comprometido até sobre a possibilidade de negociação da política salarial dos professores.

Nesse sentido, a luta social gestada entre os atores sociais do processo educativo faz da investigação, sobre a atividade sindical dos(as) trabalhadores(as) docentes do Rio Grande do Sul na década neoliberal, uma tentativa de responder como estes atores tem atuado a essas condições. Na investigação encontram-se os principais contornos do mundo do trabalho, mais

⁹ Matéria de 03/10/2017, intitulada “CPERS proposta de demissão de professores grevistas: critica A medida do governo afetaria servidores contratados emergencialmente”. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticias/100000879358/cpers-critica-proposta-de-demissao-de-professores-grevistas.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

especificamente o contexto do trabalho na educação nos anos 1990 em que se apresenta a reestruturação produtiva, com a consequente fragmentação do mundo do trabalho e a crise do sindicalismo.

Segundo Alves (2002), o sindicalismo passa por profundas transformações na década liberal perdendo, por assim dizer, o seu potencial de mobilização em decorrência da precarização das relações de trabalho, as demissões em massa, a mecanização e em relação ao funcionalismo, de forma particular, a falta de renovação do quadro docente e administrativo. Ainda, o autor considera que uma das características do sindicalismo no Brasil consiste no seu caráter burocrático-corporativo. Dessa forma, para ele, o desafio consiste em romper com essa realidade e empreender um processo que organize um contingente de jovens trabalhadores (as) que se mobilizem por melhores condições de trabalho e contra a exploração do capital.

A situação de trabalho muda profundamente na década de 1990 e com ela as relações de sindicalização e, conseqüentemente do sindicalismo no interior das categorias e da categoria dos(as) professores(as) do Estado do Rio Grande do Sul.

A atividade de luta sindical do CPERS/Sindicato (CPERS/SINDICATO, 2017) tem se apresentado de forma frequente e contínua, é verificável também uma variação de seu potencial de lutas e mobilização ao longo do tempo. O acompanhamento desse repertório de lutas é uma das tarefas pertinentes para a realização desse levantamento de lutas. Um dos elementos de análise que ganha destaque nesta etapa consiste na intensa atividade política desenvolvida pelo sindicato como a realização de campanhas salariais anuais e a intensa capacidade de agitação política, é frequente que se acompanhe através da mídia e de passeatas normalmente dirigidas até o palácio do governo promovendo suas campanhas de reivindicação políticas e salariais.

A luta sindical está marcada pela política dos(as) trabalhadores(as) com suas reivindicações, suas formas de luta, seus eventos de protesto, e as suas condições de construção e sustentação de sua ação coletiva. Essas realidades impulsionadas pelas modificações das condições de trabalho e da base sindical, a partir do contexto da reestruturação das relações de trabalho, dá o tom da luta sindical no contexto do neoliberalismo e a própria crise do sindicalismo, expressa numa baixa capacidade de organização e mobilização da categoria de professores(as) e os resultados positivos dessa luta político sindical.

1.2 Trajetória de lutas do CPERS/Sindicato

Entende-se que o CPERS/Sindicato (CPERS/SINDICATO, 2017) produz um conjunto de ações de protesto e confrontos políticos de caráter sindical resultantes de sua organização e luta política. Por isso e para isso, o sindicato possui uma perspectiva classista, que existe do ponto de vista legal, pois dessa forma é reconhecida a sua existência em lei, enquanto entidade classista, e também efetivamente na medida que organiza as lutas de uma categoria profissional. Essas lutas têm caráter magisterial, pois advogam interesses de professores(as); nesse sentido, tem como seus filiados(as) e participantes, os(as) trabalhadores(as) em educação, docentes e funcionários(as) de escola da educação básica do Estado do Rio Grande do Sul.

A trajetória do sindicato confunde-se com as principais lutas que foram travadas desde 1945 no campo da educação enquanto direito humano e social no Rio Grande do Sul. Neste sentido, sua história também está entrelaçada ao reconhecimento e profissionalização do trabalho docente. Conforme Marques (2017), a organização dos trabalhadores em educação surge no momento de rompimento com a caracterização do trabalho docente enquanto sacerdócio, que ocorre, fundamentalmente até 1930, quando os(as) trabalhadores(as) passam a constituir suas organizações estaduais.

Essa organização tem sua origem no dia 21 de abril de 1945 quando os(as) professores(as) fundam o Centro de Professores Primários Estaduais.

Mas, apenas em 1989, o Centro dos Professores do Rio Grande do Sul tornou-se sindicato. Logo depois, em 1990, ampliou a sua base para os(as) funcionários(as) das escolas, passando a representar os(as) trabalhadores(as) em educação, servidores(as) públicos(as) do Rio Grande do Sul.

Enquanto marco histórico da política sindical, é importante lembrar o ano de 1996, quando acontece a decisão em Assembleia Geral de filiar-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta política durou dezenove anos, quando em 2015 foi revogada a decisão, vencendo então, a desfiliação desta entidade em Assembleia Geral. Esta questão tem sido um ponto polêmico entre as correntes sindicais e causado disputa na definição e condução da política sindical. Atualmente, o sindicato segue filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entidade existente desde a década de 1970, quando pioneiramente foi presidida pela professora Thereza Noronha, oriunda do município de Encruzilhada do Sul, pertencente a região Vale do Rio Pardo. É possível dizer que as greves são umas das principais ações de protesto protagonizadas pela categoria, e conforme sua periodicidade, elas podem ser divididas, para fins metodológicos, em dois períodos: o primeiro período de 1979, quando

ocorre a primeira greve do sindicato, até 1991, no governo Alceu Colares (PDT), quando as greves apresentam significativas vitórias para a categoria. E o segundo período, de 1991 até os dias atuais, quando, lança-se a hipótese de que as greves passam a apresentar uma outra característica ligadas a uma fase de resistências às políticas neoliberais. Foram pesquisadas, especialmente, as greves sobre esse segundo período, em especial uma, a de 2017. O segundo período, até agora, tem sido estudado com menor frequência pelos(as) pesquisadores(as), do que o período anterior.

1.2.1 As greves de Conquistas

A condição do magistério enquanto vocação começa a ser superada com as lutas promovidas pela categoria através da organização sindical. Por isso, citamos resumidamente, o histórico das lutas do primeiro período de ações de protesto do CPERS/Sindicato até 1991.

Segundo Côrrea (2008), o CPERS protagonizou sua primeira manifestação pública em frente ao palácio do Governo, em 1956, onde foi cogitado a realização de uma greve. É interessante observar que neste período o quadro de sócios encontrava-se em expansão. Em 1977, o sindicato possuía em torno de 25 mil sócios, e esse número vai chegar a 79 mil, em 1991.

Ainda no período ditatorial, precisamente em 1979, o CPERS, se constituiu como a primeira categoria a declarar greve no Rio Grande do Sul, tendo em vista, que segundo consta no arquivo do sindicato, é a primeira greve magisterial no Estado, que duraria 13 dias¹⁰.

As lutas empreendidas pelo sindicato não se resumem a questão corporativa. No período seguinte, o de reabertura democrática, o CPERS/Sindicato esteve inserido nas lutas pelas Diretas Já, e em Fóruns da Classe trabalhadora. No início da década 1980, concomitante a essas lutas pela cidadania, é conquistado também a aposentadoria para professores (as) com 25 anos de serviço.

Para esse histórico das greves são utilizados os registros da entidade sob a interpretação de suas conquistas e resistências. Por isso, descreve-se um quadro de greves.

Os anos 1980 serão marcados por extensas greves de conquistas, chegando em 1987 a uma greve de 96 dias. Segundo informações obtidas através do CPERS/Sindicato, o ano de

¹⁰ Disponível em: <http://cpers.com.br/greves/> Acesso em: 17 jan. 2019.

1980¹¹ teve uma greve com tempo de duração de 21 dias, na qual obtiveram percentuais de reajustes salariais; abono de regência estendido à categoria; 2,5 salários mínimos, a partir de janeiro de 1982; 25% do orçamento do Estado para a educação; e participação no Conselho Estadual de Educação. No ano 1982, o tempo de Greve foi de 3 dias, as Conquistas foram a resistência da categoria em não permitir a intervenção do então governador Amaral de Souza no CPERS e cumprimento do acordo feito em 1980.

A greve de 1985 durou 60 dias e o quadro de conquistas foi a obtenção de 2,5 salários mínimos escalonados; 13º salário; 35% da receita dos impostos para a educação, com pelo menos 10% para o plano trimestral de conservação e construção de escolas; e eleição de diretores de escola.

A maior greve do CPERS/Sindicato ocorreu em 1987 e teve duração de 96 dias. Nesta greve foram obtidas garantias do plano de carreira, não discriminação dos aposentados; e garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal que prevê a estabilidade a estes professores.

Em 1988, foram 9 dias de greve, e através de negociações o sindicato conquistou a unidocência; 95% de reajuste, sendo 70% em outubro e 26% em dezembro; aceleração da regularização do pagamento do difícil acesso; cronograma de regularização das promoções; e redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade.

A greve de 1989 teve duração de 42 dias, com ganhos salariais, 54% de reajuste, sendo 25% em maio, 15% em julho e 10% em outubro, não cumulativos; publicação e pagamento das alterações de níveis; nomeação de três mil professores; e agilização do pagamento da unidocência.

Em 1990, a greve durou 58 dias e a categoria obteve 105,42% de aumento salarial; garantia da reposição da inflação de maio, junho e julho; e revisão salarial em agosto.

A segunda maior greve neste período ocorreu em 1991, durou 74 dias e obteve as seguintes Conquistas: 191,61% de aumento salarial; retirada da proposta de abono; ano letivo não começou conforme o calendário do governo; e intensificação da mobilização da comunidade em defesa do ensino.

É importante identificar que a greve neste período de 12 anos, de 1979 a 1991, foi utilizada como ferramenta para obtenção de conquistas e apresenta uma característica de longa duração, o que identifica uma disposição da categoria para a luta e, possivelmente, uma adesão massiva. Foram produzidos significativos trabalhos sobre esse período como o livro de Bulhões

¹¹ Disponível em: <http://cpers.com.br/greves/> Acesso: 17 jan. 2019.

e Abreu (1992) “*A luta dos professores gaúchos (1979/1991): o difícil aprendizado da democracia*”, que pode ser identificado como período áureo do sindicalismo.

1.2.2 A (des)valorização do trabalho docente

As condições de trabalho do magistério se constituem enquanto um problema social, concreto da área da educação. Portanto, um problema econômico, político e social, cotidiano, vivenciado pelos(as) trabalhadores(as) da educação, que tem gerado um conjunto de ações de protesto e de greves protagonizados pelo CPERS/Sindicato. As ações coletivas são resultados do processo de precarização das relações de trabalho, que estabelece como sua expressão máxima, a greve, por ser um momento de pressão, resistência e negociação entre capital/trabalho, produto da organização coletiva daqueles(as) que constroem a educação, e os processos de ensino e aprendizagem com seu trabalho cotidiano. Segundo Saviani (2013, p. 37) “*O concreto é histórico e para dar conta da problemática concreta da educação é necessário assumir uma postura histórica*”.

Em relação a autonomia do trabalho, é observado que não se pode deixar de lado a dimensão histórica que está contida em cada forma de trabalho que desenvolvesse na sociedade contemporânea. No trabalho docente esta relação não é diferente. Nele está contido através da forma, conteúdo e didática todo acúmulo de saber de uma cultura. A abordagem pedagógica e os temas ensinados, que estão diretamente relacionados a qualificação e formação de seus profissionais, representam uma construção possível para a época estudada, portanto, é uma forma histórica de trabalho. Por outro lado, as condições de trabalho desses profissionais, as garantias que conquistaram em relação as suas condições de trabalho, a valorização ou desvalorização do seu trabalho, frente ao governo e a sociedade, é outro aspecto que diz mais sobre a sociedade em que estes profissionais estão inseridos, do que sobre os próprios profissionais.

Lutar por melhores condições de trabalho na educação tem sido um tema de interesse da educação e dos(as) educadores(as). Pois, os(as) trabalhadores(as) tendem a defender seus interesses imediatos. Como dissemos, existe em cada setor, ou em cada atividade, uma forma histórica de trabalho e uma relação de trabalho histórica. E nesta sociedade a qual vivemos, a sociedade capitalista, esta relação de trabalho histórica é o assalariamento. Nesse sentido,

conjectura-se que um profissional da educação mal remunerado pelo seu trabalho, resulta em uma (des)valorização do trabalho empreendido por esse profissional, o que gera a médio e longo prazo uma migração desses profissionais para outras áreas, profissões, economicamente mais atraentes. Segundo Côrrea (2008), estima-se que no Governo Antônio Britto (1995-1998), 20 mil professores abandonaram o magistério em busca de atividades mais rentáveis, ocorrendo assim uma perda de recursos humanos qualificados para tal atividade. A histórica desvalorização deste setor traz outro aspecto que é a falta de procura para os cursos da área de licenciatura, podendo gerar um círculo vicioso de baixa concorrência, desqualificação e desinteresse e baixa remuneração associado ao baixo prestígio social.

Certamente, esse ciclo é quebrado por profissionais dedicados, qualificados e que fazem do processo educativo um projeto de vida, um exercício de construção da aprendizagem e do conhecimento, fato pelo qual seu prestígio social ainda está em alta.

No entanto, esses(as) trabalhadores(as) da educação não recebem a desvalorização de seu trabalho de forma passiva, eles atuam politicamente, agem coletivamente e muitas vezes conseguem influenciar, através de mecanismos de pressão social, o rumo da política educacional, como a greve.

Por isso, Freire (1996) destacou mais uma dimensão do trabalho docente, e essa dimensão se constitui na luta social porque na sua apreensão, ser educador(a), assalariado(a) e não lutar é uma contradição. É aceitar passivamente decisões burocráticas e distantes da realidade da educação, essas decisões, são algumas vezes, arbitrárias para o processo de ensino.

Alguns irão questionar se essa dimensão, da luta, é inerente ao processo educativo. Pois ela não é algo natural e nem praticada por todos(as) educadores(as). Ela é uma dimensão que está imbricada no processo de cidadania. Por isso, Freire (1996) ajuda a responder essa pergunta: A luta em defesa de direitos é uma dimensão do trabalho docente?

A luta dos professores em defesa dos seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que faz parte dela (FREIRE, 1996, p. 27).

A partir dessa reflexão pode-se conceber que lutar por direitos na sociedade capitalista está associado a duas palavras que foram intensamente estudadas pelos filósofos Platão e Aristóteles, são elas: ética e a cidadania. Por isso, lutar para os(as) educadores(as) está de acordo com os interesses da sua atividade docente, que quer valorizar a educação, tornar a educação promissora, valorizar o próprio conhecimento construído no processo de ensino e aprendizagem

e por último valorizar o seu trabalho, o trabalho docente. Isso é coerente para esses profissionais.

A cidadania, no seu significado original, requer uma atividade daqueles(as) que não se omitem frente aos assuntos da cidade, que não temem em colocar suas opiniões, em participar, perder algumas horas do seu dia para isso. Mas, sobretudo, em não deixar que os(as) outros(as) decidam por si, em seu nome. Está é uma qualidade daqueles(as) que participam.

O ensino e aprendizagem, início e fim do processo educativo, é construído em uma relação entre professor(a) – aluno(a), numa relação dialética entre aprender e ensinar, ensinar e aprender. No entanto, os sujeitos envolvidos nesta relação obtêm sua identidade numa relação central com o trabalho, um como atividade presente (o professor(a)) e outro(a) como preparação para o trabalho (o(a) estudante). Nesse sentido, a luta dos(as) professores(as) por dignidade é na acepção de Freire (1996) um dever e obrigação, esse irá representar a corporificação do exemplo, ao lutar por ele(a) próprio(a) e pelas futuras gerações.

A nomenclatura “luta” está incorporada na linguagem dos(as) professores(as) e funcionários(as) ativos(as) nesse processo para denominarem sua ação e na pesquisa no momento que esta reconhece a dicotomia capital/trabalho posta na sociedade, tendo em vista que este termo se torna central para entender o movimento de permanente mudança, na qual está submetido o processo histórico. Aqueles(as) que estão na luta são os que levam em frente as deliberações coletivas da categoria. Os(as) que estão na luta, constroem e promovem o processo de resistência da categoria. Ao passo, aqueles(as) que não lutam são seres passivos nesse processo, que apenas sofrem os reflexos do processo histórico, e com sua passividade contribuem para a manutenção da opressão.

Segundo definição de Ribeiro (2010, p. 249), no dicionário Paulo Freire, a palavra “luta”, está embasada no conceito de “ser mais” de Paulo Freire, e processa o movimento contínuo da desumanização. No entanto, este conceito pode ter mais de um significado, as pessoas em geral, não lutam exatamente pelas mesmas coisas. E as causas coletivas que geram movimentos sociais, são fundamentais para criar meios de sociabilidade e coletividade. Essas causas coletivas tem que ser constantemente pensadas, para que não ocorram confrontos abusivos e insustentáveis, lutando constantemente pelo bem comum, concatenando interesses coletivos com interesses individuais.

Para Freire (1996) em “Pedagogia do Oprimido”, ele dedica o livro aos “esfarrapados do mundo” e “aos que com eles lutam, nesse sentido”, “luta” também significa conceito histórico e social contemplada numa totalidade histórica, manifestação daqueles(as) que

pretendem resgatar a humanidade, em diferentes expressões no espaço e no tempo, e que não querem o lugar dos opressores. Em “Pedagogia da Esperança”, Freire (1992) diz que não é suficiente, apenas a consciência sobre a exploração, é preciso lutar, para a transformação das condições concretas em que se dá a opressão.

É possível observar também, que essa luta social é uma resposta as diversas opressões e particularmente, a opressão resultante das condições materiais que tem origem no trabalho, chamada por Marx (1983) de exploração do trabalho. A partir das diferentes formas de exploração do trabalho docente, resultantes de sucessivas políticas educacionais implementadas pelos diferentes governos do Rio Grande do Sul, a luta seria a resposta a essas condições.

Quando se fala de manifestação que envolve o mundo do trabalho, por exemplo, a manifestação de uma categoria em prol de seus direitos, é necessário dizer que esta manifestação tem uma característica fundamental que é o “corte de classe”, ou seja, é a manifestação ou de setores ou do conjunto de um classe social, que dessa forma, seja através do questionamento ao Estado, que é o gerenciador dos recursos, traz uma relação implícita ou explícita, conforme a autoconsciência de seus integrantes, de antagonismo a outra classe, aquela que vive do lucro, da renda ou de juros.

Marx, de modo geral, respondeu à questão do como os indivíduos se envolvem em ações coletivas em termos historicamente determinados: as pessoas engajarão em ações coletivas, ele pensou, quando sua classe social entrar numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas. No caso do proletariado isso se referia ao momento em que o capitalismo o forçou à produção em larga escala nas fábricas, onde perdeu a posse de suas ferramentas, mas desenvolveu os recursos para agir coletivamente. Esses recursos estavam na consciência de classe e nos sindicatos. (TARROW, 2009, p. 28).

Segundo Marx (1983), é possível definir uma classe social a partir do lugar em que cada indivíduo ocupa no processo de produção. Os(as) trabalhadores(as) em educação não pertencem ao setor produtivo, mas pertencem a classe trabalhadora. São definidos como trabalhadores(as) intelectuais ligados ao setor de serviços, nesse caso, funcionários públicos estaduais.

A classe trabalhadora tem a prerrogativa de viver de seu próprio salário, ou seja, ela não vive do lucro, nem de juros e nem da renda, as formas típicas de acumulação do modo de produção capitalista. Por tanto, a classe trabalhadora se constitui a partir de um quesito econômico em comum, a premissa de viver do próprio salário. Aquele que vive do salário, segundo a literatura marxista, necessariamente sofre a exploração de seu trabalho.

Chegar a esse entendimento é um ponto nevrálgico para a construção desta análise, tendo em vista, que os(as) trabalhadores(as) em educação do Estado do Rio Grande do Sul

pertencem aquilo que Antunes (2001, p. 102) denomina de a “classe que vive do trabalho”, portanto, para esses o trabalho constitui-se enquanto um elemento central na construção de sua produção e reprodução.

De acordo com Antunes (2001), falar em classe-que-vive-do-trabalho significa conferir sentido na atualidade ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Se para algumas formulações o conceito “classe” perdeu a validade analítica, a sua atualização busca mostrar a atualidade e sua validade analítica. Nesse sentido, o conceito classe-que-vive-do-trabalho buscar trazer para a contemporaneidade a análise sobre a classe trabalhadora e atribuir amplitude ao ser social que trabalha, para atingir sua efetividade, processualidade e concretude (ANTUNES, 2001).

Para traçar elementos que buscam uma definição da classe-que-vive-do-trabalho é necessário dizer que ela inclui a totalidade daqueles que trabalham, ou seja, vendem sua força de trabalho. Para o autor, isso inclui tanto trabalho produtivo quanto o trabalho improdutivo¹².

Esse conceito contempla também os (as) trabalhadores (as) improdutivos (as) aqueles cuja as formas de trabalho são utilizadas como serviço, para uso público ou do capital e não se constituem como elemento vivo para o processo de valorização do capital. Segundo Marx apud Antunes (2001), nesta forma o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo atinge um grande número de assalariados(as) de serviços, bancos, comércio, turismo e serviços públicos.

Estudos mais recentes como os de Janaina Lopes do Nascimento Duarte (2017) buscam compreender o trabalho docente nas universidades federais enquanto trabalho produtivo,

O capitalismo contemporâneo, resultado do último século, apresenta um processo dinâmico e multifacetado que combina altos níveis de exploração do trabalho e extração de mais-valia, em especial a partir da década de 1970, em proporções inimagináveis em relação ao contexto sócio histórico de Marx. A combinação entre reestruturação produtiva, alterações na relação Estado e sociedade, metamorfoses nas condições e relações de trabalho, bem como a predominância do capital financeiro inaugurou uma nova dinâmica, muito mais destrutiva para o trabalho. Silva Jr. e Pimenta (2014, p. 29) afirmam que “a predominância do capital financeiro desconsidera a concreta dinâmica e o real tempo do capital no âmbito das relações sociais de produção e a comprime fazendo com que este ciclo de movimentação do capital sofra redução espaço-temporal no trabalho e na vida”. Por isso, os autores defendem que “sob a predominância financeira, a racionalidade que preside o

¹² Verbete de Sergio Lessa, “trabalho produtivo e trabalho improdutivo” no Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traproimp.html> Acesso em: 18 jan. 2019.

processo de reprodução do capital se constitui como a mesma nas esferas pública e privada”, uma vez que a lógica de reorganização do capital para expansão global da acumulação acarreta novas determinações sobre as instituições de ensino superior (universidades, especialmente), a produção do conhecimento e o trabalho docente atual. (DUARTE, 2017, p.295)

Na discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo em relação à docência na educação básica Campos (2018) diz,

Não é o caso, aqui, de invalidar a noção ampliada de classe trabalhadora e de proletariado, ou de “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999), mas de atualizar o debate sobre educação e trabalho considerando o trabalhador docente como parte do trabalho produtivo ;é o que João Bernardo (1998, p. 19) chama de “produção de trabalhadores mediante trabalhadores”. Nessa concepção, o modelo de mais valia não estaria excluído do ambiente escolar, como defendem diversos autores, senão, pelo contrário, plenamente incorporado através do dispêndio de tempo do trabalhador docente que incorpora valor aos trabalhadores em formação, aqui compreendidos como produto (BERNARDO, 1998). (CAMPOS, 2018, p.31)

Nesse sentido, os(as) trabalhadores(as) da educação e de forma particular o trabalho docente é considerado a partir de uma releitura de Antunes (2001, p.13) como trabalho produtivo da classe-que-vive-do-trabalho. O trabalho docente está de forma particular qualificado em trabalho intelectual. Marx não teve tempo suficiente para aprofundar uma análise sobre a significação e o peso do trabalho intelectual na produção, limitando-se a dizer de forma genérica que em maior ou menor grau que o trabalho humano tem como pressuposto o trabalho intelectual, tendo em vista, que o ser humano através de um pressuposto ontológico necessita pensar antes de realizar qualquer tarefa. Isso nos faz seres humanos e nos diferencia de outras espécies que agem instintivamente.

Segundo Antunes (2001), o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das pré-formas humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem.

E bastante conhecida à distinção marxiana entre a abelha e o arquiteto. Pela capacidade prévia de ideação, o arquiteto pode imprimir ao objeto a forma que melhor lhe aprouver, algo que é teologicamente concebido e que é uma impossibilidade para a abelha. (ANTUNES, 2001, p. 136).

Mesmo sendo possível dizer que ela produza a mais bela e perfeita arquitetura em sua colmeia, mesmo assim não tem a capacidade de ideação prévia do arquiteto.

A discussão realizada por Antunes (2001), a partir das teses de Lukács e Habermans sobre o trabalho, tem como objetivo de discutir a centralidade do trabalho na atual sociedade.

Diz que uma das primeiras consequências dessa dimensão ontológica do trabalho é de que o trabalho se torna protoforma de toda a práxis social, sua forma originária desde que o ser social se constitui, o trabalho torna-se dessa forma, uma experiência elementar da vida cotidiana.

Antunes (2001) cita Aristóteles, dizendo que este distingue dois componentes do trabalho: pensar e produzir. Para ele, o “pensar” coloca a finalidade e concebe os meios para realizá-la. O segundo, o de “produzir”, concretiza o fim pretendido. Já Hartmann apud Antunes (2001) separou analiticamente a primeira etapa: o pensar em dois diferentes atos: 1) a posição de fim e 2) a concepção dos meios. Ambos são fundamentais para a realização do processo de trabalho, particularmente na ontologia do ser social.

Em relação a atividade de trabalho docente, esta pode ser classificada como um trabalho majoritariamente intelectual e imaterial na medida que é uma atividade formativa que visa elevar o nível de escolaridade dos alunos. É uma atividade que necessita da interação com o outro. Segundo Freire (1999), não existe trabalho docente sem o(a) os(as) discente(s). O trabalho do professor(a) da Escola Básica acontece como um momento de preparação do aluno para outra etapa da sua vida em que este estará se vinculando mais diretamente com o mundo do trabalho, através de uma atividade no setor produtivo, ou então no setor do trabalho improdutivo, de serviços. A atividade docente realiza-se também na interação com o aluno(a)-trabalhador(a), este aluno(a) que dedica um turno de seu dia de trabalho a formação propriamente dita, com vistas a elevar sua escolaridade.

Cabe ressaltar que a especificidade do trabalho docente se encerra, mais precisamente na relação aluno(a)-professor(a), na interação de sujeitos que realizam o processo educativo. Onde um necessita de saberes específicos da prática docente, saberes relativos à sua área, a sua função, enquanto ambos devem estar abertos ao aprendizado. Nem sempre estas condições estão garantidas, mas são premissas para a sua construção. O processo educativo não é unilateral, ele necessita da colaboração e empenho do conjunto dos atores envolvidos. Ele necessita da reciprocidade com o processo. Por isso, é possível falar em dialética, tanto professor(a), enquanto, o aluno(a), saem dele mais enriquecidos do que entraram. Este enriquecimento é em nível do aprendizado e da experiência.

Mas o que motiva esses professores(as) ao engajamento político são suas reais condições de trabalho. Portanto, o que explica alguns estarem engajados, enquanto outros não? Uma resposta possível para isso, encontra-se na literatura marxista. E explica-se através dos níveis de consciência.

Ao confrontar-se com as limitações no processo de trabalho e, principalmente, com baixos salários, a tomada de consciência para a ação coletiva é um elemento fundamental para que ocorra a manifestação social. Ela pode ser consequência de um processo que se desenvolve a partir da crítica da atividade prática; ela pode ser consequência de um trabalho de formação da própria categoria a respeito de interesses coletivos, a partir de sua entidade de classe, o sindicato, ou mesmo da cultura política de cada integrante possui. Essa cultura política pode ser construída em espaços anteriores ao trabalho como a faculdade ou outros movimentos sociais. E por último, depende muito do grau de influência de outros meios de formação de opinião como a mídia sobre a categoria, os partidos políticos e a opinião da sociedade.

É necessário pontuar que a autonomia da categoria em planejar as suas ações coletivas e colocá-las em prática com êxito depende do grau de independência desta categoria frente a elementos externos como a mídia, partidos políticos e os órgãos de governo.

1.3 Ações de protesto e os movimentos sociais

A discussão da dimensão da luta social do trabalho docente na investigação dos sentidos dessa luta social e sua influência no processo educativo para a categoria de trabalhadores no contexto de fenômenos coletivos mais amplos, chamados movimentos sociais, tem a compreensão que a luta individual pela sobrevivência, dificilmente transforma contextos sociais mais amplos, sem antes ser transformada em luta política.

Nesse sentido, nosso recorte histórico engloba as manifestações coletivas resultantes da ação política, o seu poder de intervenção na sociedade, nos rumos da educação, através da preparação de sua ação, assim como os sentidos atribuídos pelos educadores e funcionários a sua ação, buscando encontrar os sentidos provenientes desse processo de luta coletiva, desenvolvidas no capítulo 3.

Dessa forma, o movimento dialético da luta irá promover a conformação e também a influência do movimento social sobre o Estado e suas políticas. Por isso, é preciso saber no que consiste de fato um movimento social, como vemos a seguir.

1.3.1 Teoria dos movimentos sociais

Para Gohn (2011) é necessário delimitar o movimento social como objeto de estudo:

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 335).

Os movimentos sociais têm existido historicamente e expressado anseios populares. Atuam, principalmente, na organização de setores excluídos e oprimidos da sociedade; eles cumprem uma função na sociedade, de mantê-la sempre pulsante e viva além de possibilitar a participação política de setores que não tem garantido muitas vezes representação política nos espaços de poder.

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos”. (GOHN, 2011, p. 336).

É interessante observar que no Brasil os movimentos sociais ganham fôlego novo e começam um processo de reorganização depois da abertura democrática na década de 1980. Eles se diferenciam das ONGs especialmente pela luta pela democracia, colocando no horizonte a ampliação de direitos, como se pode verificar a seguir.

O que diferencia um movimento social de uma organização não governamental? O que caracteriza um movimento social? Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. (GOHN, 2011, p. 336).

Uma das tarefas fundamentais colocadas aos movimentos é organizar ações de protesto, ela é antes de tudo um trabalho coletivo, ele parte, quase sempre, de uma decisão tomada coletivamente, e se constrói a várias mãos, as decisões tem que chegar e dialogar com o sentimento que existe no local de trabalho, ela tem que ser a expressão de uma vontade coletiva, para que ocorra com êxito. A atividade política se tiver êxito possibilita aos(as) educadores(as) a vivência de experiências políticas coletivas com conquistas.

Tarrow (2009, p.19) adverte: “*a ação coletiva não é uma categoria abstrata que pode ficar fora da história e separada da política*”. A ação coletiva é, por isso, quase sempre política, ela gera a possibilidade de intervenção política, e não é como pensam muitas pessoas, fruto da ação espontânea ou de pessoas que não tem o que fazer, ou ainda da ação de extremistas, elas podem sim assumir este contorno, mas via de regra, ela é a execução de uma operação detalhadamente concebida e projetada pelos seus integrantes.

As manifestações sociais, que podem ser organizadas por diferentes grupos políticos, parecem fenomenicamente para o conjunto da população despolitizada, a expressão de uma sociedade desorganizada, caótica, sem regras. Essa é a mesma visão que teóricos da sociedade do século XIX sustentavam. Segundo Tarrow (2009)

Liderados pelo sociólogo Émile Durkheim (1951), os sociólogos do século XIX viam os movimentos sociais como um resultado de anomia e de desorganização social – uma imagem que fica bem clara na frase “a multidão enlouquecida”. (TARROW, 2009, p. 36).

No entanto, essas manifestações são expressões de um processo organizativo que demanda muito esforço. Cada professor(a), que se dirige a uma mobilização, necessita justificar sua falta no trabalho e, em alguns casos, precisa recuperar o dia de trabalho, e ele(a) só fará isso, para manifestar-se se antes adquirir uma consciência da situação política que vive e sentir a necessidade de intervir nela. Um(a) trabalhador(a) de diferentes áreas só irá aderir a uma manifestação se sentir que sua ação de protesto coletiva irá de fato incidir sobre o objetivo proposto.

Muitas pessoas estão trabalhando para que essa decisão seja tomada, essas pessoas são identificadas como líderes, e a elas cabe o papel de esclarecimento sobre um determinado assunto político, cabe o papel de mobilização e cabe também o papel de representação. Alguns(as) desses(as) líderes serão profissionalizados para desempenharem sua função, ou seja, serão remunerados pelo trabalho, outros farão isso concomitante com suas atividades docentes, esses(as) estarão na base social, ou seja, mais próximos a ela. Uma ação de mobilização só será efetiva quando a organização tem enraizamento social, ou seja, influência sobre sua base social.

Sobre a representatividade na atual gestão do CPERS/Sindicato, um de seus diretores Daniel Damiani afirma que:

Deve permanecer a representatividade, decisões mesmo que “moderadas” tomadas ouvindo uma grande parte da categoria. O que deve mudar é a forma de comunicação, fortalecer mais representações na base. Mobilizar mais politicamente a categoria, inclusive quando não se está em greve. Maior participação o sindicato nas escolas e na sala de aula. (Daniel Damiani, diretor do CPERS/Sindicato).

No entanto, a organização de uma manifestação social, não é tarefa fácil, ela requer um conjunto de pessoas trabalhando em prol de seu acontecimento, e só acontece, quando o tema de mobilização for de interesse dos educadores(as). Quando o motivo do protesto vai determinar as suas vidas, só assim uma categoria que estava politicamente inativa é capaz de reagir.

Nesse sentido, um protesto não é a expressão de uma desorganização social, antes disso, é a expressão da organização política de setores da sociedade. E seu acontecimento prevê gastos com elaboração política, planejamento, mobilização, deslocamento, alimentação e desgaste com confrontos. Sua ação se dirige diretamente a um governo, aos parlamentares, ou há um poder público instituído que esteja decidindo sobre seus interesses imediatos, por exemplo, sua liberdade de expressão, direitos já conquistados, suas horas de trabalho ou a questão salarial.

Para uma apreensão mais geral das teorias que vêm sendo desenvolvidas sobre movimentos sociais, buscamos na abordagem de Tarrow (2009) os aportes das teorias da política contestatória.

Para Tarrow (2009), os movimentos sociais têm se constituído como um importante objeto de análise, desde pelo menos, a emergência do Estado moderno e as lutas sociais massivas, que lhe deram origem no século XVIII, na Europa.

Mas foi a partir das elaborações de Marx e Engels, os primeiros teóricos dos movimentos sociais, que se contrapôs a ideia de que os confrontos políticos promovidos pelos movimentos sociais manifestavam uma desordem social. Nesse sentido, os movimentos sociais passaram a ser entendidos como a organização de uma luta social que está enraizada na estrutura de classe da sociedade e, portanto, não apenas resultado de uma anomia, de escolhas e ações individuais. O reconhecimento da luta de classes e das formas das manifestações tomadas por essa luta é de fundamental importância para compreender os estudos sobre movimentos sociais.

Para Gonh (1997, p. 20), “*enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos e deverá haver teorias para explicá-los*”.

A tradição de estudos sobre os movimentos sociais desenvolvida pelas ciências sociais foi colocada enquanto demanda, a medida que, esses se tornavam efetivamente organizações centrais nos processos de mudança e transformações políticas desenvolvidas na sociedade, essa demanda trouxe a construção de uma definição mais precisa para o significado do movimento social no tempo atual.

Nesse sentido, segundo Tarrow (2009, p. 23), confrontos políticos remontam o início da história, no entanto um confronto político não denota um movimento social. Para a constituição e reconhecimento de um movimento social é necessário que ocorram processos de preparação da ação coletiva, acúmulo de experiências através de processos organizativos anteriores, a manutenção e sustentação do confronto por longos períodos frente a opositores políticos poderosos, assim como a construção de significados e construção de identidades coletivas na luta política.

No entanto, esses processos exigem um conjunto de relações sociais, da qual não é suficiente pensar a simples conjugação de um somatório de confrontos ocorridos na sociedade, os movimentos sociais não denominam um conjunto de fatos de confronto político que ocorrem de forma isolada e aleatória na sociedade. São processos construídos por atores sociais que estão em atividade contínua combinada, e nesse sentido, estabelecendo relações que permitem interconexões que podem criar condições de confronto.

Esses atores sociais que desenvolvem um conjunto de articulações na elaboração e produção do confronto político estão concomitantemente envolvidos em um processo de construção de significados da sua ação política.

Nesse sentido, as alterações promovidas pelo engajamento em um movimento social são um processo de articulação que envolve uma dimensão cultural e altera, entre outras coisas, a maneira de elaborar, interpretar e significar a ação em relação ao mundo e a maneira como as pessoas se colocam no mundo. Ao identificar características na construção da identidade de militantes Tarrow (2009, p.139) afirma que:

Os movimentos sociais tentam substituir um sistema dominante de crenças que legitima o status quo por um sistema de crenças alternativo e mobilizador que apoia a

ação coletiva para a mudança. (GAMSON; FIREMAN; RYTINA, 1982 apud TARROW 2009, p. 139).

Estudiosos de movimentos sociais concordam que os símbolos cumprem um importante papel na construção de um sistema alternativo de crenças, contribuindo na incorporação de valores. Neste sentido, os símbolos são utilizados na mobilização política dos militantes, tem seus significados construídos, e encontram no processo de luta social, um ambiente favorável a interpretação e ressignificação.

Coloca-se a questão de que esses significados têm que estar em conformidade com as condições de luta que se desenvolvem os confrontos políticos, segundo Tarrow (2009, p.140), *“há um paradoxo na política simbólica dos movimentos: entre desenvolver símbolos dinâmicos que sejam familiares às pessoas e baseados em sua própria cultura”*.

Sherer-Warren (2009), em uma revisão sobre o conjunto de teorias produzidas sobre movimentos sociais, colocou que a tentativa de uma aproximação entre as teorias norte-americanas com referência no paradigma da escolha racional, denominada “teoria da mobilização de recursos” com as teorias europeias, que passaram por uma influência culturalista e neomarxista, denominadas “teoria dos novos movimentos sociais”, foi um esforço significativo e produtor de novas sínteses, nesse sentido identifica que,

Essa postura abriu o caminho para um diálogo entre teorias da modernidade e da pós-modernidade, contribuindo para aprofundar o entendimento sobre as formas de mobilizações sociais contemporâneas e as possibilidades políticas de uma sociedade em redes, mas sem desvendar o desejo emancipatório mais arraigado dos sujeitos historicamente discriminados. (SHERER-WARREN, 2009, p. 3).

Tarrow (2009) elabora um conjunto de perguntas que podem contribuir e trazer um pouco de luz em uma pesquisa sobre como ocorre o processo de significação da ação política e contribuir na interpretação do confronto:

Como os sujeitos visados pelos movimentos sociais interpretam a série de símbolos dos desafiantes? Os intelectuais podem interpretar materiais simbólicos para seus receptores, mas podemos estar seguros que são lidos da mesma forma por pessoas comuns? Em particular, podemos inferir a valência emocional na ponta receptora da comunicação simbólica a partir de sujeitos sociais sem voz? (TARROW, 2009, p. 140).

Essas perguntas que permitem uma interpretação da interação e comunicação de significados elaborados pelos movimentos sociais e propagados para e interpretados por setores da sociedade.

No entanto, os movimentos sociais constroem significados e comunicam esses significados para a sociedade das mais diferentes formas, de forma contenciosa quanto demarcam uma posição política e ou pretendem avançar nas negociações de uma pauta reivindicativa, mas também o fazem para manter sua base social mobilizada e para manter e fortalecer o seu sistema alternativo de crenças.

Por exemplo, alguns estudos foram realizados sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil trazendo uma abordagem sobre a construção de significados para a ação política. Esses estudos destacaram a importância da motivação e mobilização dos militantes no processo de aprendizagem de uma nova concepção de vida:

Trata-se do sentimento da pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma ideia do coletivo. Blumer destaca, já nos anos 30, a importância para os movimentos do desenvolvimento de símbolos, como canções, slogans, poemas, hinos, gestos, indumentárias, etc." ... assim como, "reuniões, manifestações, cerimoniais comemorativos, desfiles", mais tarde integrados na mística do MST (STÉDILE;FERNANDES, 1999, p. 129-137; ALMEIDA, 2005 apud SCHMITZ, 2009, p. 14).

Também se deve considerar a contribuição que identificou o processo de aprendizagem de uma ideia do coletivo, de uma forma de identificação construída a partir da ressignificação da trajetória dos militantes integrantes do movimento social, possíveis quando ancoradas em projetos de transformação mais abrangentes para a sociedade. Segundo Touraine (1978):

Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. (...) ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social." Entende um movimento social "como a combinação de um princípio de *identidade* (lutamos em nome de quem?) de um princípio de *oposição* (contra quem?) e de um princípio de *totalidade* (que designa a dinâmica societária). (TOURAINÉ, 1978 apud CHAZEL, 1995, p. 329).

A proposta de um projeto cultural para a sociedade transfere aos movimentos sociais a capacidade de propor e construir uma intervenção transformadora na realidade social que produz novas condições de existência, mas possivelmente o movimento social, e sua estrutura política organizativa, não obtenham o mesmo controle sobre os resultados e o processo de significação da nova condição cultural proveniente dessa intervenção. Schmitz (2009) coloca a existência do movimento nos seguintes termos:

Assim, a análise deve se basear nos principais indicadores, ou seja, a capacidade de mobilização, a existência de um adversário, a atuação através do meio de protesto e a existência de uma causa para a luta. Importante é, se o movimento continua nessa luta ou se acomodou administrando problemas cotidianos para manter a sua existência

(importante para líderes e funcionários) e defender suas conquistas. (SCHMITZ, 2009, p. 13).

A partir desses elementos percebe-se a complexidade da base social dos professores da educação básica do Rio Grande do Sul que ocorre com a constituição de movimento social sindical, sua identificação com o sindicato da categoria e o sentido de pertencimento a uma mesma categoria e sua motivação para a luta social, bem como a organização das ações coletivas e greves.

Para Tarrow (2009), nem todos os eventos de protestos merecem o nome de movimentos sociais. Neste sentido, existem alguns pressupostos que definem e caracterizam um conjunto de eventos de protesto enquanto movimento social:

São eles: sequência de confrontos políticos baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos. (TARROW, 2009, p. 18).

Os movimentos sociais eram considerados como violência, privação ou extremismo. Eram considerados consequências da desorganização social.

A ação coletiva não é uma categoria abstrata que pode ficar fora da história e separada da política. As formas contenciosas da ação coletiva são diferentes das relações de mercado, dos grupos de pressão ou da política representativa porque põem pessoas comuns em confronto com opositores, elites ou autoridades. Elas têm poder porque desafiam os detentores de poder, produzem solidariedade e fazem sentido para alguns grupos específicos da população, situações e culturas nacionais. (TARROW, 2009, p. 20).

Para Tarrow (2009), o extremismo é uma forma exacerbada dos quadros de significado encontrados em todos os movimentos sociais; a privação é uma fonte particular de propósitos comuns que todos os movimentos sociais expressam; e a violência é uma exacerbção dos desafios coletivos. Propõe, dessa forma, que na atualidade os movimentos sociais sejam vistos como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa inteiração sustentada com as elites, opositores e autoridade.

Para essa definição são propostas quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e inteiração sustentada. A análise sobre o movimento dos professores do Rio Grande do Sul tomou como referência esse quadro interpretativo proposto por este teórico.

1.3.2 Propósito comum

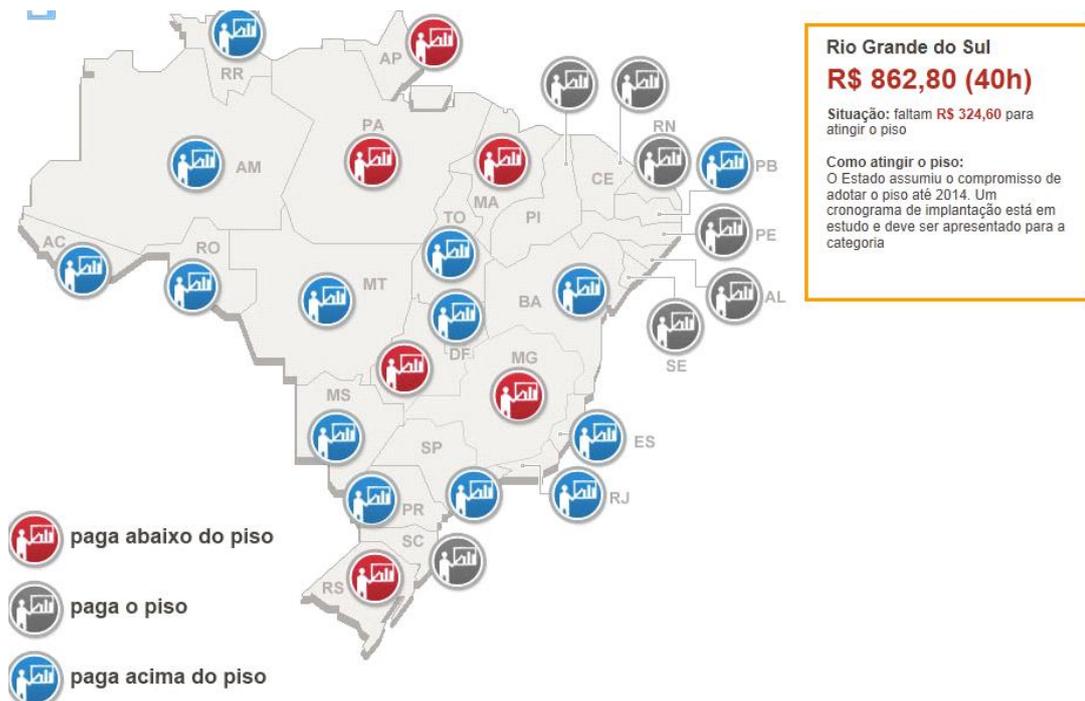
Uma das principais demandas que tem caracterizado o potencial do movimento sindical enquanto movimento específico da luta social é a luta salarial propriamente dita. Essa é uma das críticas analisadas por Giovanni Alves (2002) e que consiste em que o sindicalismo tem persistido no erro do corporativismo e conseqüentemente da burocratização limitando, por assim dizer, a luta das mais diversas categorias aos prerrogativas da luta meramente salarial, o que representaria uma redução do conjunto da luta necessária para melhorar as condições de trabalho da categoria. No entanto, mais que uma questão de estratégia para algumas categorias, como a dos docentes estaduais do Rio Grande do Sul, este tem sido um problema premente.

O CPERS-Sindicato tem grande justificativa para empreender a sua luta salarial tendo em vista que na atualidade no ranking salarial dos professores estaduais do Brasil, a base salarial do Rio Grande do Sul encontra-se na pior colocação do Brasil, em 2011 ele perdia apenas para os professores de Maranhão e de Minas Gerais, que tem a pior faixa salarial dos professores da Escola Básica do Brasil (2011), conforme mapa salarial abaixo. Em 2015, o Rio Grande do Sul desceu a pior colocação do Brasil.

Conforme mapa do piso salarial nos Estados, que trata sobre a constitucionalidade da lei 11.738/2008 em que institui o piso salarial nacional dos professores do magistério público da Educação Básica, os governos precisam cumprir o pagamento mínimo de R\$ 1.187 para professores que tem uma jornada de 40 horas semanais. O mapa, Figura 2, traz um levantamento dos Estados que cumprem a lei.

Figura 2: Mapa do Piso Salarial em 2011.¹³

¹³ É necessário uma atualização desse mapa salarial, já que os(as) professores(as) estaduais do Maranhão no ano de 2018 passaram a ganhar equivalente a 40h de trabalho semanais o valor de R\$ 5.750,00. Este valor consiste em um dos melhores salários de professores(as) estaduais do país.



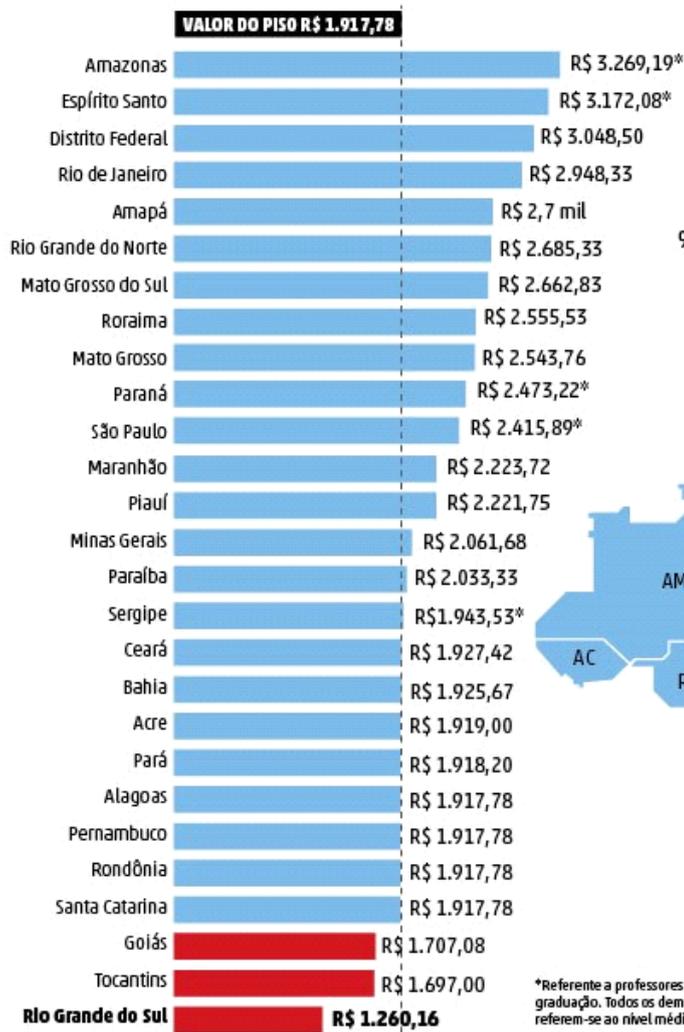
Fonte: Estado de São Paulo (2011).

Em recente matéria sobre o piso salarial dos professores diz que entre 2011 e 2012, o índice foi 22% e o valor passou de R\$ 1.187 para R\$ 1.451. Em levantamento feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), há o relato de que 17 Estados não pagam o novo piso nacional dos professores, de R\$ 1.451, e 18 não respeitam a jornada extraclasse, que prevê que 33% do tempo de trabalho dos docentes sejam utilizados para atividades como correção de provas, preparação de aulas, formação profissional, entre outras.

Em 2015, é lançado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) novo mapa do piso salarial dos professores no Brasil, Figura 3. Neste o Rio Grande do Sul encontra-se novamente na posição de último colocado do Brasil, entre aqueles estados que não pagam o piso salarial aos seus professores, juntamente com Tocantins e Goiás.

Figura 3: Mapa 2- Vencimentos básicos no início da Carreira (40 horas) por Estados do Brasil- 2015.

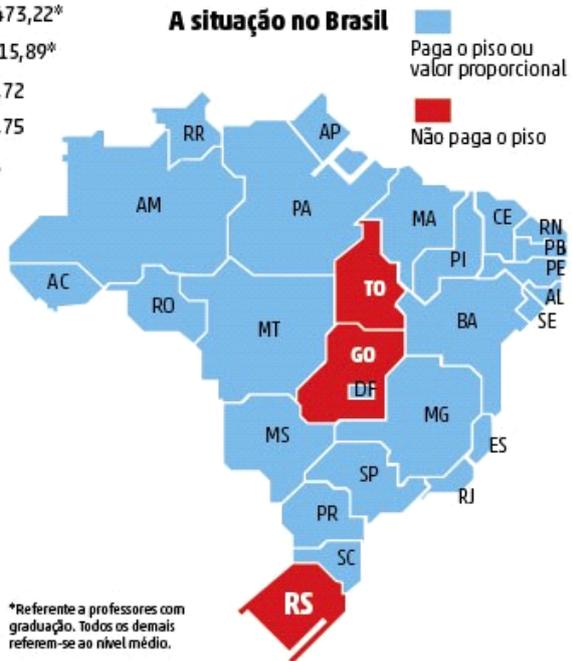
Vencimentos básicos no início da carreira (40 horas)



A evolução do valor do piso (R\$)



A situação no Brasil



Fonte: CNTE (2015).

Em 2018, depois de congelamentos de salários por 4 anos, pois desde novembro de 2014 os professores(as) não recebem reajuste salarial, o governo de José Ivo Sartori (MDB) anuncia mais um ano de congelamento de salários.

1.3.3 Desafios coletivos

Os movimentos sociais não se limitam aos seus interesses imediatos, eles estão sempre em diálogo com outros atores políticos e suas respectivas pautas. E podem se engajar em diferentes desafios, como fazem partidos políticos, associações voluntárias e cidadãos comuns

mantendo reivindicações temporárias comuns com outros atores. Como é o caso do engajamento protagonizado pelo CPERS-Sindicato na luta pela não privatização da água no ano de 2011 em Santa Cruz do Sul, quando ocorreu uma convergência de movimentos sociais em torno dessa luta específica. A situação de confronto foi sustentada contra o poder público municipal, que na oportunidade tentou retirar a licitação da jurisprudência do serviço público e levá-lo para o setor privado.

Inúmeros são os casos na história que o CPERS-Sindicato vem inserindo em seu repertório de luta e ações de protestos, atos públicos e ações combinadas com outros movimentos sociais, saindo de sua agenda de lutas mais específicas, cabe salientar aqui um marcha que acontece anualmente no mês de novembro e é organizada e protagonizada pelo movimento social gaúcho e nacional, a “Marcha dos Sem” que tem sua origem no período da ditadura militar e até os dias atuais é um instrumento de luta contra a opressão e desigualdade social.

Alguns períodos foram e são fortemente marcados pelo confronto policial, isso ocorre de forma mais recente pelo menos em dois ou quatro governos democráticos: o governo Antonio Britto (1995-1998), o governo Ieda Crusius, PSDB, (2007-2010) e o governo José Ivo Sartori. Nestes governos a sociedade gaúcha acompanhou inúmeros eventos de protestos que acabaram em sérios conflitos policiais.

Conforme Lopes (2017), esses períodos ficaram marcados no imaginário dos professores. Algumas notícias estamparam capas de jornais de circulação no Estado e fazem parte da política da educação dispensada pelos governos e expressa a maneira que cada um dos governos tem negociado com as demandas da educação pública apresentada pelos professores e seus representantes. Os eventos de protesto desses períodos políticos são considerados conflitos contenciosos do confronto político.

Os maiores desafios coletivos tem sido expressos na organização de greves da categoria. Essas greves acontecem periodicamente e envolvem toda a categoria, em instâncias de decisão e diálogo, a partir dos anos 1991, no CPERS/Sindicato, com exceção do período que compreende entre 1991 e 1997, um intervalo de 6 anos em que não ocorreram greves, elas ocorreram, como mostrado aqui, com bastante frequência nos governos que se sucederam.

1.3.4 Solidariedade e identidade coletiva

Um dos pressupostos para a existência de um movimento social e a conformação de uma identidade e a capacidade de liderança que consiste em um elemento necessário para a existência da coletividade. As lideranças também desempenham um importante papel na mobilização da categoria. Em relação aos líderes *“eles têm a tarefa de mobilizar um consenso, desempenhando um importante papel na sua estimulação”* (TARROW, 2009, p. 22).

Conforme a citação de Tarrow (2009) são somente os líderes que

podem criar um movimento social quando liberam os mais profundos sentimentos de solidariedade ou identidade. Acrescenta a isso que a razão do nacionalismo e a afiliação étnica terem sido bases mais sólidas de organização de um movimento do que o imperativo baseado numa categoria, a classe social (TARROW, 2009, p. 23).

É apenas quando a ação coletiva contra antagonistas é sustentada que um episódio de confronto se torna um movimento social: *“a sustentação da ação coletiva em interação com opositores políticos poderosos distingue o movimento social das formas iniciais de protesto que vieram antes dele na história e ainda hoje o acompanham”* (TARROW, 2009, p. 23).

Uma das características do movimento social é a capacidade de empreender ações coletivas e ter a capacidade de sustentação dessas ações. Neste contexto, percebe-se que em maior ou menor grau o CPERS/Sindicato cumpre as características na conformação de um movimento social, pois apresenta um propósito comum, solidariedade entre seus membros, ações de protesto frequentes e sustenta ações políticas contra opositores poderosos, como os governos. Tendo sucesso ou não em seus empreendimentos.

1.4 Protagonistas da ação: uma das maiores bases sindicais do Rio Grande do Sul

A partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica do Inep/MEC 2005 procurou-se retratar numericamente a categoria de professores(as) e funcionários(as) da educação do Rio Grande do Sul.

Uma das características que se sobressaíram dessa identificação é a feminização da docência, que será discutido no subcapítulo subsequente.

1.4.1 Cenário e Atores Sociais

A partir de dados do censo escolar do INEP/MEC (BRASIL, 2015) é possível estabelecer um retrato, desses sujeitos, pelos quais identifica-se enquanto trabalhadores(as) da educação do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, esses(as) professores(as) são responsáveis pela educação formal de 973.020 crianças, jovens e adultos, que estão matriculados nas modalidades e etapas de ensino: educação infantil, creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional, especial e de jovens e adultos, conforme explicita o Quadro 1:

Quadro 1: Matrícula Inicial por Modalidade e/ ou Etapa de Ensino –RS 2015.

Matrícula Inicial por Modalidade e /ou Etapa de Ensino - RS 2015

Dependência Administrativa	Matrícula Inicial							Total
	Modalidade Regular				Modalidade Educação Profissional	Modalidade Educação Especial	Modalidade Educação de Jovens e Adultos	
	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio				
Estadual	199	8.425	533.117	313.294	31.539	1.617	84.829	973.020
Federal	117	136	1.203	1.637	27.581	0	193	30.867
Municipal	98.345	134.108	646.548	4.764	1.119	1.681	41.997	928.562
Particular	69.857	65.305	149.207	44.280	60.048	10.979	15.914	415.590
Total	168.518	207.974	1.330.075	363.975	120.287	14.277	142.933	2.348.039

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2015

Fonte: Brasil (2015).

Pode-se observar também que a categoria dos(as) professores(as) do Estado compreendem 48.758 professores(as) ativos(as), lotados em 39 Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE's). Exercem a docência em 2.571 estabelecimentos de ensino, em 479 municípios, formando a rede pública estadual, Quadro 2.

Quadro 2: Estabelecimentos de Ensino – RS 2015.

Estabelecimentos de Ensino - RS 2015

CRE	Dependência Administrativa				Total
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	
1	258	5	98	706	1.068
2	171	3	558	249	983
3	91	1	247	67	409
4	122	2	225	313	666
5	129	3	282	119	538
6	108	1	282	83	480
7	124	3	208	74	416
8	108	7	203	69	395
9	45	1	115	21	191
10	63	2	89	40	204
11	102	1	256	73	443
12	95	2	185	48	342
13	68	1	136	34	252
14	40	1	85	22	162
15	115	1	146	31	308
16	77	1	146	72	312
17	78	1	133	31	260
18	41	1	106	35	201
19	57	1	106	36	219
20	90	2	152	24	288
21	75	1	107	15	219
23	30	1	56	8	118
24	52	0	107	24	207
25	49	0	140	15	229
27	79	2	171	131	410
28	90	3	200	139	460
32	55	0	74	15	176
35	35	1	64	17	152
36	62	1	90	29	218
39	62	0	116	26	243
Total	2.571	49	4.883	2.566	10.069

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2015

Fonte: Brasil (2015).

Quadro 3: Professor(a) em Exercício (em Sala de Aula) – RS 2015.

Professor em Exercício (em Sala de Aula) - RS 2015

CRE	Dependência Administrativa				Total
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	
1	5.946	405	2.423	7.162	15.937
2	3.421	47	6.946	2.756	13.172
3	1.330	5	2.026	981	4.345
4	2.440	101	3.377	2.678	8.600
5	2.444	377	3.646	1.198	7.670
6	1.932	39	1.945	843	4.765
7	2.023	138	2.198	1.005	5.371
8	2.388	406	1.864	1.058	5.724
9	905	47	951	301	2.213
10	1.491	72	1.326	445	3.344
11	1.834	38	2.768	649	5.300
12	1.723	98	2.300	538	4.671
13	1.201	39	1.255	400	2.908
14	762	24	629	302	1.731
15	1.565	50	1.563	456	3.649
16	1.203	67	1.413	725	3.424
17	1.127	51	1.130	585	2.910
18	1.132	105	1.644	519	3.418
19	1.282	26	1.084	328	2.739
20	1.539	42	1.316	195	3.112
21	1.074	45	922	141	2.203
23	536	18	625	105	1.307
24	863	0	1.029	317	2.233
25	902	4	977	107	2.015
27	1.561	97	3.168	1.541	6.394
28	2.579	24	3.678	1.646	7.955
32	699	0	590	95	1.416
35	813	51	734	249	1.882
36	1.057	53	985	396	2.527
39	986	0	1.079	346	2.450
Total	48.758	2.469	55.591	28.067	134.885

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2015

Nota: 1) Professor em Exercício - Profissional que exerce a função de docência, responsável pelo processo de aprendizagem e que atua diretamente com o aluno em sala de aula.

2) O mesmo professor pode atuar em mais de uma Dependência Administrativa, Município e Escola.

Fonte: Brasil (2015).

O número de salas de aula pela rede pública estadual compreende 27.124, das quais 25.080 são utilizadas no ano de 2015. Observa-se também as salas de aula por localização, sendo no estado 22.092 salas na zona urbana e 2.988 na zona rural, Quadro 4.

Salas de Aula Existentes e Utilizadas, por localização - RS 2015

Dependência Administrativa	Localização	SALAS EXISTENTES	SALAS UTILIZADAS (dentro e fora do prédio)
Estadual	Urbana	23.913	22.092
	Rural	3.211	2.988
	Total	27.124	25.080
Federal	Urbana	956	840
	Rural	218	213
	Total	1.174	1.053
Municipal	Urbana	28.576	27.265
	Rural	7.576	7.138
	Total	36.152	34.403
Particular	Urbana	25.203	22.085
	Rural	85	81
	Total	25.288	22.166
Total do Estado	Urbana	78.648	72.282
	Rural	11.090	10.420
	Total	89.738	82.702

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2015

Nota: **Salas Existentes** - quantidade de salas de aula construídas ou adaptadas para uso permanente em atividade de ensino-aprendizagem constando apenas as do prédio da escola.

Salas Utilizadas - quantidade de salas de aula utilizadas de forma permanente ou provisória. Inclui as salas que ficam dentro e fora da escola.

Fonte: Brasil (2015).

Em números totais existem 96.497 funcionários(as) trabalhando na Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul, destes 48.758 são professores(as) ativos(as) da rede pública estadual, e os demais estão localizados nas funções técnicas e administrativas das escolas.

Quadro 5: Funcionários (as) –RS 2015.

Funcionários - RS 2015

CRE	Dependência Administrativa				Total
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	
1	11.042	813	6.563	18.707	37.125
2	6.292	150	17.785	6.749	30.976
3	2.695	18	4.929	2.032	9.674
4	4.309	195	7.509	5.650	17.663
5	4.705	881	8.103	2.899	16.588
6	3.878	80	5.388	1.843	11.189
7	4.241	420	5.209	2.313	12.183
8	4.694	1.419	4.144	2.435	12.692
9	1.840	137	2.255	500	4.732
10	3.297	331	3.453	953	8.034
11	3.647	95	7.682	1.401	12.825
12	3.314	206	5.476	1.267	10.263
13	2.419	113	3.056	806	6.394
14	1.611	70	1.400	671	3.752
15	3.200	138	3.531	984	7.853
16	2.344	266	4.202	1.663	8.475
17	2.550	128	2.827	1.324	6.829
18	2.188	201	3.480	1.287	7.156
19	2.699	85	2.595	659	6.038
20	3.056	152	2.786	358	6.352
21	2.238	145	2.326	294	5.003
23	1.042	31	1.595	225	2.893
24	1.908	0	2.210	667	4.785
25	1.759	0	2.129	209	4.097
27	2.906	167	6.813	3.529	13.415
28	5.021	95	7.680	3.370	16.166
32	1.578	0	1.231	278	3.087
35	1.705	124	1.669	487	3.985
36	2.279	117	2.569	732	5.697
39	2.040	0	2.726	703	5.469
Total	96.497	6.577	133.321	64.995	301.390

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2015

Nota: O número de funcionários corresponde ao total de pessoas que desempenham funções docentes, técnicas e administrativas na escola.

Fonte: Brasil (2015).

A relação de trabalho destes(as) profissionais está colocada em dois níveis: os professores(as) nomeados(as), que ingressaram no magistério estadual através de concurso público e possuem estabilidade e plano de carreira. E os professores(as) com contrato provisório, ou seja, vínculo empregatício precarizado, pois não possuem estabilidade no trabalho e nem plano de carreira.

Conforme dados fornecidos pelo CPERS-Sindicato e publicados no jornal Zero Hora em 2015¹⁴, o número de professores(as) que possuem Contrato Temporário gira em torno de 20 mil profissionais, eles também divulgam um número de 59,5 mil concursados. O número de professores contratados alcança em 2015 o percentual de 30% da categoria de professores(as) do Estado do Rio Grande do Sul.

O sindicato da categoria desde 1990 congrega também os funcionários de escola, possui atualmente em torno de 84 mil associados, uma base de professores(as) e funcionários(as) ativos(as) e aposentados(as), conforme já anunciamos anteriormente. Organiza-se através de núcleos regionais, possuindo atualmente 42 núcleos no Estado do Rio Grande do Sul.

Dados recentes do CPERS/Sindicat¹⁵ informam que a categoria é composta atualmente por 99.923 educadores(as) na ativa (sendo 78.328 professores(as) e 21.595 funcionários(as) de escola) e 96.676 inativos(as) (sendo 89.007 professores(as) e 7.969 funcionários(as) de escola), ou seja a metade da categoria, quase 50% é composta por professores (as) inativos(as).

Uma característica da categoria é a rotatividade dos trabalhadores(as) docentes. De acordo com o governo de José Ivo Sartori, foram exonerados 3 mil trabalhadores(as) em educação no ano de 2016, e estima-se que esse número chegue a 8,8 mil em 2018¹⁶ devido a reforma da previdência.

Figura 4: O cenário no Governo Estadual -2017.

¹⁴ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/02/governo-e-cpers-divergem-sobre-numero-de-professores-que-faltam-na-rede-estadual-4701135.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

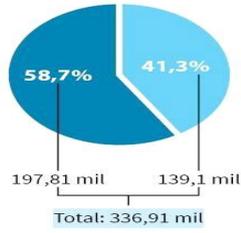
¹⁵ Esses dados foram fornecidos a pesquisadora pela assessoria de comunicação do CPERS/Sindicato em 2017.

¹⁶ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/07/inativos-ja-sao-554-da-folha-de-servidores-do-rs-cjj3j1hdk017g01qo9tbayvp3.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

O CENÁRIO NO GOVERNO ESTADUAL

Novas aposentadorias em 2016	7.571
Servidores aptos a se aposentar em 2017	7.880

Ativos x inativos



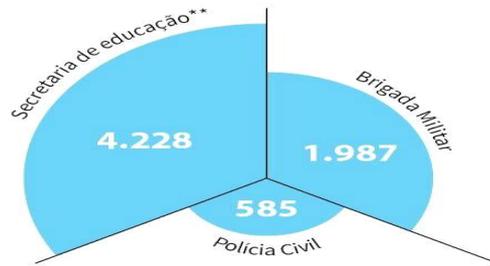
Custo mensal da folha*



*Base de janeiro deste ano



Órgãos com maior número de aposentadorias em 2016

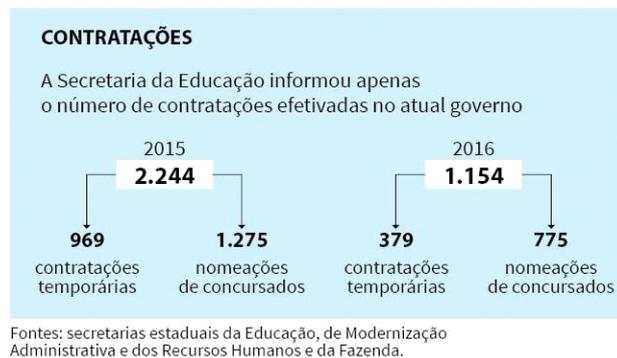


**Inclui outros servidores da pasta além dos professores.

Figura 5: A situação dos(as) Professores(as).¹⁷

*Aptos a se aposentar em 2017: **4.140**

**Incluindo professores efetivos e com contratos temporários.



A partir das Figuras 1 e 2, expostos acima, é possível observar a rotatividade de profissionais na categoria no atual governo do Estado, empossado em 2015, através de situações como afastamentos, exonerações, que tem apresentado um índice elevado, aposentadorias e óbitos. Em contrapartida, as contratações ocorrem através de contrato emergencial e de nomeações do último concurso público para provisão de vagas realizado em 2013.

¹⁷ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/02/governo-e-cpers-divergem-sobre-numero-de-professores-que-faltam-na-rede-estadual-4701135.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

1.4.2 Mulheres na educação: da vocação à profissionalização!

Uma das características do trabalho docente na educação básica é a sua constituição majoritária por mulheres, revelando a questão da feminização deste trabalho, a partir das prerrogativas do cuidado, que historicamente é realizado por mulheres e não remunerado. Pode-se verificar os dados sobre essa predominância de gênero, através do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação- INEP de 2007, conforme revela a Figura 6.

Figura 6: Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007.

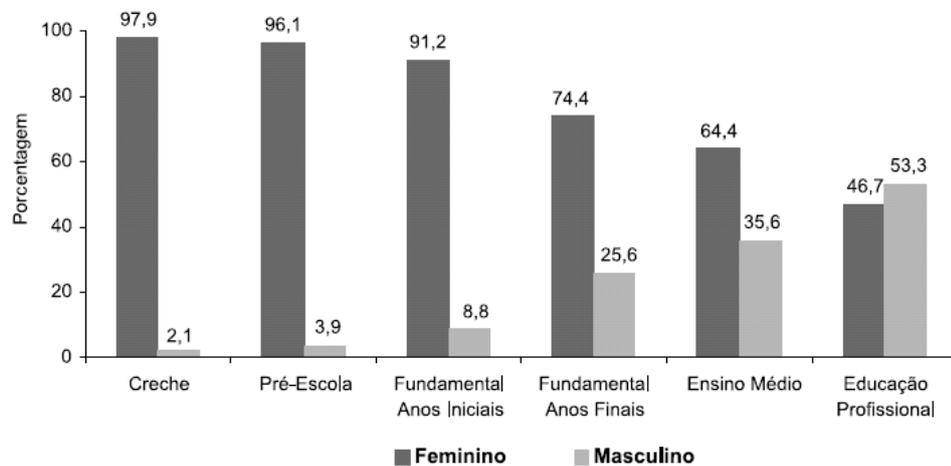


Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007

Fonte: MEC/Inep/Deed

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisa em Educação, de 2007

A Figura 6 revela ainda que nos anos iniciais da formação escolar as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho docente, com índices superiores a 90% da ocupação dos postos de trabalho, à medida que o nível de formação escolar vai aumentando essa razão se inverte, pois podemos observar 35% de homens na docência do ensino médio, e a maioria 53,3% de homens na educação profissional, onde estão os melhores salários.

Como origem dessa feminização, Ferreira (2006) e Lopes (2010)¹⁸ identificam que, a partir dos anos 50 do século XIX, paulatinamente os mestres miseráveis e pouco instruídos, cedem lugar a profissionais formados e preparados para o trabalho docente. E, a partir da

¹⁸ “As escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do Século XIX vão, em algumas décadas ceder lugar a profissionais mais formados para a atividade docente”(LOPES, 2000, p. 101).

metade deste século, um conjunto de modificações ocorridas nos países ocidentais irá desembocar na feminização da docência.

Uma dimensão desta feminização consiste em confundir docência com os cuidados da maternidade. A partir de Carvalho (1999) se pode perceber que a noção de cuidado atribuído as professoras da educação infantil e do ensino fundamental está distante da noção de profissionalismo que costuma a ser atribuída aquelas atividades com um envolvimento mais racional, ou seja, ligado ao universo masculino. Esta seria uma boa base para pensar porque apenas, ou quase exclusivamente, as mulheres estão envolvidas na educação infantil e são a grande maioria do magistério.

Considerando que o conceito de profissionalismo costuma estar associado muito mais à masculinidade, uma vez que se espera dos indivíduos técnicas e domínio de um determinado campo do saber, verificou-se que para as professoras investigadas, este conceito parecia definir-se a partir do envolvimento pessoal, da realização e do prazer obtido no trabalho. (CARVALHO, 1999, p. 321).

Pode-se cogitar que os homens com o mesmo nível de instrução que as mulheres professoras estariam atuando em áreas mais rentáveis, como revela afigura acima, o maior número de homens, nas escolas de educação profissional, onde estão os maiores salários. Desse modo, não se pode explicar se o magistério é economicamente desvalorizado porque é composto majoritariamente por mulheres ou se é porque é composto majoritariamente por mulheres que é socialmente desvalorizado.

A pesquisa de Carvalho (1999) constatou que culturalmente a noção de cuidado está associado ao universo feminino e, se há um distanciamento das mulheres dessa condição, ela é remetida diretamente a uma noção de culpa. Para os homens, ao contrário, foi verificado que encontram dificuldade nessa profissão, onde exige maiores cuidados. Para a autora, existem *“atributos como a afetividade, intensas relações interpessoais, o comportamento maternal e o cuidado à feminilidade e, por outro lado, a racionalidade, as relações pessoais mais distantes, a disciplina e a competência profissional à masculinidade”*. (CARVALHO, 1999, p. 321).

Retomando a ideia de sacerdócio, exposta acima, ainda existe uma vaga ideia entre os docentes da escola básica que sua profissão estaria ligada a uma ideia de sacerdócio, ou seja, uma entrega religiosa a atividade que exercem. Para entender essa compreensão que paira sobre a docência, Marques (2017) vai explicar que:

Define-se o sacerdócio, aliás, como uma espécie de atividade ministerial de cultos de fundo divino e a vinculação histórica deste conceito com a atividade educativa possivelmente tenha relação com os valores religiosos sempre tão presentes nas formas de ensinar originais. (MARQUES, 2017, p. 33).

O sacerdócio consiste em uma vocação, a qual o sujeito se entrega integralmente, e requer uma série de sacrifícios, tendo em vista sua dimensão religiosa. Marques (2017) considera que a ruptura com essa concepção de sacerdócio não foi algo fácil e requereu longo processo que passa pela organização sindical dos professores. Por outro lado, evidenciava-se que a docência era ocupada majoritariamente por mulheres. Sobre isso, o mesmo autor diz que:

A consideração da docência como um trabalho vocacional manteve de muito tempo ao magistério uma aura de atividade extra doméstica, que a ideologia patriarcal considerou adequada para as mulheres. Era assim constituída a figura da professorinha ou da “tia” que atua por amor aos seus “sobrinhos” e “sobrinhas”. (MARQUES, 2017, p. 38).

Esses dois argumentos podem contribuir para uma explicação da desvalorização social do trabalho docente. Tendo em vista que esta profissão carrega um peso histórico que o vincula por um lado a características eminentemente femininas, a partir do momento que existe uma construção social histórica do lugar do feminino na sociedade. A princípio, esta construção está ligada a atividades não remuneradas e socialmente desvalorizadas no processo produtivo como a maternidade, por esse motivo essa atividade é delegada prioritariamente e historicamente às mulheres.

A noção de sacerdócio traz a questão da entrega a profissão, da dedicação religiosa, total e irrestrita, sem o questionamento sobre direitos, salários e condições de trabalho. Ao nosso ver, esta interpretação opera no sentido contrário da profissionalização que, segundo Marques (2017, p.38), só vai surgir com o surgimento das associações profissionais na década de 1930, que visavam lutar por direitos comuns a categoria dos(as) professores(as).

Para Fisher e Tronto (1991 apud SOARES, 2012, p. 40) as atividades que definem o cuidar (care) compreendem *“tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar nosso mundo de maneira que possamos viver tão bem quanto possível. Esse mundo compreende nosso corpo, nós mesmo e nosso meio ambiente, todos os elementos que nós buscamos associar em uma rede complexa, para sustentar a vida”*.

Soares (2012) diz ainda que existe uma divisão sexual do trabalho emocional, pois aos homens são delegados trabalhos que exigem agressividades, dureza, rudeza, frivolidade. Nesse sentido, há uma construção histórica de que o homem não pode chorar, nem ser sensível. Já para as mulheres, são delegadas tarefas que exigem delicadeza, empatia, gentileza e sensibilidade. Seguindo essa divisão das emoções, características como agressividade,

representa para os homens liderança, e, para as mulheres, descontrola. Significados diferentes são atribuídos a mesma característica para sexos diferentes.

Historicamente, essas características são atribuídas através das construções sociais de gênero, entendida não apenas enquanto determinação biológica, mas como construção histórica e cultural, ou seja, a partir de uma perspectiva relacional entre os sexos.

Para Saffioti (2011), é possível entender essas compreensões a respeito da construção de gênero a partir do raciocínio do patriarcado, no qual este não

diz respeito ao domínio público, ou pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo, que as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. (SAFFIOTI, 2011, p. 54).

Johnson (1997 apud SAFFIOTI, 2011, p. 60) vai dizer que o patriarcado teve início no ano de 3100 a.C e apenas se consolidou em 600 a.C. A forte resistência das mulheres exigiu que os homens lutassem dois milênios e meio para sua implementação. Nesse sentido, certamente categoria de patriarcado é histórico e, por isso mesmo, passível de mudança. Para Saffioti (2011), é possível dizer que o patriarcado conta com uma história de 5.203-4 anos, diz ainda que se quisermos fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações sociais entre homem-mulher está estruturada hierarquicamente é tão somente 2.603-4 anos.

Esta estrutura social hierárquica que se consolidou ao longo desses anos, e que está muito viva, apresenta algumas características que são elencadas pela autora:

- Não se trata de uma relação privada, mas civil.
- Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja visto que o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal estupro no interior do casamento nos códigos penais. Há apenas uma década, e depois de muita luta, as francesas conseguiram capitular este crime no Código Penal, não se tendo conhecimento de se, efetivamente há denúncias contra marido que violaram suas esposas. No Brasil, felizmente, não há especificação do estupro. Neste caso, pode ser qualquer homem, até mesmo o marido, pois o que importa é contrariar a vontade da mulher, mediante o uso de violência ou grave ameaça.
- Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade.
- Tem uma base material.
- Corporifica-se.
- Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2011, p. 60).

A estrutura do patriarcado é capaz de explicar porque as mulheres exercem funções importantíssimas para o sistema capitalista sem remuneração ou com baixas remunerações, tendo como uma das profissões a docência na educação básica.

2 CPERS/SINDICATO E AS GREVES: ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Figura 7: Ato denuncia ataques à educação pública em 2018.



Fonte: Fotos de Argemi, Caco em 04/10/2018, fotógrafo CPERS. CPERS/SINDICATO (2018).

2.1. Greves de Conquistas e Resistências de 1991 a 2017: conceito e caracterização

No Brasil, a greve é um direito constitucional, conforme o artigo 9º da Constituição Federal de 1988. Nela estão contidas as seguintes garantias a Lei nº 7.783/89 assegura o direito de greve a todo(a) trabalhador(a), competindo-lhe oportunidade de exercê-lo sobre os interesses que devam por meio dele defender. Conforme o texto a seguir:

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei. (BARROS, AGUIRE; MOTANS, p. 15-16).

Sobre a legitimidade do exercício da greve, considera-se legítimo o exercício de greve, com a suspensão coletiva temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação de serviços, quando o empregador ou a entidade patronal, correspondentes tiverem sido pré-avisadas 72 horas, nas atividades essenciais e 48 horas nas demais.

Em relação ao direito dos grevistas, são assegurados: o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os (as) trabalhadores (as) a aderirem à greve e a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

Segundo Rocha (2017),

Há que se ressaltar que a história desse instituto se confunde com a história do direito do trabalho. Devido as péssimas condições de trabalho os trabalhadores iniciam as primeiras greves como forma de pressionar e reivindicar por melhores condições de trabalho. Durante a Revolução Industrial os trabalhadores laboravam em condições subumanas com jornadas de trabalho extenuantes de mais de 16 horas. Os locais de trabalho eram insalubres e impróprios o que causavam aos mesmos doenças do trabalho levando muitos a morte ou acidentes que lhe diminuíam a capacidade laboral por terem que manipular máquinas e equipamentos sem nenhuma proteção. (ROCHA, 2017, s. p.)

Conforme pondera Rocha (2017), quando há abuso do direito os(as) trabalhadores(as), depois de devidamente julgados, correm o risco de perderem seu trabalho.

As greves são uma forma de confronto tradicional, entre trabalhadores(as) e governo. Conforme Tarrow (2009), a primeira vez que usou o termo greve em inglês parece ter sido quando marinheiros do século XVIII recolheram as velas de seu navio como sinal de recusa ao trabalho (LINEBAUGH; REDIKER, 1990 apud TARROW, 2009), mas Tilly (1978) sugere que a emergência do termo na mesma época na Europa diz que a greve tem muitas origens. Para o português na falta de um termo que expressasse esse movimento tomou o termo do francês *grève*, que nesse idioma significa cascalho, devido a uma praça frequentada pelos(as) trabalhadores(as) desempregados(as) com essa característica, os(as) trabalhadores(as) grevistas em Paris, quando estavam paralisados iam todos para essa praça. Aqui também conhecido como movimento paredista. Conforme texto abaixo:

A expressão “greve” no Brasil, segundo Antonio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes, surgiu, na falta dessa palavra, tomada de empréstimo da francesa *grève*. A paralisação do trabalho, instrumento de protesto e barganha foi sempre tão comum entre as experiências dos trabalhadores que as línguas europeias possuem ao menos uma palavra própria para designar o fenômeno: “(...) ingleses fazem *strike*. Já os espanhóis entram em *huelga*, enquanto que italianos, quando param o serviço, estão em *sciopero*. No Brasil do século XIX, as primeiras formas de suspensão coletiva das atividades ficaram conhecidas como paredes” (MARQUES, 2017, p. 19).

O surgimento da greve, dessa forma, é anterior à industrialização, e se espalhou rapidamente a muitos ofícios, fábricas de todos os tamanhos e ocupações de todo o tipo, tem em vista seu sucesso, enquanto ferramenta na luta dos(as) trabalhadores(as). Atualmente, ela se tornou uma ferramenta chave no processo de negociação entre trabalhadores e patrões, com

jurisdição própria, rituais estabelecidos, e é algo de expectativa entre os que desafiam e os que são desafiados.

Assim como Tarrow (2009), Linden (2013) também estuda as greves de trabalhadores, e diz que sua origem tem uma referência histórica, na fuga de escravos na sociedade antiga, onde o interesse nem sempre era fugir definitivamente do local de produção, mas pressionar os senhores para que esses revessem suas posições sobre determinadas questões do trabalho. Esse autor traz uma definição e chega a traçar uma tipologia, para vários números de greves que esse tem analisado historicamente. Para ele,

As greves podem ser definidas como formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros. (LINDEN, 2013, p. 203).

As características da greve, segundo Linden (2013) são pelos menos três: a) uma situação de conflito, na qual, uma das partes do processo produtivo (os(as) trabalhadores(as)) coloca forte pressão para obter resultados a seu favor. b) a pressão é realizada por meio de uma paralização coletiva do trabalho. Nesse sentido, o objetivo de uma greve é causar prejuízo econômico e ou político ao empregador. c) o grupo de trabalhadores(as), que pode ser, por local de trabalho, por categoria, ou por um conjunto de categorias unidas e combinadas (como é o caso da greve geral) exige um conjunto de reivindicações econômicas, sociais ou políticas do interesse dos(as) trabalhadores(as) envolvidos ou até mesmo de outros (como no caso das greves de solidariedade).

Construímos um quadro com base na experiência de greves no Brasil, associando a tipologia de greves relatada por Linden (2013). Vejamos no Quadro 6:

Quadro 6: Tipos de Greves.

Tipos de Greve (características)	Definição	Exemplo
Greves defensivas ou de resistência	Em defesa de emprego, direitos, contra redução de salários e contra os ajustes.	Greves do CPERS para a manutenção dos direitos, a maioria delas no período neoliberal.
Greves propositivas ou de conquista	Em busca de conquistas.	Algumas greves do CPERS/Sindicato com aumento real de salários.
Greves de massa	O conjunto dos (as) trabalhadores (as), ou pelo menos sua maioria significativa paralisam as atividades de trabalho de uma empresa, por local de trabalho ou categoria, através do não comparecimento no local de trabalho.	Greves dos metalúrgicos no ABC Paulista na década de 1980. Greves dos professores estaduais no Rio Grande do Sul dirigidas pelos CPERS/Sindicato, em muitas oportunidades.
Greves de Vanguarda	Esta forma de greve, e levada avante apenas por um grupo de trabalhadores (as) dentro da categoria, ou do grupo, aqueles considerados mais comprometidos com a causa coletiva.	Greve dos professores estaduais do Rio Grande do Sul, dirigida pelo CPERS/Sindicato em setembro de 2016, com duração de 56 dias.
Greves intermitentes	Paralisações breves que ocorrem simultaneamente em muitas empresas.	Estratégia aplicada em 1955 pelos mineiros de Copperbelt, na Rodésia Setentrional.
Greves de boicote	Em que apenas alguns tipos de serviços ou produtos param de ser produzidos.	Em 1905, os estivadores dos portos chineses boicotaram produtos norte-americanos para protestar contra as leis de imigração que proibiam a entrada de trabalhadores chineses nos Estados Unidos.

Greves tartaruga	Os (as) trabalhadores (as) que ocupam postos-chave entram em greve, enquanto os outros fingem trabalhar.	
Greve Geral	Quando é paralisado a atividade econômica de uma cidade, de um estado ou país.	O maio francês de 1968. A greve ocorrida em 28 de abril de 2017 no Brasil, ação unificada de todas centrais sindicais.
Operação tartaruga	Os (as) trabalhadores (as) comparecem ao local de trabalho, mas não produzem o que produziram num dia normal.	Trabalhadores rurais no Norte da Sumatra em 1950.
Greves de ocupação	Quando os trabalhadores ocupam o local de trabalho e ficam sem trabalhar.	Aplicada desde o Séc. XIX, principalmente no biennio rosso italiano.
Work-in ou greve ao inverso	A empresa é ocupada, mas a produção continua. Como uma transição em direção a uma cooperativa de produtores.	Na fábrica de relógios LIP, em Besançon, na França, de abril de 1973 a janeiro de 1974.
Greves de Solidariedade	Quando um grupo de trabalhadores (as) é incapaz de realizar eles (as) próprios um greve	As greves internacionais de boicote ao regime do apartheid sul-africano, em 1980.
Greve de fome	Quando uma pessoa ou um grupo para de comer para reivindicar direitos. Frei Sergio diz: “É um ato extremo para situações extremas, quando outros métodos de persuasão já não fazem o efeito desejado para sanar uma injustiça flagrante”	A greve que o Frei Sergio Görden faz no Brasil em 2017 contra a reforma da previdência. E em 2018 contra a prisão de Lula.

Fonte: Elaborado pela autora com base na experiência de greves no Brasil, associando a tipologia de greves relatada por Linden (2013)

É possível dizer que uma greve pode se enquadrar em mais de uma dessas características. Por exemplo, ela pode ser uma greve de massas e propositiva ou conquista, ela

pode ser uma greve defensiva/de resistência e de vanguarda, conforme exemplos reais que temos.

Pelo Quadro 6 é possível auferir que as greves se diferenciam quanto a finalidade, podendo elas serem para reivindicar as exigências de um grupo de trabalhadores(as), ou até mesmo para ser solidário a outro grupo, que não consegue entrar em greve. Se diferenciam quanto a forma de mobilização e método, como a possibilidade dos(as) trabalhadores(as) permanecerem no local de trabalho com a atividade produtiva paralisada, ou simplesmente não comparecem ao trabalho. A primeira forma citada, foi uma variação das greves que aconteceram no ABC Paulista, na década de 1980; a segunda forma é mais comum no Brasil, entre servidores(as) públicos(as), como por exemplo, os(as) professores(as). As greves podem variar também quanto ao número de dias, podendo ser intermitentes, ou seja, de curta duração, como as chamadas paralisações, ou de longa duração, como a dos(as) trabalhadores (as) têxteis de Mumbai (Bombaim), ocorrida em 1982-1983, em que a paralização de 240 mil trabalhadores(as) durou 18 meses, uma boa parte dos(as) trabalhadores(as) teve que voltar para sua aldeia para não morrer de fome. Ou ainda variar pela extensão, ou seja, abrangência, se é localizada a uma única empresa, ou se mobiliza uma categoria, ou várias categorias de trabalhadores(as) ao mesmo tempo. Pode ser acrescentado na tipologia das greves de Linden (2013), mais um estilo de greve, conhecido no movimento sindical brasileiro, como a greve de vanguarda, nesta forma de greve, apenas uma parte da categoria, ou grupo de trabalhadores (as) entra em greve, especificamente, os integrantes mais militantes e ou mais radicais desse grupo, isso ocorre na categoria de docentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista analítico, Linden (2013) vai dividir uma a greve em quatro momentos: 1) os preparativos para a greve: no qual são analisados os problemas, o estopim e as reivindicações; 2) o início de uma greve; 3) a manutenção da greve, no qual depende da composição de gênero do grupo grevista, a perda de salários, manter elevado moral dos grevistas, os auxiliares, ou seja, pessoas solidárias a greve, também conhecido como apoio ou aliados, o controle dos fura-greves e a relação com os adversários e 4) o fim e os resultados da greve, que podem ser substantivos, procedimentais ou contextuais.

Ainda, é importante citar mais 14 pontos de análise de uma greve que, segundo Linden (2013) merecem ser analisados para se compreender o andamento e o significado de uma greve. São eles: as posições estratégicas endógenas dos(as) trabalhadores(as), as relações de mercado entre a empresa ou instituição e os cliente, e ou usuários(as) e fornecedores(as), relações no mercado de trabalho, as relações entre os grevistas e as empresas correlatas, relações com o

público ou comunidade em geral, relações com autoridades públicas, relações com terceiros, como autoridades religiosas, a moral entre os grevistas e seu adversário, ou empregador, fontes alternativas de subsistência, dependência dos empregados(as) com empregadores(as) fora da relação de trabalho imediata, posição financeira do empregador(a), relação do empregador(a) com outros empregadores(as), o timing da greve e a liderança da greve.

É fundamental a análise da relação com o empregador(a), o *timing* e a liderança da greve, porque é a partir desses pilares que se constrói o processo de negociação da greve. E esses quesitos influenciam determinadamente. Nesse sentido, é preciso conhecer as estratégias que cada grupo dirigente traça para cada greve, se os resultados serão imediatos ou processuais. A partir do momento que a direção da greve representa o coletivo da categoria no processo de negociação e, de praxe, que a categoria confie no grupo dirigente. A sua capacidade de negociar e as estratégias utilizadas determinarão o futuro do grupo ou categoria de trabalhadores(as) em questão. Segundo Linden (2013), os resultados de muitas greves são traiçoeiros e um conjunto importante de greves tem falhas no processo de negociação. No entanto, quase sempre uma greve aumenta a coesão do grupo de trabalhadores(as) frente ao empregador(a).

A eficácia da greve nem sempre é mensurada imediatamente depois de seu término. É possível agregar para análise mais um tipo de resultado a tipologia, que, segundo Linden (2013), o resultado pode ser processual, isso quer dizer que pode influenciar em outros processos políticos decisórios, como, por exemplo, o desgaste de um governo.

Linden (2013) ainda acrescenta que a eficácia de uma greve não depende somente das pressões imediatas elaboradas pelo grupo, mas na pressão que outros atores sociais importantes colocam em função do transtorno da greve, como outras instituições, como Estado, outros capitalistas, meios de comunicação, partidos políticos e a população em geral.

Segundo Momezzo (2007), as greves podem ser classificadas ainda quanto a sua finalidade como políticas e econômicas. As econômicas são as convencionais, que visam melhores condições de trabalho, mas as políticas causam polemica na OIT:

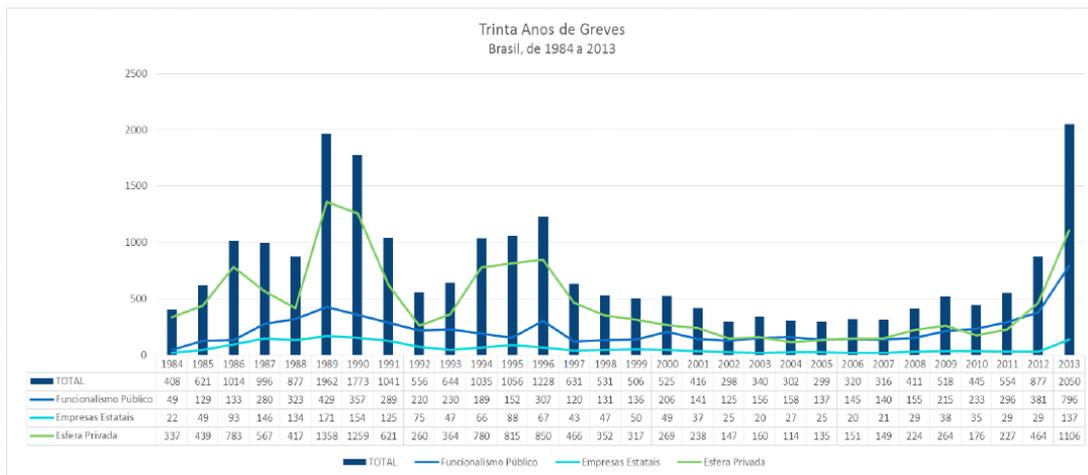
ponderado a dificuldade de se estabelecer de forma clara a distinção entre o político e o sindical, e que ambas as noções têm pontos comuns (parágrafo 457). Assim, posteriormente, o Comitê concluiu que os interesses profissionais e econômicos que os trabalhadores defendem na greve abrangem não só as conquistas de melhores condições de trabalho ou as reivindicações de ordem profissional, mas “englobam também a busca de soluções para as questões de política econômica e social” (parágrafo 479). Nessa mesma ordem de idéias, o Comitê tem observado que os trabalhadores e suas organizações deveriam poder manifestar seu descontentamento com questões econômicas e sociais que guardem relação com os interesses dos trabalhadores, no âmbito mais amplo que os dos conflitos de trabalho susceptíveis de resultar numa determinada convenção coletiva (parágrafo 484). A ação dos trabalhadores deve, então, limitar-se a expressar um protesto e não ter por objetivo

perturbar a tranqüilidade pública (OIT, 1979, parágrafo 450). (MOMEZZO, 2007, p. 245).

Nesta terminologia há uma diferenciação entre as greves meramente econômicas e pontuais e aquelas que pretendem influenciar sobre contextos sociais maiores, as greves políticas, a autora faz considerações diferentes sobre essas modalidades de greve.

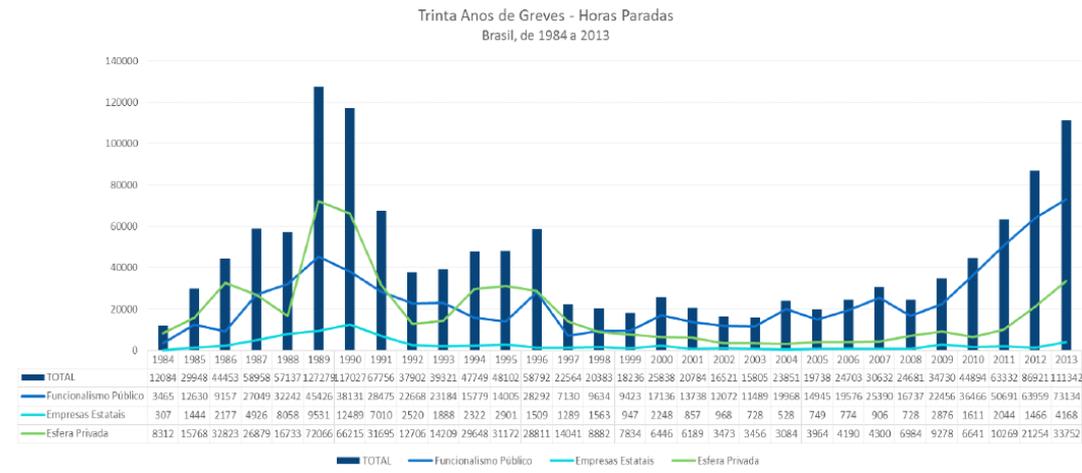
É importante destacar que o fenômeno das greves acontece frequentemente na sociedade brasileira contemporânea em praticamente todas as categorias do setor público e privado. Neste sentido, foi construído um gráfico, Figura 8, pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (Dieese), onde aponta que em trinta anos de greves no Brasil, desde 1984, o ano de 2013, bateu recordes em relação ao número de greves ocorridas em todos os setores da economia, Figura 8.

Figura 8: 30 anos de greves –Brasil, 1984 a 2013.



Fonte: Dieese (2015).

Figura 9: Trinta anos de Greves – Horas Paradas Brasil de 1984 a 2013.



Fonte: Dieese (2015).

Desde 1978, o banco de dados do Dieese conta com 30 mil registros de greves, sendo que em 2013, o número de greves registradas foi de 2.050 em território nacional, destas 38,8 % no funcionalismo público e 54% na esfera privada.

Em 2013, foram 111.342 horas paradas, sendo considerada o maior número desde 1990, que registrou um número de 117.027 horas paradas.

Segundo Dieese (2017), a tática de greve pode ser por advertência, ou seja, aquela que vem com data de início e ou término pré-estabelecida, ou por tempo indeterminado, é avaliado também a abrangência, que pode ser por categoria ou por unidade, empresa e também os motivos, que podem assumir o caráter de propositivas, defensivas, manutenção de condições vigentes, descumprimento dos direitos, protesto e solidariedade. Quanto às reivindicações, elas são classificadas em: Reajuste salarial, Alimentação, Condições de trabalho, PCS - Plano de Cargos e Salários, Pagamento de salários atrasados, PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados, Piso salarial e Assistência médica. As reivindicações das greves do funcionalismo público são: Reajuste salarial, PCS - Plano de Cargos e Salários Condições de trabalho, Piso salarial, Contratação, Educação pública, Local de trabalho, Alimentação, Ferramentas/equipamentos de trabalho, Pagamento de Salários Atrasados e Gratificações. As formas de resolução de conflitos são: Negociação, Intervenção / participação da Justiça, Decisão Judicial e Acordo Judicial. Quanto ao resultado das greves o Dieese (2017) avalia em Atendimento das reivindicações, Integral ou Parcial, Rejeição das reivindicações, Prosseguimento das negociações.

No CPERS/Sindicato, em relação à caracterização colocadas acima, sobre as características de uma greve, é possível enquadrá-las depois do processo de negociação pelos seus resultados. Assim, como é possível considerá-las pela sua própria motivação. Nesse sentido, é realizado pela entidade e continuado por nós um processo de enquadramento delas, a partir das categorias de resistência e conquista. O quadro é mais abrangente, considerando que as greves começam desde 1978 e 1991, começa o período neoliberal.

É possível percebê-las a partir de algumas características em comum, pois à medida que o tempo passa existe uma tendência a essas greves tornarem-se cada vez mais de resistência. Temos em 1991, por exemplo, uma greve grande, de massas e com ampliação salarial, logo depois disso, ocorreu um período de 6 anos sem greves. Segundo um dos dirigentes, foi um período de recuperação do magistério, onde tinha muita discussão interna, mas com menor número de eventos de protesto, mas ainda no governo Britto, que era um governo neoliberal e privatista, tivemos uma greve para romper esse silêncio. Talvez um reflexo posterior ao silêncio da ditadura. É importante ressaltar que essa categoria teve as primeiras greves ainda em plena ditadura militar e contribuiu de forma ativa para o processo constituinte e nos fóruns de redemocratização. Esses 6 anos expressam que a greve não esteve sempre como ação estratégica no sindicato.

No entanto, nos anos que seguem, ela foi acionada com bastante frequência, chegando a partir de 2004, ocorrer quase uma por ano. Quando a democracia sindical torna-se mais intensa com a ocorrência dos congressos estaduais em cada gestão, a greve entra definitivamente no plano de lutas e, as Assembleias, frequentemente, são chamadas para acionar essa ferramenta da classe.

Com exceção de 1991, os períodos de maiores conquistas ocorreram em governos petistas, primeiramente no governo Olívio Dutra, de 1999 à 2003, e, em segundo lugar, no governo de Tarso Genro, de 2011 à 2013. Contudo, é importante salientar que depois da instituição da Lei do Piso Salarial para os professores realizada pelo próprio governador Tarso Genro quando este esteve no Ministério da Educação, ele não conseguiu cumprir a medida como governador do Estado. Desde a instituição do Piso Salarial, os(as) professores(as) começaram a reivindicar o seu cumprimento, conforme Figura 10.

Figura 10: Greves realizadas pelo CPERS/Sindicato.

Ano	Nº de dias	Resultados- Conquistas/Resistências
-----	------------	-------------------------------------

1978	13	nomeação de 20 mil concursados e 70% de aumento salarial, parcelados
1980	21	percentuais de reajustes salariais; abono de regência estendido à categoria; 2,5 salários mínimos, a partir de janeiro de 1982; 25% do orçamento do Estado para a educação; e participação no Conselho Estadual de Educação.
1982	3	Não intervenção do governador e cumprimento do acordo de 1980.
1985	60	2,5 salários mínimos escalonados; 13º salário; 35% da receita dos impostos para a educação, com pelo menos 10% para o plano trimestral de conservação e construção de escolas; e eleição de diretores de escola
1987	96	garantia do plano de carreira; não discriminação dos aposentados; e garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal que prevê a estabilidade a estes professores.
1988	9	unidocência; 95% de reajuste, sendo 70% em outubro e 26% em dezembro; aceleração da regularização do pagamento do difícil acesso; cronograma de regularização das promoções; e redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade
1989	42 dias	54% de reajuste, sendo 25% em maio, 15% em julho e 10% em outubro, não cumulativos; publicação e pagamento das alterações de níveis; nomeação de três mil professores; e agilização do pagamento da unidocência.
1990	58 dias	105,42% de aumento salarial; garantia da reposição da inflação de maio, junho e julho; e revisão salarial em agosto
1991	74	191,61% de aumento salarial; retirada da proposta de abono; ano letivo não começou conforme o calendário do governo; e intensificação da mobilização da comunidade em defesa do ensino.
1997	14	retomada das greves do magistério com ampla participação da categoria e com o apoio da comunidade.
2000	32	14,9% de reajuste parcelado; reajuste de 20% no vale-refeição; fim da sobreposição de níveis; criação de comissão para discutir a inclusão dos funcionários de escola no quadro da Secretaria da Educação e elaboração de um plano de carreira para os funcionários de escola; retomada dos debates acerca do plano de carreira; e governo compromete-se a não aumentar a contribuição para o IPE e à aposentadoria.
2004	29 dias	garantia do IPE público; garantia da condição de dependência para cônjuges ou companheiros.
2006	37	reajuste de 8,57%, parcelado em cinco vezes; promoção de professores referentes a 2001 e compromisso de garantir a promoção de funcionários de escola de 1999; atualização dos repasses para as escolas; e suspensão dos contratos de gestão e do processo de municipalização da educação.

2008	15 dias	retirada do regime de urgência de projeto que criava um rebaixado piso salarial estadual do magistério; e o compromisso da Assembleia Legislativa de não votar durante o recesso escolar nenhum projeto que retirasse direitos da categoria.
2009	6 dias	manutenção dos planos de carreira da categoria e de outras importantes e históricas conquistas dos educadores da rede estadual de ensino.
2011	15 dias	A categoria aprovou uma campanha permanente de denúncia do governo Tarso, que descumpra a lei do piso, tenta implementar políticas que atacam a educação pública e os direitos dos educadores e não cumpre o compromisso de criar, com uma lei estadual, o piso para os funcionários de escola.
2013	20 dias	reajuste total de 76,6% para a categoria até o final de 2014.
2014	3 dias	Paralisação nacional contra a retirada de direitos.
2015	11 dias	Contra o parcelamento de salários, contra a retirada de direitos, como o plano de carreira.
2016	53 dias	Contra o parcelamento de salários, contra a PL 44, por reajuste.
2017	17 dias	Contra o parcelamento de salários, contra o fim das fundações, por reajuste.
2017	93 dias	Contra o parcelamento de salários, contra o fim das fundações, por reajuste.

Fonte: Elaborado pela autora conforme documento de Histórico de luta do sindicato, e atualizado conforme informações da imprensa. CPERS/SINDICATO (2017).¹⁹

Esse quadro revela que as greves têm um significado importante para a conquista e manutenção de direitos da categoria. Cada uma dessas greves aconteceu em um diferente contexto da política gaúcha. E, de acordo com esse contexto, é possível avaliar o resultado de cada uma dessas greves. Em um primeiro momento, é possível dizer que o que conforma um contexto para o acontecimento de uma greve está associado à política da gestão, ou seja, direção do CPERS/Sindicato, com a política educacional do governo do Estado. Estes dois elementos são determinantes para as motivações da conformação de um contexto de greve do magistério no Estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Teoria e metodologia da pesquisa

¹⁹ Disponível em: http://www.cpers.org.br/imagens/historia/historico_das_greves_do_cpers.pdf . Acessado em: 17 jan. 2019.

A teoria marxista é uma teoria para a ação, como aqui estudamos uma ação da classe trabalhadora, nada melhor para interpretar a realidade do que aplicá-la. Situamos o sujeito da pesquisa não a partir somente das suas escolhas individuais, mas, sobretudo, a partir da sua classe, categoria, e os reflexos de sua ação. Uma reflexão sobre o lugar da teoria marxista atualmente e sobre como os marxistas tratam o objeto de análise é o que trazemos no subcapítulo abaixo.

Numa exposição metodológica dos caminhos da pesquisa, no subcapítulo subsequente, trazemos informações mais detalhadas sobre a pesquisa qualitativa promovida no trabalho e os caminhos percorridos no tratamento dos dados.

2.2.1 A opção pelo materialismo histórico e dialético

Optamos, neste trabalho, por utilizar como método de análise o materialismo histórico e dialético, na perspectiva marxiana.

Para Netto (2009), Karl Marx foi o maior crítico do capitalismo na modernidade. Sua crítica não foi superada e é atualizada por aqueles que se auto intitulam marxistas. O próprio Marx, na sua acepção do termo, não foi um marxista. Porque ele não seguia uma crença dogmática em suas teorias. Ele inventou uma teoria inédita e que ainda não perdeu a validade. Mas os marxistas que seguirem seu método, também não podem ser dogmáticos porque estariam traindo seu método, o materialismo histórico e dialético, que leva em consideração a dimensão histórica do objeto estudado.

Existe uma relação dialética no processo de pesquisa da relação sujeito – objeto, esta relação não pode ser expressada, como uma questão eminentemente de interpretação de um sobre outro, isso pode incorrer em subjetivismo, ou em empirismo, mas é uma relação que pode ser expressa a partir da apreensão de um determinado conjunto de técnicas científicas que permitam expressar o movimento real do objeto, ou do fenômeno estudado.

Netto (2009) diz que Marx constata várias modalidades de conhecimento, mas uma modalidade de conhecimento é o conhecimento teórico que consiste na “*reprodução ideal do movimento real do objeto*”. O conhecimento como tal não produz nada, o conhecimento é uma reprodução no mundo das ideias, ele não é produzido pelo cérebro dos homens e mulheres, mas, por isso, é uma reprodução do movimento real do objeto deste conhecimento. Por isso, é nítida a relação sujeito – objeto do conhecimento. O pesquisador (a) tem como objetivo reproduzir

idealmente o movimento efetivo, real do objeto que cuida este investigador. A teoria, portanto, não é um retrato da realidade, não é um levantamento da realidade. O objeto de Marx é a sociedade burguesa, por isso ele quer apreender o seu movimento, ou seja, suas regularidades universais, que ele irá chamar de leis.

Marx é um profundo conhecedor da filosofia do ocidente. Por isso, irá citar com propriedade os filósofos gregos. Marx não desconhece o debate epistemológico, por isso reconhece que a relação sujeito - objeto é uma relação central na pesquisa.

Essa relação parte da aparência imediata do objeto, parte, do empírico, de um cuidadoso inventário da aparência. O ponto de partida é o que é dado imediatamente, mas a aparência não esgota aquilo que é o fenômeno. A aparência tanto quanto a revela também a oculta. O movimento intelectual do sujeito parte da aparência e busca a estrutura íntima do objeto, o que Hegel chama de essência.

José Paulo Netto (2016), em aula na Universidade de Brasília em 2016²⁰, vai dizer que essas técnicas devem ser usadas no sentido de retirar do próprio objeto categorias teóricas que auxiliem na sua apreensão e expressão, em um processo que se encontra movido pela contradição. A partir da compreensão entre ser e não ser, de que ser é movimento. E se tem a intenção de revelar aquilo que é. Nesse sentido, o objetivo de todo (a) pesquisador (a), ou cientista social é revelar o movimento real do objeto estudado. A contradição é a chave para fazer uma construção científica acontecer.

É nesse movimento dialético que se podem suscitar as categorias de aparência/essência do fenômeno social estudado ou objeto, onde aparência é a dimensão mais superficial do objeto estudado, e a essência consiste em uma natureza mais interna, onde estão colocadas as leis do movimento do objeto. No entanto, ao contrário dessa forma de fazer ciência, o materialismo histórico e dialético não se atém simplesmente a descrição do fenômeno e também não somente aos efeitos causais, mas busca apreender uma totalidade desse fenômeno, considerando sua dimensão histórica, material e também contraditória.

Marx apud Netto (2009) foi um sociólogo, porque desenvolveu uma teoria social, ele denominava-se economista político, porque elaborou uma crítica da economia política.

O seu método foi desenvolvido a partir de uma leitura filosófica do movimento da realidade, por isso ele rompeu com o idealismo que era muito cultuado no meio acadêmico de seu tempo, que adotava uma visão idealista do conceito de dialética, por isso foi necessário trazer a dialética para uma perspectiva materialista, e ele faz isso, quando elaborou a suas Teses

²⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>. Acesso em: 16 jan. 2019.

de Feuerbach (1982). Nesse sentido, afirmou que em Hegel a dialética estava de cabeça para baixo, ele foi um teórico revolucionário, porque a ele coube, figurativamente falando, desvirar a dialética. E por isso, segundo Marx apud NETTO, 2016, p. 24), que diz, “*que o ser social determina a consciência, e não a consciência determina o ser social*”, como alegava Hegel.

É importante dizer que Marx defende uma teoria revolucionária, na medida que diz nas teses de Feuerbach (1982) que “*os filósofos interpretaram o mundo, o que importa é transformá-lo*”, nesse sentido Netto (2016) diz, das três grandes correntes teóricas das ciências sociais, ninguém nunca foi preso e perseguido por ser positivista, ninguém nunca foi preso e perseguido por ser Weberiano, ou utilizar o sociologia compreensiva enquanto método, mas um grande número de pessoas já foram presos ou perseguidos por adotar o materialismo histórico e dialético como método científico, exatamente porque o marxismo é uma teoria para a ação. É necessário transformar o mundo e, por isso, utilizar esse método também contribui para a sua transformação.

Pensar um objeto de pesquisa, a partir do materialismo dialético requer reconhecer o condicionamento material expresso nas relações produtivas, entendendo o trabalho como atividade vital, e que a partir da produção e expropriação de mais valia, divide a sociedade em diferentes classes sociais, ou seja, aqueles que vendem sua força de trabalho e necessitam disso para viver, nesse caso, os proletários, e aqueles que são donos dos meios de produção, ou gestores do Estado e por isso exploram a força de trabalho de outros.

A partir dessa concepção teórica o objeto de estudo, aqui estudado consiste em uma categoria de trabalhadores(as) que vende sua força de trabalho para viver, e constituem-se enquanto funcionários(as) do Estado, tendo este como padrão.

O recorte da pesquisa centra-se na atividade política desta categoria que, movida pela contradição entre capital e trabalho, ou seja, a venda do seu trabalho em troca de baixos salários, se vê obrigada a atuar politicamente para reivindicar melhores condições de vida.

Em relação à atividade política desta categoria, tomamos como ponto de análise, uma ferramenta última num processo de negociação salarial com o Estado, que consiste na deflagração de greves. Aparentemente essas greves servem para fazer pressão no Estado e denunciar junto à sociedade gaúcha uma condição de descaso do governo do Estado com a educação, e com a remuneração salarial dos(as) professores(as).

Nesta perspectiva, entende-se que as greves consistem enquanto ferramenta dos(as) trabalhadores(as) e são expressão máxima da luta de classes que, segundo Marx (1999), consiste na contradição elementar, material, que tem movido o desenvolvimento da história desde o

surgimento das classes sociais, após o período primitivo, e que tem sido, nesse sentido, o motor da história.

As greves são estados de mobilização, mas sobretudo são ferramentas políticas que foram apropriadas pelo movimento sindical na modernidade para garantir um estado de ação coletiva que coloque os(as) trabalhadores(as) em estado de condições numa relação de negociação com aqueles que são os donos do capital, ou aqueles que gerem o Estado.

Aparentemente, essas greves são momentos de demonstração de força coletiva dos(as) trabalhadores(as), e momentos de discussão da política e de pressão social. Para nós interessa o que realmente tem sido as greves do CPERS/Sindicatos nos últimos 25 anos, quais os saldos, qual o sentido dessa greve e que ensinamentos a categoria coletivamente pode tirar delas.

As greves que foram em um primeiro momento divididas entre greves de conquista, ou seja, aqueles que apresentaram um ganho real para a categoria, por exemplo, reajuste acima da inflação, diminuição da carga horária e aumento dos direitos trabalhistas, e greves de resistência, ou seja, aquelas que foram empreendidas mais no sentido de não perder direitos sociais já obtidos, mas que não apresentaram ganhos reais para a categoria.

2.2.2 As escolhas de método

O objeto de pesquisa está à luz do método materialismo histórico e dialético, sendo assim, as categorias conceituais estão sendo extraídas do próprio objeto de pesquisa e as perguntas movidas pela contradição interna do fenômeno social.

Trata-se de falar do contexto da luta dos professores do Estado do Rio Grande do Sul, trazendo um estudo sobre uma greve de 2017 que durou 93 dias a partir de uma pesquisa qualitativa. Como método, além de uma pesquisa bibliográfica, a entrevista semiestruturada foi uma das ferramentas utilizadas com trabalhadores/as docentes para compreender como atribuem significado à sua luta na relação com essa greve.

Segundo Tozoni-Reis (2010), na entrevista semi-estruturada, as questões são apresentadas aos entrevistados de forma mais espontânea, seguindo sempre uma sequência mais livre, dependendo do rumo que toma o diálogo. Neste tipo de entrevista, é recomendado que o(a) pesquisador(a) procure criar um clima espontâneo e descontraído que contribua para atingir os objetivos do estudo em questão.

É necessário dizer que os atores que foram escolhidos para a entrevista têm suas vidas completamente envolvidas pela problemática, na medida em que são educadores(as) que vivem o dia a dia da categoria, incluindo o movimento sindical, que são construtores(as) ativos(as) das ações de protesto promovidas pela categoria. Estabelecemos como critério a participação na greve que teve início em setembro de 2017. Foram escolhidos 4 sujeitos para responderem a entrevista.

Quadro 7: Detalhamento sobre os sujeitos da pesquisa

Entrevistados	Formação	Tempo no Estado	Função
Professor A	Graduado em Filosofia	4 anos no Estado como professor concursado	Militante de base da categoria;
Professora B	Graduada em Matemática	23 anos no Estado, professora concursada	Militante de base da categoria;
Professor C	Graduado em História	Professor contatado, há mais de 15 anos no Estado.	Líder sindical da região Vale do Rio Pardo.
Professora D	Graduada em pedagogia, especializada em alfabetização	Professora aposentada no Estado.	Dirigente sindical da categoria dos(as) professores(as) do Estado do RS.

O Caderno de teses do último congresso do CPERS/Sindicato acontecido em 2016, na cidade de Bento Gonçalves, também foi um dos documentos analisados. Foram apresentadas 17 teses, que tratou sobre diversos temas, entre eles, conjuntura nacional, estadual e plano de lutas.

Participou-se da Assembleia Geral do dia 22 de junho de 2018, em Porto Alegre, quando estavam não mais que 2.500 mil professores reunidos no Gigantinho. A Assembleia deliberou sobre a pauta política da categoria no momento pós a última greve, que foi a segunda greve

mais longa na história do sindicato. Essa participação possibilitou o contato com vários(as) professores(as), para recolher depoimentos e agendar entrevistas.

É interessante observar que essa Assembleia foi considerada por todos como bem esvaziada, tendo em vista que a categoria tinha como objetivo derrotar nas urnas o governador do Estado, José Ivo Sartori.

É importante ressaltar que a pesquisadora participa do movimento sindical e não raro está presente nas Assembleias e atos públicos realizados pela categoria.

Por ser um ambiente marcado por conflitos que são acirrados, posteriormente a processos eleitorais, é importante salientar que mesmo tendo simpatias e antipatias políticas neste ambiente de pesquisa, a pesquisadora tentou se manter longe de conflitos que por vezes são trazidos para o âmbito pessoal, no intuito de ter a capacidade de se aproximar das diversas posições sustentadas politicamente para conhecer seus pontos de vista e suas motivações, ou então, visões sociais de mundo, segundo Lowi apud Silva (2011),

tanto as ideologias quanto as utopias podem ser chamadas de visões sociais de mundo havendo visões sociais de mundo utópicas e visões sociais de mundo ideológicas. As visões ideológicas seriam denominadas dessa forma quando visassem a manutenção da ordem estabelecida e as visões utópicas, quando visassem uma ruptura com essa ordem. Na sequência, Löwy propõe uma análise dialética das visões sociais de mundo. (SILVA, 2011, p. 423)

Essa poderia ser uma pesquisa que expressasse apenas uma posição, mas como trabalho científico é importante se aproximar dos(as) nossos(as) pesquisados(as) e se distanciar do objeto de pesquisa para que possamos proceder a uma análise com um campo de visão maior. E por ventura, se a narrativa nos permitir narrar embates e as disputas que constroem cotidianamente a luta de forma mais fiel para que se fosse apreendido os significados dessa luta e das escolhas feitas por nossos(as) pesquisados(as).

Como antecedentes da greve de 2017, a análise da imprensa permitiu obter informações sobre as 13 greves que ocorreram entre 1991 e 2017 dos(as) professores(as) e funcionários(as) do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de também estabelecer uma comparação entre a ocorrência deste mecanismo de pressão frente as políticas educacionais estabelecidas pelos governos existentes ao longo do período. Não nos detemos nas 13 greves, quando apenas citamos e consideramos elas em nossa análise, pois uma análise mais minuciosa foi realizada

sobre a greve de 2017, apontada por muitos como uma das mais importantes realizadas em sua carreira.

Para investigar as formas de luta dos trabalhadores foi realizada uma pesquisa sobre a preparação da ação coletiva, nos quais serão pesquisados os boletins de greve e as instâncias de deliberação coletiva. Além disso, foi feito um levantamento sobre as ações de protesto como atos públicos, greves e manifestações sociais, através de pesquisa em periódico “A Sineta”, e os “Boletins de greve”, em dois anos dos governos Tarso e Sartori, respectivamente. Na tentativa de verificar a construção das ações do sindicato da categoria a eficiência de seus mecanismos de luta, por exemplo, a greve.

Investigamos, através de pesquisas no Caderno de Teses, do Congresso do CPERS de 2016, os grupos políticos que atuam no movimento sindical da categoria e buscamos estabelecer quais as divergências e convergências na condução da organização sindical em relação a algumas questões específicas como é o caso da desfiliação da CUT, bem como, as diferenças no estabelecimento de estratégias de luta da categoria para compreender os conflitos e tensionamentos internos do sindicato.

Destacamos as entrevistas semi-estruturadas realizadas com dois professores(as) militantes do CPERS/Sindicato que foram escolhidos conforme critérios de participação na greve de setembro de 2017, enquanto professores(as) de base da categoria, que forneceram material para aprofundar a pesquisa através do engajamento nesta greve, que permitiu a compreensão de como professores(as) da base sindical significam sua ação, na adesão e sustentação de uma greve.

Não há nada mais importante para esse processo de pesquisa do que escutar os professores(as) sobre suas participações em eventos de protesto e greves. O trabalho da participação é gratuito, mas também cheio de recompensas para as memórias dos que participam. Uma dessas recompensas é lembrar seus feitos e participações e estabelecer um sentido e significado sobre o que foi feito, a cada um, com exceção de consensos que se observam nos discursos tem a possibilidade de significar a sua participação, sob diferentes prismas. Depois de 2 anos pesquisando sobre greve, inclusive vivenciando 2 processos de greve, temos a sensação de que este é um tema que não se esgota facilmente, sendo necessário buscar os significados profundos de cada participação e a partir disso percebemos uma coisa, a greve de 2017, abordada por nós particularmente, faz parte de um movimento sindical, que se constrói a longo prazo. Ou seja, é que as coisas não acontecem por acaso, as pessoas destacadas para a

entrevista foram escolhidas a partir do critério de participação nesta greve. No entanto, essas pessoas tem uma trajetória de participação dentro do movimento sindical. Utilizamos como segundo critério que os entrevistados não fossem dirigentes sindicais, o que os deixaria mais próximos a grande maioria do magistério que está na base do sistema educacional, a sala de aula. Nesse sentido, como característica de nossos(as) entrevistados(as) é que são engajados nas lutas propostas pelo sindicato e estão na base da categoria.

Entrevistamos 2 professores, que convencionamos chamar de professora A e professor B, especificamente sobre suas participações na greve de 2017. Junto a isso, colhemos depoimentos do professor C e da professora D, sobre movimento sindical. A greve teve início em setembro de 2017 e foi até dezembro do mesmo ano. Um professor no início de sua carreira docente, pois acabava de concluir o seu estágio probatório e ser efetivado como funcionário público, no cargo de professor do Estado do Rio Grande do Sul, ele relata que sempre adere ao movimento grevista. Desde que entrou para o magistério já fez em torno de três greves e possui uma vida política atuante.

A professora entrevistada também possui a mesma característica de uma trajetória bem ativa no movimento sindical e relata que a adesão à greve de setembro de 2017 trouxe o engajamento em atividades políticas com a comunidade escolar e com a própria categoria. Ela já está quase no período da aposentadoria e relata que as coisas mudaram bastante nos últimos 20 anos, pois o magistério é uma categoria que ficou quase marginalizada.

Utilizei como critério de entrevista os(as) professores(as) que tinham participado da greve e nesse critério foi possível selecionar professores que, mesmos de modo individual, aderiram ao movimento. São militantes e professores(as) de base da categoria, vivem em um região conservadora do interior do Rio Grande do Sul, mas mesmo assim mantém uma trajetória de adesão às deliberações coletivas do movimento sindical que os torna radicalizados na conjuntura local.

A partir das entrevistas, realizou-se análise de conteúdo que, segundo Minayo (1998), passa por três fases:

- a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados. (MINAYO, 1998 apud MARCILIO et al, 2010, p.33).

Para Bardin (1977) essas três fases são: pré-análise, exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Ainda, Minayo (1998) orienta:

diferentes são os tipos de análise de conteúdo: de expressão, das relações, de avaliação, de enunciação e categoria temática. Esta última, à qual daremos destaque, se propõe a "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado", utilizando-a de forma mais interpretativa, em lugar de realizar inferências estatísticas. A análise categorial temática funciona em etapas, por operações de desmembramento do texto em unidades e em categorias para reagrupamento analítico posterior, e comporta dois momentos: o inventário ou isolamento dos elementos e a classificação ou organização das mensagens a partir dos elementos repartidos. (MINAYO, 1998 apud MARCILIO et al, 2010, p.34)

Como veremos a seguir, metodologicamente para fazer análise de conteúdo é necessário clareza teórica. Temos que fazer a classificação do conteúdo, a categorização dos mesmos, a sistematização, mas isso não será possível se não dominarmos os conceitos básicos das teorias, segundo nossas hipóteses.

2.2.3 Sobre a organização das informações e a análise de conteúdos

Para realizar a pesquisa foram utilizadas sete edições do ano de 2013 do Informativo Sineta. São elas: de fevereiro de 2013, de abril de 2013, de maio de 2013, de agosto de 2013, de setembro de 2013, de novembro de 2013, de dezembro de 2013, disponíveis no arquivo do Centro Estadual dos Professores do Rio Grande do Sul, com sede localizada na Rua Alberto Bins, número 480, Centro Histórico em Porto Alegre.

Também foram utilizados os números de 2015, exceto as edições especiais, são elas: de março e abril de 2015, de maio e junho de 2015, de julho e agosto de 2015, de novembro e dezembro de 2015, foram 4 edições. Estas edições foram encontradas no arquivo eletrônico, no site do CPERS.

Este material foi investigado para que possamos conhecer mais de perto a dinâmica de ações de protestos e greves dos anos que antecederam 2017, mas especificamente nos governos Tarso Genro e Sartori. E a pergunta que conduziu a investigação foi: qual a dinâmica das ações de protestos do CPERS/Sindicato nos governos Tarso e Sartori.

Em relação às entrevistas, foram realizadas 2 entrevistas em profundidade que tratou especificamente da greve de setembro de 2017, no qual foram organizados três blocos de

perguntas. O primeiro bloco teve o intuito de responder ao primeiro objetivo da pesquisa, o segundo bloco ao segundo objetivo de pesquisa e assim sucessivamente.

Uma das entrevistas²¹ foi realizada na escola, local de trabalho da professora e durou cerca de 50 minutos, outra foi realizada na casa da pesquisadora e igualmente durou cerca de 50 minutos. Após transcritas as entrevistas, procedeu-se a análise de conteúdo, para esta metodologia são fundamentais no mínimo cinco passos para seu desenvolvimento, sendo eles: a organização do material, ou seja, preparação, a unitarização, a categorização, a descrição e a interpretação. Inicialmente, foi realizada uma leitura descomprometida, após fez-se uma leitura que identificasse as regularidades de conceitos e a conexão entre eles, identificando unidades de análise e unidades de contexto, numerando essas unidades. Após foi necessário fazer a categorização dos textos das entrevistas disponíveis. Para Moraes (1999) a categorização:

É um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos ou podem ser fundadas em critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem. Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios. (MORAES, 1999, p. 6)

Foram identificadas 14 categorias, são eles: greve, categoria, Assembleia, Estado, governo, salário, parcelamento, educação política, (re)pressão, sindicato, tensão, luta, mobilização, negociação.

Para Moraes, essas categorias devem passar por critérios de validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade que precisam ser construídos ao longo da análise. Segundo Moraes (1999):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. 2).

Na análise do material foram destacados trechos que sintetizavam respostas contundentes as questões de pesquisa, expressas em seus objetivos específicos Esses trechos

²¹ O roteiro da entrevista é um dos apêndices desta dissertação.

foram utilizados no processo de análise e as falas foram trazidas ao texto para dar sentido, conteúdo e forma ao processo de análise.

Segundo Moraes (1999), um texto pode expressar um sentido em que o próprio autor não esteja consciente, é o que podemos chamar de mensagem latente, já a mensagem manifesta é o que está explícito no texto. Como ele diz é preciso reconstituir contextos para entender o verdadeiro significado de uma palavra ou oração. Ou seja, para entender o texto é necessário levar o contexto em consideração. Além de reconstituir o contexto, mesmo que os dados estejam explícitos na mensagem, outro aspecto é a definição de objetivos, pois estes devem estar claros no processo de pesquisa. Para o autor, os objetivos podem ir se delineando no processo de pesquisa, no entanto, quando a pesquisa estiver concluída é preciso que se possam defini-los claramente.

Dentro de uma categorização para definir os objetivos da pesquisa Moraes (1999) coloca-se seis questões: 1) Quem fala? 2) Para dizer o que? 3) A quem? 4) De que modo? 5) Com que finalidade? 6) Com que resultados?

Para Moraes (1999), a outra etapa da análise de conteúdo é a descrição onde,

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem qualitativa a descrição será geralmente de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. (MORAES, 1999, p. 8).

A categoria “greve”, apareceu 141 vezes no texto, em trechos como:

Eu aderi por que é a forma, é um instrumento de luta da classe trabalhadora, além disso a gente teve um processo de preparação desta greve com aulas públicas. (Entrevista professor B).

Eu acredito que está greve teve um papel importante pedagógico, foi a derrota do discurso do governo foi um ponto positivo assim, ah nós não estamos pagando em dia porque o Estado está quebrado. (Entrevista professor B).

A categoria “categoria” (de trabalhadores/as) apareceu 40 vezes nos textos das entrevistas, a categoria “luta” apareceu 26 vezes, em situações como,

ai eu não lembro de todas as aulas, mas desmontava o discurso do governo atual colocando a culpa no governo passado de não ter como pagar o salário em dia, e desmontava o discurso dele contextualizando, demonstro para a categoria porque que ele fez isso, que foi uma escolha política, o desmonte do estado foi uma escolha política. (Entrevista professor B).

se nós tivesse encerrado a greve ali com 60 dias nos tinha quase 70% da categoria aderindo, nós teria folego para esse ano continuar fazendo uma luta, então ela teve

um significado pedagógico positivo que foi desmonta o discurso e um negativo que o povo entendeu que greve longa demais são muito difícil de pagar e tira o folego da categoria. (Entrevista professor B).

A categoria “Estado” apareceu 6 vezes, a categoria “governo” apareceu 29 vezes, a categoria “tensão” apareceu 6 vezes, a categoria “salário” apareceu 4 vezes nos textos, a categoria “negociação” apareceu 5 vezes, a categoria “sindicato” apareceu 17 vezes, a categoria “parcelamento” apareceu 6 vezes, a categoria “mobilização” apareceu 5 vezes, a categoria “(re)pressão” apareceu 7 vezes, a categoria “Assembleia” aparece 24 vezes, em situações como:

Ah, sim. A gente teve umas 2 ou 3 reuniões na escola, a cada assembleia tinha uma reunião na escola. (Entrevista professor B).

Pelo menos cada um que fala que vai votar no Sartori ou pelo menos demonstra isso, leva uma vaia coletiva. Para responder essa questão acho que para manter a greve teve aquela assembleia bem grande e quem era contra não foi votar. (Entrevista professor B).

As categorias que aparecem com pouca frequência nos textos são úteis como unidades de contexto.

A nível de interpretação, pode-se dizer que esta abordagem seja indutiva, gerativa e subjetiva, a partir do momento que atua na compreensão do fenômeno investigado. Parte-se de uma concepção teórica, mas não de uma teoria acabada, pronta para ser colocada a teste, neste sentido nos aproximamos da pesquisa indutiva, pois a dedutiva pretende a partir dos dados chegar a generalizações, nós nos limitamos a compreensão do fenômeno.

3 PEDAGOGIA DA LUTA E EDUCAÇÃO POLÍTICA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO

Figura 11: Assembleia Geral do CPERS de 28 de Setembro de 2017.



Fonte: Lucas Rohan, escritor do Sul 21. CPERS/SINDICATO (2017).

3.1 Uma tipologia das greves através de seus significados para a categoria

As conquistas são as finalidades das greves, pois se espera melhorar as condições de vida e trabalho. Mas em tempos de neoliberalismo, a finalidade muda, agora fala-se de resistência, no sentido de não perder e ou entregar o que já foi conquistado. As táticas entre as correntes divergem, enquanto que para alguns o aumento já basta, outros ainda querem eleger como bandeira de lutas o piso salarial.

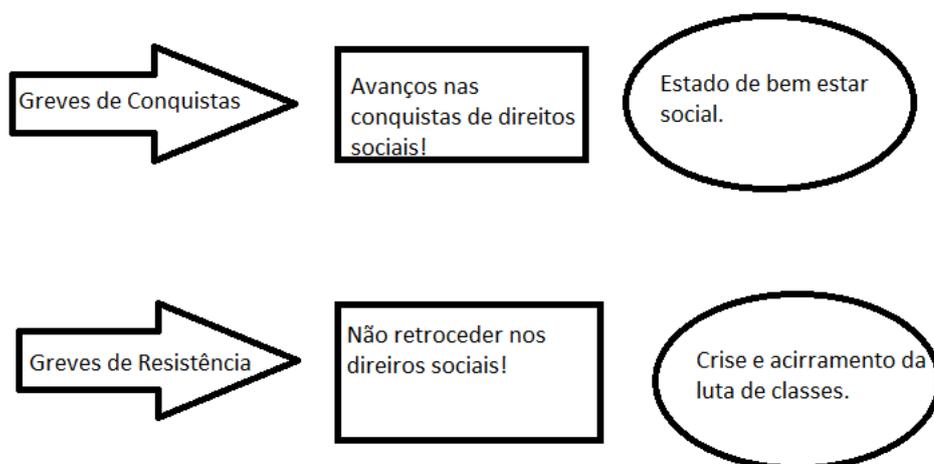
A maioria dos(as) dirigentes afirmam o “CPERS sempre foi um sindicato combativo”, “nunca fugiu a luta”, o que parece dar mais ânimo para lutar, estabelecer um sentido de solidariedade entre seus integrantes, parece haver uma conexão entre o caráter combativo e as greves empreendidas.

Nesse sentido, o intenso número de greves não deixa essas lideranças mentirem, pois vai se criando uma vasta experiência em negociação e a base vai acumulando bagagem para os conflitos vindouros.

A tese da direção sindical, Articulação Sindical (Artsind), ao IX Congresso da categoria alerta para as pressões na Organização Internacional do Trabalho (OIT) na criminalização do direito de greve, a tese do Movimento de Luta Socialista, denuncia que a greve unificada de 2015, foi substituída por alguns dias de paralisação, parece não haver divergência sobre esses dois campos políticos sobre a importância do mecanismo de greve. Portanto, não há só consenso sobre a importância da greve, pois, por outro lado, algumas correntes, como a Construção pela base, fazem a crítica ao número de greves, e sua chapa para a disputa sindical de 2017 traz essa mensagem “os educadores são obrigados a fazer greve todos os anos num círculo vicioso onde mais perdem do que ganham” (Caderno de Teses, 2016, p. 22). Eles têm a avaliação de que as greves quase sempre a categoria sai derrotada e que quando ganham a burguesia dá com uma mão e tira com a outra. É uma visão pessimista sobre o movimento grevista em tempos de neoliberalismo. Mas, como dizia Gramsci, “sejamos pessimista na análise e otimistas na ação”, GRAMSCI apud CERRONI, 2016²².

As greves são empreendidas com a finalidade de trazer conquistas para a classe trabalhadora ou então evitar retrocessos, ser resistência, pois ela é resultado da ação da classe que evita retrocessos. Mas tanto essas conquistas, quanto a resistência são resultados da ação política, no caso, grevista da classe dentro do capitalismo, nesse sentido as conquistas, só podem caminhar rumo a um estado de bem estar social, e a resistência tem outro resultado político é que além de evitar retrocesso salarial e nos direitos trabalhistas, ela promove um acirramento da luta de classes, ou seja, trabalhador(a) versus patrão, como mostra a Figura 12.

Figura 12: Tipos de greve e consequências para a categoria.



²² Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=280>. Acesso em: 29/01/2019.

Como podemos observar na Figura 12, o tipo de greve varia em função do momento do capitalismo em que se vive. Em um momento de desenvolvimento econômico, podemos observar a distribuição de renda, com greves de conquistas, avanços de direitos sociais e, até mesmo, a aproximação de um Estado de bem estar social. Em um momento de crise do capitalismo ou de crescimento econômico sem distribuição de renda, o que se pleiteia é que não haja retrocessos, nestes casos há acirramento da luta de classes, e as greves são de resistência.

Como vimos, a adesão as greves não é consenso dentro do Sindicato, no entanto, a direção e o maior grupo de oposição concordam sobre sua necessidade, ainda que discordem taticamente sobre sua ocorrência. Vimos ainda, que as greves de conquista e resistência são determinadas segundo o contexto socioeconômico da sociedade.

3.1.1. Repertórios de Ação-Reflexão do CPERS/Sindicato no governo Tarso e Sartori.

Através de uma pesquisa no Informativo Sineta no ano de 2013, na gestão de Rejane de Oliveira, e no ano de 2015, na gestão de Helenir Shcurer, foi realizado um levantamento da frequência de atos, passeatas e ações de protesto realizados nestes intervalos de tempo com a intenção de compreender a dinâmica interna do sindicato e ações propostas à categoria. Também é importante destacar a forma de tratamento dada pelo sindicato aos governadores Tarso e Sartori neste período. Estes anos foram escolhidos devido a forte onda de protestos ocorrida em 2013 e 2015 a nível nacional e, é interessante observar, como isso reflete no sindicato.

É possível a nível estadual ver uma ascensão das lutas com o governo estadual. Pela análise das capas do informativo sineta, percebemos que começa-se o ano trazendo a pauta nacional cobrando os dois governos, o estadual, de Tarso Genro (PT) e o federal, de Dilma Roussef (PT) pelas promessas não cumpridas, em março e abril, destaque para o dia internacional da mulher, a ainda a pauta nacional, chamando a construção da greve nacional, em maio e junho/julho destaque a luta dos professores pela educação com passeatas de protesto, dando destaque as manifestações de junho as quais o CPERS se soma, neste período o sindicato ainda pede negociação com o governo do Estado ou então greve, no mês de agosto é pautada a greve, em setembro a chamada de capa do Sineta é “Educadores e estudante se unem para enfrentar o governo Tarso”, na edição de outubro a repressão recrudescer, onde a chamada é “Governo Tarso desata repressão inédita contra movimentos sociais” dando ênfase as

manifestações que receberam repressão violenta do governo. As capas de novembro, trazem o tema da discriminação racial, e dezembro de 2013 então, fala-se de derrotar o “Calotarso”, ou seja, o calote que o governo Tarso deu nos (as) professores (as) não pagando o piso salarial.

No ano de 2013 ao todo foram dois atos nacionais, três assembleias gerais da categoria, mobilizações em escolas em núcleos, atos estaduais e passeatas nos atos e assembleias, 1 congresso estadual da categoria e três semanas de greve. Descreve-se abaixo, essas atividades sendo convocadas e noticiadas em cada edição do Informativo Sineta. Na edição do mês de fevereiro o Sineta anuncia a assembleia geral de 08 de março.

Na edição do mês de abril sindicato constrói greve nacional e estabelece calendário de mobilização nas escolas. Em 24 de abril, o ato público ocorrido em Brasília com a presença de 20 mil ativistas em que a delegação do CPERS teve presença, que tem como pauta a luta contra o acordo coletivo especial, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, entre outras. Na edição de maio traz, o ato do 1º de maio, dia dos trabalhadores com a presença de diversos sindicatos, mais a CSP/CONLUTAS.

No mês de junho, foi realizado o congresso estadual da categoria com 1.600 educadores onde foi aprovada uma campanha de denúncias contra o governo Tarso. Também traz a participação nas manifestações de junho de 2013, por transporte público e investimento sociais.

Em 12 de Julho de 2013 acontece assembleia geral que delibera pauta de reivindicação com piso salarial nacional e a chamada é negociação ou greve. A greve acontece entre 23 de agosto à 13 de setembro e ocorrem mobilizações nos núcleos do CPERS, abaixo segue cronograma desses dias:

- 23 de agosto, Assembleia geral decreta a greve;
- 27 de agosto, pressão cancela audiência pública;
- 28 de agosto, protesto na Expointer;
- 30 de agosto, dia nacional de paralisação;
- 05 de setembro, caminhada e ato público;
- 09 de setembro, protesto em frente à casa do governador;
- 10 de setembro, ante-sala da presidência da Assembleia Legislativa é ocupada;
- 12 de setembro, projeto de auxílio alimentação;
- 13 de setembro, assembleia geral suspende a greve;
- Outubro e novembro visita as escolas- luta pelo piso salarial nacional;

- Em 17, 18, 19 de dezembro de 2013 acampamento em frente da Assembleia contra os projetos em tramitação na Assembleia Legislativa prejudicial aos professores.

Figura 13: Informativo Sineta dos meses de outubro e dezembro de 2013.



Fonte: Informativo Sineta scaneado pela autora.

As ilustrações da capa do Sineta em 2015, trazem a linha editorial do jornal no período.

Figura 14: Informativo Sineta Julho/Agosto e Maio/Junho de 2015.



Fonte: Informativo Sineta scaneado pela autora.

Em 2015, o informativo Sineta trouxe em sua capa uma chamada de mobilização para a Assembleia geral, a realizar-se no dia 27 de março. Em um tom de negociação, a direção do CPERS trouxe a matéria de que negociação e diálogo trazem avanços para a categoria (referindo-se as nomeações dos concursados). Na edição de maio, estima-se que 2 mil professores foram as ruas em março para reivindicar o piso salarial do governo numa manifestação que foi até a frente da secretaria da fazenda. Na edição de julho diz que caravana mobiliza para a construção da greve.

No Sineta, mês de dezembro, está em evidência a mostra pedagógica, dizendo que CPERS está mais próximo dos educadores. Em matéria da página 4 fala que diálogo e pressão desestabilizam base do governo, é frequente o uso da palavra “diálogo” quando se trata de

negociação com o governo, denotando uma forma diferente de negociar em relação à última gestão.

Em diferentes contextos tanto em 2013 quanto em 2015 o informativo Sineta esteve noticiando as principais atividades em que o CPERS/Sindicato esteve engajado no período, é possível observar que em 2013, mesmo a presidente do Sindicato ser do mesmo partido do governo não houve trégua na negociação com o governo, o sindicato bateu pesado na política educacional do governo, chegando a ser reprimido por isso. Em 2015, a presidente do sindicato era de um partido opositor ao governo, mas mesmo assim, prevalece uma forma de negociação com ações mais amenas, priorizando um viés de diálogo.

3.2 Participação e engajamento de militantes no ciclo de protesto e na greve de 2017

Desde 2015 há um ciclo de protestos no CPERS/Sindicato que luta contra o parcelamento de salários promovido pelo governo estadual.

O ano de 2015 foi de crise para a categoria dos(as) professores(as) estaduais do Rio Grande do Sul, pois o governo Sartori começa a pagar no segundo trimestre os salários do funcionalismo público estadual de forma parcelada. Organiza-se um Fórum entre os servidores para a realização de debates e ações conjuntas. O CPERS dá a largada, pois em 26 julho anuncia estado de greve em Assembleia Geral que contava com mais de 3 mil professores(as), a paralisação começa em 31 de agosto e se estende até 11 de setembro de 2015, quando acontece uma emblemática Assembleia Geral no *Pepsi on Stage* em Porto Alegre.

Essa Assembleia Geral tinha como objetivo pautar a continuidade ou não da greve da categoria. No entanto, aconteceu um tumulto, a oposição do Sindicato que votou pela continuidade da greve alegou que teve maioria dos votos, a mesa não permitiu que os votos fossem contados, os ânimos se acirraram e em meio a um tumulto a presidente encerrou a Assembleia. Como veremos abaixo, há duas versões sobre esse acontecimento, uma da direção, que disse que se viu obrigada a encerrar a Assembleia face ao tumulto instalado. A outra, da oposição, que disse ser visível em imagens a maioria de votos pela continuidade da greve.

Essa foi uma questão importante sobre democracia sindical, afinal de contas, os votos deveriam ser votados? A oposição deveria ter feito tumulto? Esse episódio foi discutido em algumas teses ao IX Congresso da categoria, mas o debate foi para além disso, a oposição afirma que existia conciliação de classe nas ações da direção, pois em 18 de agosto a direção teria

afirmado a construção de uma greve de servidores unificada o que resultou em apenas algumas paralisações.

A tese do Movimento de Luta Socialista e da Democracia e Luta fala que,

Na Assembleia Geral do dia 11 de setembro, a presidente do CPERS decidiu, da forma mais autoritária e burocrática possível dar por encerrada a greve da categoria, negando-se sequer realizar contagem de votos. Simplesmente, retirou-se quando identificou a possibilidade da greve ser vitoriosa na assembleia. (Caderno de Teses, 2016, p. 13).

Em nota explicativa, a direção justifica para sua base sindical o ocorrido,

Por três vezes pedi calma para recompor a Assembleia e apresentar a proposta para votarmos em urnas. Infelizmente, aqueles que ainda não aceitaram a derrota optaram por não deixar a Assembleia acabar. Fui forçada, então, em respeito àqueles que haviam, de forma educada, se manifestado através do voto, a encerrar a Assembleia para resguardar a integridade física dos colegas. Infelizmente, tivemos funcionários do Sindicato agredidos, professoras, aposentadas inclusive, agredidas com bandeiras, seguranças da casa feridos. (Nota de esclarecimento do CPERS/Sindicato, 2015).

Aquela havia sido uma greve de ampla mobilização, tendo em vista, que, os dois núcleos de Porto Alegre e a região metropolitana, foram os que mais aderiram à greve. Houve uma grande adesão também no interior do Rio Grande do Sul, boa parte das escolas fecharam as portas. Foi um momento crucial de enfrentamento ao governo do Estado que seguiu parcelando os salários durante toda a sua gestão. Na votação de 11 de setembro, a categoria estava visivelmente dividida, a proposta vencedora, venceria por uma pequena maioria de votos.

Os enfrentamentos continuaram em 2015 e no ano de 2016 e 2017 foram fortes, o Estado começou a receber os(as) professores(as) e funcionalismo em protesto com o respaldo da cavalaria da Brigada Militar e com bombas de gás lacrimogênio. Não foram raras as vezes que os(as) professores(as) voltaram para casa com os olhos ardendo devido aos gases que receberam em seus protestos contra os parcelamentos de salários em Porto Alegre, em frente ao Palácio Piratini e Assembleia Legislativa.

Dois anos depois dos(as) professores(as) decretarem estado de greve em função do parcelamento de salários os(as) professores(as) e o funcionalismo público do Estado em geral continuaram recebendo os salários parcelados. Conforme matéria publicada em Gaúcha ZH (2018), no mês de julho de 2018, a primeira parcela do pagamento seria de 1.500,00, o que engloba 30% da folha de pagamento, as outras faixas de pagamento foram: dia 10/07: até R\$

2.000 (46,6% dos vínculos); dia 11/07: até R\$ 3.000 (61,4%); dia 13/07 – até R\$ 4.500 (77,5%); dia 17/07 – até R\$ 6.500 (88,3%).

O direito de ser remunerado até o 5º dia útil do mês está previsto em constituição, como traz o site Carta Capital (2016) em matéria,

Impreterivelmente, o pagamento do salário deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, diz o §1º do art. 459 da CLT. O artigo 35 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê que “*o pagamento da remuneração mensal dos servidores públicos do Estado e das autarquias será realizado até o último dia útil do mês do trabalho prestado*”. Não há dúvidas, portanto, sobre o que diz a Constituição e a lei. O pagamento de salários na data aprazada trata-se, por evidente, de direito fundamental e indisponível do trabalhador. Aliás, é questão que afeta a sua própria dignidade. (ROESLER, 2016).

Conforme afirma Roesler (2016) Marx, pensador do Século XIX, “afirma o trabalhador tem mais necessidade de respeito do que de pão”, mas é necessário dizer que sem o pão não há condições adequadas para o trabalho, e é justamente nesse impasse que se encontram os(as) funcionários(as) do Rio Grande do Sul, particularmente, os professores (as). Muitos(as) se esforçaram a pediram até vale transporte emprestado para ir ao trabalho.

É importante situar esse sujeito coletivo, para compreender a sua força política, de negociação com governos, de entender sua capacidade de influência política, e de compreender quem está lutando. Nesse sentido, é possível identificar uma vanguarda no movimento, que luta mais, como essa que realizou a greve de 53 dias de 2016, e a ocupação no Centro Administrativo Fernando Ferrari, em junho de 2016 em Porto Alegre, a ainda assim, as medidas do governo Sartori foram aprovadas, e os direitos foram retirados da categoria. O conjunto da categoria talvez não tenha aderido massivamente a greve, apesar de haver grande participação, no entanto, o governo seguiu “massacrando” os(as) professores(as).

Em março de 2017 aconteceu mais uma greve de curta duração de 17 dias, com fôlego curto, mas prevendo a preparação de uma ação maior que aconteceria em setembro.

Em setembro de 2017, os entrevistados revelam que entraram em greve junto com a categoria depois que a Assembleia Geral foi realizada em 05 de setembro daquele ano, alguns participaram da Assembleia da categoria em Porto Alegre, e voltaram para a escola decididos a paralisarem as atividades, a escola como de costume fez uma reunião expondo a possibilidade de adesão ao movimento de greve, ficou decido uma mediação entre as posições prós e contra à greve, que a escola faria turno reduzido.

Eu entrei com a categoria, foi decidida em Assembleia, a gente foi na assembleia para entrar em greve e nós entramos primeiramente junto a categoria, com o CPERS, então foi o momento em que o sindicato convocou, a gente foi na Assembleia e a gente decidiu por entrar em greve. (Entrevista, professora A).

No entanto, a greve duraria 93 dias e muita coisa aconteceu nestes três meses. A escola voltou antes do fim da greve, ao trabalho regular, e nossos entrevistados deram prosseguimento a greve, entrando em greve “total”. O professor B relata que as bases sindicais que seguraram a greve foram o núcleo metropolitano de Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria, as três principais regiões metropolitanas do Rio Grande do Sul, e que até outubro o movimento de greve estava forte no interior do Estado, depois disso os(as) professores(as) começaram a voltar as aulas e a greve perdeu a força.

Como vemos abaixo,

Tanto Pelotas quanto Santa Maria, até Pelotas e da CUT pode mais, mais Santa Maria é uma das lideranças novas da Artsind, votou tanto no conselho como levou ônibus para votar pela continuidade da greve, porque é duas cidades que estavam lutando, mantendo a greve, então eu acho que teve uma má avaliação do todo da greve, por uma continuidade da base. (Entrevista professor B).

Nas falas observamos o fato de o movimento entrar em greve foi algo muito natural devido ao grau de indignação dos(as) professores(as) com o governo que a dois anos vinha promovendo o parcelamento de salários, e o pagamento dos juros que os(as) educadores (as) tiveram que pagar ao Banrisul, sem contar a falta de perspectiva de reajuste. Nesse sentido, a alta adesão à greve, de 70% de até outubro, demonstra essa tendência, depois a realidade foi diferente.

Como eu te disse até o final de outubro estava tudo muito tranquilo, estava todo mundo com muita disposição de luta afinal era o terceiro ano de parcelamento de salário, estava todo mundo P da vida, foi um desses momentos que uma das colegas colocou o sartorômetro no mural, está lá até hoje quantos dias faltam pro Sartori sair, acho que o diálogo com os colegas foi muito bom, acho que estava todo mundo sabendo, inclusive eu acho que isso, afinal aquela greve mudou de parcelamento dos salários por atrasos por fatias, né quando recebe pouco recebe praticamente em dia, quem recebe um pouquinho mais recebe com duas semanas de atraso e um pouco mais, mais uma semana de atraso, o povo percebeu esses avanços assim acho que foi por isso que manteve a greve, manteve a greve porque o povo sentiu que ia derrotar politicamente o governo. Pelo menos cada um que fala que vai votar no Sartori ou pelo menos demonstra isso, leva uma vaia coletiva. Para responder essa questão acho que para manter a greve teve aquela assembleia bem grande e quem era contra não foi votar. (Entrevista professor B).

Esses professores permaneceram em greve mesmo depois que a escola voltou a funcionar, aderindo ao movimento estadual, sobrepondo-se a conjuntura local. Desse modo, percebemos que existe na trajetória desses professores uma linha de atuação, um modo de se portar perante aos desafios políticos que tem a ver com sua própria trajetória.

Sobre seu engajamento e participações nos espaços coletivos de decisão da categoria é possível identificar, que os(as) professores(as) que participam das instâncias de discussão da categoria tem um comprometimento maior com as decisões tomadas, como pode-se identificar no depoimento abaixo:

A gente fez tanta greve, tanta paralisação. É greve e é paralisação, existe paralisação de dois a três dias, houveram paralisações até chegar ao ponto de greve. Três dias, três dias depois voltava até chegar ao ponto de greve, porque é paralisação é uma decisão de opinião própria interna, então, não precisava, agora uma greve é decidida em assembleia, a gente vai lá, e quando a gente decide junto a gente vem e entra, então quando a gente vai lá, eu já entrei em greve só dois, três professores na escola. Porque eu decidi em assembleia, não vou chegar lá, decidir por uma greve, chegar na escola e vou trabalhar, né. Então é bem incoerente. Já fiz greve onde a escola toda voltou e nós ficamos em greve, até decidir em assembleia, então existe os dois lados, depende como está o momento. (Entrevista com professora A).

A professora A, participou de duas assembleias gerais, a que instituiu a greve e a que suspendeu-a, das 4 assembleias que ocorreram durante a greve, e o professor B, participou segundo suas lembranças de 3 ou mais. Tiveram um engajamento nas atividades locais, tendo em vista que juntamente com alunos promoveram um apitação em frente ao Bannisul e distribuíram panfletos relativos a greve. Essas atividades locais têm como objetivo um diálogo com a comunidade escolar para que essa, não se volte contra o movimento.

No dia 07 de outubro aconteceu uma invasão do gabinete do líder de governo na Assembleia Legislativa, eram aproximadamente 100 grevistas que com a direção do CPERS/Sindicato que tinha por objetivo pressionar o governo à negociar com os grevistas²³.

É possível observar que a greve de 2017 faz parte de um ciclo de protestos, que teve início em 2015, em decorrência do parcelamento de salários dos(as) professores(as). Esse foi o principal motivo da tentativa da continuidade da greve de 2015, da ocupação do centro administrativo Fernando Ferarri em 2016, e das duas greves que ocorreram em 2017. A professora A ressalta a responsabilidade com o coletivo de tirar uma decisão em Assembleia e

²³ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/11/cpers-invade-gabinete-do-lider-do-governo-na-assembleia-legislativa-cj9pqlc0x0b1201o6q2wy301v.html> Acesso em: 19/01/2019

cumpri-la na base, ou seja, na escola, e também ressalta o clima de mobilização existente na categoria, quando diz, “fazíamos várias paralisações, até chegar a greve”.

3.2.1 Até o último limite: A sustentação política da greve de 2017

O principal fator que sustenta uma greve é a motivação dos grevistas e esta motivação constrói-se segundo orientação política da direção sindical, baseando-se em argumentos convincentes. Nesse sentido, não existe argumento mais convincente do que o governo mexer na remuneração dos(as) seus(as) funcionários(as). Eles devem estar motivados a agir e por isso deve ocorrer uma preparação da ação. Como revela a professora A:

Então a greve o que impulsionou, o que mais impulsionou o povo a entrar em greve foi o parcelamento do salário, foi o que muita gente não tinha aderido à greve em si, fizeram a mobilização neste momento, foi por causa disso. Salário parcelado, estava todo mundo desesperado, gente que não tinha condições de ir para a escola. Foi obrigado a se manter em greve porque não tinha o dinheiro para chegar até sua escola. Então foi assim um desespero, mais por um desespero. (Entrevista professora A).

Os entrevistados contaram como esta preparação ocorreu na greve de setembro de 2017. A greve como lembrou o professor B, requereu uma preparação da ação dentro da categoria, penso que uma greve seja um processo de construção com preparativos, início, meio e fim, no entanto quando se entra no movimento não há como prever o seu fim, e é neste momento que entra a habilidade de negociação das direções. Talvez quando a categoria entrou em greve em setembro de 2017, era difícil prever que essa seria a segunda greve mais longa da história do magistério. Como disse o professor B, “o mais difícil de uma greve não é entrar nela, o mais difícil é sair”.

No entanto, sobre seu momento de formação, a direção orientou a realização de 4 aulas públicas, em que ofereciam cartilhas para a preparação dos (as) professores (as), como processo de convencimento e fortalecimento de seus argumentos. Essas aulas construíram a sustentação de um discurso político contra o atual governo. Nas palavras do professor B,

Sim, a gente fez 4 (aulas públicas) na escola. Isso eu e mais duas professoras promovemos as aulas públicas, sobre a questão do imposto, aí eu não lembro de todas as aulas, mas desmontava o discurso do governo atual colocando a culpa no governo passado de não ter como pagar o salário em dia, e desmontava o discurso dele contextualizando, demonstrando para a categoria porque que ele fez isso, que foi uma escolha política, o desmonte do estado foi uma escolha política, ele ficou um ano e

meio, dois anos sem fazer nada, porque ele compreende que o Estado não é um indutor da economia, como o governo passado compreendia, o governo passado foi buscar investimentos fora com japoneses, árabes, união europeia, américa latina e do próprio Estados Unidos, e esse governo agora parou de fazer isso e começou a fazer um discurso que a culpa era do governo passado e até essa greve esse discurso estava colando, inclusive na categoria e as aulas públicas desmistificaram esse discurso em vários pontos aí se trouxe dados e a categoria entendeu esses dados e mesmo os que não gostavam muito de greve, acabaram aderindo. (Entrevista professor B).

A partir dessa preparação, é possível dizer que existem objetivos imediatos para uma greve e objetivos a longo prazo, sendo que isso influencia na disputa de rumos da própria greve. Diríamos que os objetivos imediatos sejam os parcelamentos de salários e o congelamento de gastos na área social, inclusive salarial votado pelo parlamento do Estado em 2017. Isso seria a causa primeira da realização da greve, no entanto e aí se reconhece no próprio discurso dos dois professores o objetivo a longo prazo seria um desgaste ou a derrota política do governo e sua política educacional.

Então eu acho que uma ideia de uma possibilidade de derrota do governo, eu acho que os mais conscientes sabiam que a derrota era política e não uma vitória da categoria, ou seja, acabar com o parcelamento, mas sim derrotar o governo politicamente, acho que a maioria dos professores compreendeu isso, e acho que esse foi o mote de manter tanto tempo com a greve. (Entrevista Professor B).

Mas a greve foi longa e não promoveu um simples desgaste, houveram neste meio tempo entre início e fim da greve 4 assembleias gerais e nas 4 a proposta da direção que era de término da greve perdeu, os(as) professores(as) que se mobilizavam para ir a Assembleia estavam radicalizados e não queriam voltar a dar aula sem ganhos reais, como, por exemplo, uma proposta do governo em pagar em dia, mas o governo estava irredutível, apesar do reajuste de seu próprio salário, em 46%, e dos deputados, em torno de 26%,²⁴ ao magistério não restava nada, além de parcelamento²⁵. O professor B disse que após 60 dias de greve o magistério não conseguia mais manter a greve com ampla adesão, e as bases mais conservadoras começaram a voltar a sala de aula. No entanto, as três maiores regiões continuavam firmes e todas elas foram para a assembleia disputar sua posição, talvez a greve não tenha voltado antes porque aqueles que já estavam em sala de aula, não iam a assembleia, e também não cumpriam suas deliberações.

Como se pode observar, conforme o professor B:

²⁴ Disponível em: <http://sindimetalcanoas.org.br/novo/noticias/a/governador-sartori-sanciona-aumento-de-seu-proprio-salario-do-vice-e-secretarios/> Acesso em: 17 jan. 2019.

²⁵ Como pode ser verificado no Termo de acordo de greve em anexo.

Até então, direção central estava num respeito as bases assim, mas na última vez interferência foi visitou as bases que estavam rebeldes, deu umas sanções nuns, fez com que outros que já tinham voltado estavam em sala de aula fossem para a assembleia, que esse era o grande detalhe, só ia para a assembleia quem estava em greve, até final de outubro nos estava com 70%, quem já tinha desistido da greve não ia, até que as assembleias começaram a diminuir. Eu lembro que uma foi lá na Casa do Gaúcho, na chuva, e ali, quem estava em greve queria continuar em greve, né. (Entrevista professor B).

A partir disso, vimos que os sentidos da participação estão ligados a uma educação política que é díspar na categoria. A sustentação da greve, para além de outubro daquele ano, ocorreu, certamente, devido a base de trabalhadores(as) mais radicalizada, radicada nas regiões já mencionadas, mas também a militantes engajados em diferentes partes do Estado, como é o caso dos nossos dois entrevistados que se negaram a voltar a dar aula, enquanto a categoria decidiu coletivamente por estar parada, mas mesmo assim, os professores A e B voltaram antes dos 93 dias, devido ao calendário letivo da escola. Eles, segundo seus relatos, chegaram a um limite, e se ultrapassassem esse limite toda a escola teria que mudar seu calendário letivo devido a suas paralisações que ocorriam naquele momento na escola de forma isolada. A consciência do coletivo, os coloca em um momento de escolha crucial, a escola, ou os ativistas em greve, eles optaram pela escola, onde terão que trabalhar durante sua carreira.

Ao estarem paralisados no contexto da escola trabalhando é em si um ato de coragem, é necessário muita firmeza e convicção na luta coletiva para manter uma posição isolada na escola, esses (as) professores (as) acabam se sobressaindo aos demais e sendo destacados futuramente para funções políticas dentro da categoria, essa constatação verifica-se no papel desempenhado pelo professor B, na organização das idas para as atividades da categoria em Porto Alegre. Ato de coragem, também porque para sempre numa greve o medo de perseguições e pressões individuais. Elas acontecem mais em escolas com as denominadas *direções pelegas*, que acabam por prejudicar a vida funcional dos (as) professores (as). Mas perguntados se sofreram alguma pressão individual, eles alegaram que não, que sofreram as pressões que a categoria sofreu coletivamente, como por exemplo, a transferência de alunos de uma escola grevista para outra não grevista, como ocorreu em Venâncio Aires, por exemplo, as pressões do governo via meios de comunicação e a pressão da própria comunidade que cobra o calendário letivo, mas não chegaram a ser pessoalmente coagidos. Essa afirmação ocorre muito em função de um determinado respeito conquistado por esses profissionais na área e meio em que atuam, dessa forma, não foram individualmente perturbados.

Sobre isso a professora A falou:

Eu não me sinto (pressionada) sabe, ninguém me pressiona. Eu não me sinto pessoalmente, a pressão existe, existe num todo, mas eu não me sinto, eu sei o que eu estou fazendo, e nunca ninguém chegou assim, falou em direção não, nem governo, eu sei qual o meu direito, eu sei pelo que eu estou lutando, eu sei que eu posso fazer, não é por pressão. Se eu tiver que voltar é pôr de credibilidade no movimento, não por pressão, mesmo sozinha eu fico firme, quando eu acredito no que eu estou fazendo, agora se eu não acredito. (Entrevista professora A).

Ainda existe o fator da receptividade da greve na comunidade escolar, sobre isso o professor B revela:

Outra questão de a greve ter sido tão grande teve o apoio da população, o comercio, percebeu que não ia receber em dia, tu ia na padaria e tinha o apoio de algum pai, foi uma das greves que tu vê com maior apoio da população mas até ali, até final de outubro, depois começou uma batida nos professores, na categoria como um todo, teve várias escolas na nossa região mesmo que teve transferência de alunos, Venâncio foi uma onde aconteceu bem nítido isso, como as escolas maiores estavam paradas eles acabaram transferindo mais de 100 alunos. (Entrevista professor B).

A sustentação política da greve está muito ligada a educação política da categoria e aos sentidos da luta estabelecidos por esta na greve e nas ações de protesto.

Podemos dizer que a greve do CPERS de 2017 foi sustentada até seu último limite. Jornais da época dizem que a greve terminou com apenas 1% de adesão da categoria, devem ter sido os 1% que foram na última assembleia geral da greve, porque nessa ainda teve disputa pela continuidade e segundo relatos a disputa foi parelha. O que pode ser um indicativo de que certamente existia mais de 1% da categoria em greve no fim desta.

Neste subcapítulo, é importante destacar que os rumos da greve foram decididos pelos que mais participam, como, por exemplo, aqueles que participaram e mobilizaram para todas assembleias gerais da categoria, durante a greve.

3.3 O processo educativo da negociação coletiva da greve: indicadores de participação da greve do CPERS/Sindicato em 2017

É necessário citar Streck (2017) para dizer que as relações de poder também são educativas:

Sendo sempre de natureza política, a educação na acepção freireana se situa dentro de relações de poder. Mais do que isso, tem como uma de suas principais funções explicitar e refletir essas relações desde uma perspectiva ética, fazendo perguntas sobre como este poder está sendo exercido, a serviço de quem ou de que setores ou classe está sendo posto, sobre a forma de tornar este poder partilhado de forma justa

entre todos os cidadãos; enfim, trata-se de “democratizar o poder” (STRECK, 2017, p. 13).

A greve enquanto processo de negociação coletiva desenvolve uma educação política baseada na participação, onde cada um(a) é um importante polo de resistência e construção de uma política coletiva construída pela e para a categoria. Essa forma de participação, onde cada um(a) escolhe participar da política sindical e toma posições e atitudes que definem os rumos de uma coletividade, seria a melhor expressão que temos até agora de uma democracia radical.

Um dos indicadores de participação aparece na fala da professora A, onde ela identifica uma partidarização do movimento.

Assim a greve é um momento de luta de categorias, eu acho, eu acho não, eu sinto, diferente de anos atrás quando eu fiz, eu sinto uma quebra, como se existisse uma quebra da categoria, eles não acreditam mais na força que tem, e eles sempre tem a desculpa que quem tá comandando é partidário, o sindicato virou partidário, isso é ruim porque tirou a mobilização, tirou a confiança dos professores no sindicato eu não estou pensando assim, mas eu estou visualizando essa coisa dos professores, a gente até conseguiu mais gente, se associando ao sindicato para se mobilizar mais, e eu digo pros guris a gente não é obrigado a ser sócio ao CPERS para aderir à uma luta, não tem nada à ver uma coisa com a outra, mas as pessoas acham - Ah porque tá no CPERS, porque é do PT, assim as pessoas não ligam porque tão lutando pelo seu benefício, pela sua vida, pra sua profissão, pela sua categoria de professores, parece que não existe um desligamento disso, eu digo olha, eu não estou satisfeita com que está acontecendo, então eu vou mobilizar, vou parar porque eu não estou satisfeito com que tá acontecendo com a minha vida profissional, é isso que todo mundo tinha que pensar. (Entrevista professora A).

Este indicador permite verificar que as pessoas que tomam posição na política partidária, costumam se organizar também sindicalmente. Trazendo clivagens partidárias para dentro do sindicato. A partidarização é uma realidade no sindicato, mas como ser diferente, se o sindicato reflete a sociedade, politicamente estruturada por partidos políticos.

A greve de 93 dias de 2017 acabou como uma greve de vanguarda, apenas uma pequena parcela da categoria seguiu mobilizada, especialmente nos últimos 30 dias. Essa pequena vanguarda estava irredutível em relação às reivindicações da categoria e não aceitava voltar sem vitórias concretas.

A seguir alguns indicadores sobre a greve, Quadro 7:

Quadro 8: Indicadores sobre a greve de setembro de 2017.

Indicador de concordância com a greve		Esclarecimento dos preparativos da greve, objetivos em comum com a categoria, disposição pessoal em fazer a greve.	70% de adesão dos(s) professores(as) no início da greve.
Indicador de discordância com o movimento		Objetivos contrários ao movimento de greve, argumentos banalização da greve, comunidade escolar contrária.	Professores(as) que votaram contra a greve em assembleia e nas escolas.
Indicador de adesão		Parcialmente (decisão pessoal e coletiva de aderir à greve, essa decisão pode ser mais difícil quando o movimento não é coletivo em uma escola, ou sub-região)	Adesão total ou parcial a greve, como, por exemplo, as escolas que fizeram meio turno.
Indicadores de desistência do movimento		Quando pessoas colocam contra a greve, como diretores de escola, conflitos entre colegas.	Ou perseguições das Coordenadorias Regionais de Educação.
Indicadores de mecanismos propulsores do movimento		Fatores como otimismo e esclarecimento contribuem para esse mecanismo, a adesão coletiva é o principal fator e a possibilidade	A união e a convicção fortalece o movimento e traz possibilidades de conquistas.

		de ganhos na negociação.	
Indicador de pressão		Pressões do governo como o corte de ponto, prejudicam os grevistas e os mantem sobre pressão.	Estratégia do governo trocar os alunos de escola.
Indicador de militância		É destinada a analisar aqueles que trabalham em prol do movimento, como em ações de protesto.	Participação assídua na dinâmica do movimento.
Indicador de satisfação		Pode estar relacionado a negociação realizada durante a greve com resultados imediatos ou então com referência a própria história do movimento.	Depende da avaliação feita pelo (a) professor (a) como por exemplo, a derrota política do governo.

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os sujeitos de pesquisa.

As informações utilizadas na elaboração desse quadro, como já dito foram retiradas das informações trazidas nas falas dos professores entrevistados, a partir delas sobressaíram algumas questões objetivas sobre a organização da categoria sindical para a greve, como questões que motivaram e desmotivaram a ação de greve, dessa forma elas foram expostas acima, esses indicadores possibilitam o aprendizado no processo.

Segundo a professora A:

também queríamos lutar por uma educação melhor, por mais respeito a categoria e ao aluno em si, nesta greve nós tínhamos outras lutas pela frente, como o não fechamento de entidades educacionais, então tinha um grande grupo junto, não era só isso, mas quando a gente fala em greve dentro da escola é sempre política só, parece que a grande maioria não leva pro lado pedagógico, eu acho que sempre que se luta por algo

maior tem significado pedagógico, no meu trabalho, no meu desempenho, no meu aluno. (Entrevista professora A).

A partir disso, conclui-se que o aprendizado é um processo tenso e não acontece sem luta. Os(as) professores(as) lutam pelo seu salário, como se a educação fosse uma prioridade somente sua, e com o tratamento recebido pelos governos, fica evidente, que é isso mesmo, mas ao lutarem pelos seus salários, não estão lutando só por isso, estão lutando pelo ensino público, pela universalização da escola pública, pela sua qualificação e pela qualidade do ensino. Ao lutarem pela sua valorização, estão lutando por um modelo de educação. O caráter econômico da luta encerra esses outros significados.

Por último, fala-se do sentido de pertencimento dos(as) professores(as) entrevistados na categoria, parecem ter orgulho de ter feito parte desse processo de luta relatado, deixaram aí parte de sua expressão social. O professor B fala do movimento sindical como um aprendizado, em que apenas o tempo, e a militância pode ir fornecendo respostas; refere-se a militância como um curso extra que é realizado na carreira docente e traz aprendizados que você não pode compreender, se você não está envolvido.

O envolvimento no movimento sindical é mais um curso que você faz enquanto trabalha e vai aprendendo com o tempo, só o tempo e a militância podem ensinar. (Entrevista professor B).

A professora A diz que na sua realidade cotidiana, de trabalho em sala de aula, a realidade é tão indignante que se você não lutar, você é capaz de surtar. A militância para ela é uma válvula de escape, uma forma de reação política, individual e coletiva.

Na militância eu consigo extravasar toda a exploração que sinto, a revolta por estar sendo explorada, se não fosse isso talvez não seria possível aguentar. (Entrevista professora A).

Cogita-se que adquirir um nível de consciência política, requer do(a) trabalhador(a) uma atividade política que de vasão, que o possibilite extravasar a experiência do trabalho, e é a ação coletiva, e na sua forma mais elaborada da ação coletiva organizada, as greves do sindicato, são a forma mais bem acabada de expressar o descontentamento da exploração do trabalho. A partir desta greve do CPERS/Sindicato é possível perceber que do processo de luta é possível o aprendizado.

Neste subcapítulo, observa-se os fatores positivos que contribuem para uma motivação a realização de greves, como a adesão, a concordância, a militância e a satisfação com o

movimento. A partidarização trazida na fala da professora A, é uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo que contribui para a organização de militantes e da luta social, por outro lado, desmotiva alguns setores a participação, sob o argumento do aparelhamento do movimento e do sindicato.

3.4 O significado pedagógico da Greve e das ações de protestos de 2017

Um dos significados pedagógicos da greve de 2017 foi que esta greve faz parte de um ciclo de protestos da categoria que começa em 2015, com o parcelamento de salário, e vai até 2018 quando esta dissertação é escrita. Ela é a expressão máxima de descontentamento de uma categoria que se vê em apuros com as ameaças de privatização do ensino, com a aprovação da terceirização de serviços e com o descaso total com o seu meio de vida e sobrevivência, a educação pública.

A adesão individual em uma luta coletiva é um sinal de não adaptação a deterioração do serviço público, é perceptível nas falas, uma diferença de tempos, havia um tempo em que se lutava por melhorias, hoje se luta contra os retrocessos. “Era mais fácil lutar”, diz a professora A, quando a categoria era unida, hoje tem outras clivagens e tem também, o que nós chamamos de “estratégia do medo”, num tempo em que conseguir um emprego é uma dificuldade, onde existe mão de obra qualificada sobrando, os(as) professores(as) sentem-se acuados em se somar ao movimento, lutar neste contexto é um ato de coragem e é também pedagógico. Afinal de contas os direitos sociais, como disse o professor B foram conquistados pelos(as) trabalhadores(as) e não são eternos, há um esforço também para eles serem mantidos e por isso é preciso desmistificar que eles são uma concessão de governos, em uma democracia representativa, lutar para influenciar o cenário político é uma forma de democratizar o poder. Pois os políticos se elegem pelo povo, mas nem sempre advogam a favor do povo, certas vezes cumprem interesses de grupos privados que no capitalismo almejam aumentar seus lucros. Um segundo quesito que é identificado como importante é a adesão coletiva a greve, pois para que pessoas influenciam progressivamente numa conjuntura através de seus posicionamentos e ações é necessário de um esclarecimento, que irei chamar de “consciência”. Esta permite ver mais e melhor, pois somente com esta noção nos permite a agir sem medo, neste processo, certamente existem aqueles que são penalizados com ameaças e perseguições, mas só um movimento social forte, pode ter a capacidade de compensar esses resquícios de repressão que ainda em uma democracia constitucional que prevê o direito de greve, afeta alguns.

Como disse o Professor B, quem luta, precisa de estratégia. E acho que esse é um dos maiores aprendizados coletivos da luta, a categoria em si, apreende sobre sua luta, e os limites que esta luta tem. Nem sempre é possível alcançar os objetivos propostos, como não foi nesta greve, em relação a pauta reivindicativa, apenas houve o compromisso do governo de pagar dentro do mês, mas ainda de forma parcelada, no entanto existe outras consequências que apenas serão medidas com o passar dos tempos.

Tanto que na hora da discussão pra terminar a greve foi quase empate, né, metade queria continuar, então foi bem difícil o retorno, porque a gente não alcançou o que a gente queria, o que ficou de positivo é que ele marcou uma data que ia pagar dentro do mês e retirou algumas ameaças que ele tinha que o CPERS foi pra cima que era a demissão de contratados, mas a princípio a gente não conseguiu grande coisa eu era pra receber pelo menos em dia. (Entrevista professora A).

Ainda tem a pauta específica dos(as) professores(as) contratados(as), que passam por ameaças de demissão frequentemente, e sofrem maior pressão para não fazerem greve. Segundo a professora A, o CPERS também negocia em prol desse grupo que, como já foi dito, não é pequeno, pois representa 30% da categoria.

Em suma, em tempos de neoliberalismo, seria duro para a categoria, tendo em vista seu legado de lutas, passar por sérios ataques a educação pública sem luta, penso que está greve que durou 93 dias trouxe o aprendizado da resistência, houve um pequeno grupo que firmou pé contra o governo e não queria voltar.

Por fim, podemos dizer que o compromisso é um dos principais significados pedagógicos da ação política que visa a uma educação política, comprometer-se enquanto parte de um conjunto que promove uma ação em prol do bem coletivo, e estar consciente disso para que não se desista ou subestime a ação coletiva, é necessário para o sucesso da ação.

Um dos sentidos atribuídos à luta e aqui ressaltados diz respeito ao seu caráter pedagógico, lutar encerra outros significados além da luta salarial. Além de disputar também um projeto de sociedade para aqueles que acreditam na via socialista para sair do capitalismo; ela expressa um caráter pedagógico, ou seja, de aprendizados, e um desses aprendizados significa que a estagnação frente a retirada de direitos aguça as condições de pobreza, esse caráter está expresso na fala de professor C:

(...) eu sempre acredito no caráter pedagógico da luta, toda luta têm um caráter pedagógico, o que seria o caráter pedagógico, é na prática, no dia a dia do enfrentamento daquelas situações em que eu me encontro, que eu vou desenvolvendo em mim, muito mais do que pelos cursos que eu faço, e do que os discursos que eu ouço, muito mais aquela capacidade de reação, entendeu, eu me volto a ideia de Trotsky e acho que essa é a ideia de um dirigente sindical, é de captar a indignação que tá ali, e transformar essa

indignação numa prática, entendeu, e eu acho que é isso que as pessoas vão avançando e entendendo seu papel dentro da sociedade então isso é o caráter pedagógico, e nesse sentido acho que a greve essa traz um caráter pedagógico fundamental. (Entrevista professor C).

A ideia que este professor traz de que a reação frente a adversidade da luta é educadora, nos possibilita pensar que o engajamento nas ações do movimento em si cria um ambiente pedagógico e, a participação ao longo da carreira docente, uma educação política.

Conclui-se que a não estagnação frente a retirada de direitos trabalhistas seria um dos maiores aprendizados desse processo de greve, a habilidade em negociar, em defender a base grevista, em suscitar novas lideranças e não temer as pressões, são fatores que reforçam a solidariedade de classe.

3.5 Os sentidos da participação na luta coletiva para a educação política

Em um contexto de avanço do neoliberalismo: porque esta greve teve uma duração tão longa? Pode-se dizer que isso faz parte de um acirramento da luta de classes, quanto maiores os ataques, em algum momento a reação também extrapola seus limites. E isso tem haver com os sentidos da participação. Numa greve aqueles que mais participam são os que determinam seus rumos, conforme foi verificado acima, que aqueles que vão a Assembleia, são os que decidem pela continuidade, os que não participam, a boicotam. Então, qualquer instância de participação desde a reunião na escola é uma instância válida, as instâncias promovidas pelo sindicato são essas: reuniões nas escolas, assembleias regionais, conselho geral e assembleia geral, existe também as ações de protesto, como atos, passeatas, panfletagens, caravanas, todas essas atividades foram intensas no período de greve.

E identificamos uma realidade da greve de setembro de 2017, quem mais participou das instâncias de discussão da greve foi o movimento a seu favor, por isso essa foi a proposta vitoriosa na maioria das assembleias realizadas. A participação na greve, parte de uma decisão individual, mas a partir dessa escolha forma-se um coletivo e se estabelece uma coesão entre os que participam e representam, talvez essa coesão leva a uma determinada identidade coletiva. A greve só é deflagrada a partir de uma decisão coletiva, e é coletivamente que se forma uma identidade na categoria, os que participam tem a capacidade de imprimir as características dessa identidade, a partir da coesão também temos o senso de pertencimento e coletividade estabelecidos. Pertencer a um grupo social que tem sua própria maneira de lutar reforça laços

de união. Já a luta coletiva traz uma noção de igualdade, pois a maioria dos que ali estão vivenciam os mesmos problemas, de limitação de recursos, de condições precárias de trabalho, de descaso com a educação. Para a professora D:

(...) a luta coletiva ela ensina muitas coisas, ela é o exercício da democracia, ela é o exercício da tolerância, ela é o exercício das sínteses das diferenças, e a luta coletiva é o que te deixa mais forte, quanto mais coletiva, mais forte é a nossa luta, eu acho que o aprendizado que a gente tira e que nós somos muito mais fortes quando lutamos juntos, acho que outro aprendizado é que a luta coletiva mostra com mais clareza existe luta de classe, de que nos pertencemos a uma classe e lutamos contra a burguesia, os poderosos, e na defesa dos mais pobres, então acho que a luta coletiva nos coloca de um lado, que é o lado da classe trabalhadora, e isso é muito importante o aprendizado, e isso nos coloca a capacidade de fazer uma leitura, se eu luto na classe trabalhadora eu jamais vou admitir conciliação de classe, eu jamais vou admitir que os direitos sejam tirados, ou seja, a luta coletiva ela te dá um aprendizado não só porque tu é mais forte e capaz por lutar junto, mas porque tu tem lado nesta guerra, e o teu lado é o lado da classe trabalhadora. Para encerrar, o capitalismo para sobreviver ele tem que dividir a sociedade entre homens e mulheres, entre pobres e ricos, entre homossexuais e heterossexuais, brancos e negros e nós precisamos unificar a sociedade para lutar. Então é fundamental a unidade da classe trabalhadora, é fundamental que a gente consiga, e consiga avançar na consciência da classe trabalhadora para que se enxerguem trabalhadores, ela nos aponta na necessidade desta unidade, mas é preciso que esta unidade tenha um conteúdo, e esse conteúdo não pode ser a rendição, nem a conciliação de classe, que durante a crise tem uma tendência de mostrar quem é quem, assim como têm uma tendência muito forte a rendição e superação política, por outro lado tem uma tendência muito forte de se enxergar quem tem programa, quem tem concepção programática. (Entrevista professora D).

É interessante observar que, segundo a professora D, o exercício da democracia na política sindical traz muitos aprendizados, a partir disso é possível falar de uma pedagogia que se materializa na luta a partir da vida cotidiana, na regularidade de instâncias de participação, na participação política.

Promover espaços de participação que são espaços de luta da categoria traz um sentido diferente para a democracia, esta que conhecemos enquanto democracia representativa, onde o espaço de participação é meramente eleitoral, a avaliação dos governos nos espaços da luta se faz de forma contínua e não uma vez a cada quatro anos, neste sentido, esta luta amplia a noção comum de democracia, e cria a rotina do movimento sindical da categoria bem mais intensa e ativa.

Estes espaços de participação são mais que espaços de decisões, são também espaços de encontros, de convivências, de troca. Sobre isso, para Streck:

A participação acontece porque já se tem experiências prévias de participação na comunidade, mas acontece também pela “novidade” do espaço, pelo convívio, pela possibilidade de negociação e de sociabilidade; acontece ainda pelo “prazer do encontro”, mas também pelas necessidades de resolução de problemas concretos. (STRECK ET AL, 2017 p. 6).

Streck (2017) acrescenta que o desafio da participação consiste em chegar naquela pessoa que não está organizada, esta seria a chave para a democracia radical.

A educação política é bem mais do que a luta sindical, discute-se em casa, aprende-se na escola, e se dá continuidade em nossa vida profissional, e é desenvolvida principalmente durante uma greve, sobre isso, para a professora A:

A gente vive politicamente, nós vivemos em sociedade dentro da nossa casa, essa parte de entendimento político, como funciona uma engrenagem é muito importante. Tu tens que saber te posicionar, tem que saber o que tu podes fazer, tu não tens que só ficar quieto ouvindo. Acho que também formação política, mas tem que estar baseada no conhecimento que o aluno traz, por isso eu acho importante sociologia, filosofia dentro da escola, para ti ter o conhecimento, para tu poder argumentar politicamente. (Entrevista professora A).

A participação da luta coletiva propicia também um processo de conscientização que ocorre no interior de movimentos sociais, como os abordados pela teoria dos movimentos sociais: alguns trabalhos vêm sendo construídos sobre a pedagogia da atividade resultante da organização e resistência das classes subalternas, trabalhadoras e organizadas em movimentos sociais, como, por, exemplo, o conceito de *pedagogia da insurgência* desenvolvido na tese de doutoramento de Cheron Moretti (2014), UNISINOS, um trabalho sobre o movimento zapatista em Chiapas, no México, na qual a autora discute uma pedagogia proveniente da experiência do movimento indígena e camponês em permanente educação da rebeldia e da autonomia.

Outro trabalho convergente a esse, constrói o conceito da Pedagogia da Luta, é a tese de doutoramento de Luiz Américo Araújo Vargas (2012) UFRJ, que traz um estudo sobre as ferramentas utilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil nos processos de enfrentamentos travados, e tem a educação como uma das estratégias políticas do movimento, este estudo coloca o MST como um sujeito pedagógico da pedagogia da luta e da resistência em contraposição a pedagogia hegemônica do capital.

Esses trabalhos dialogam com o objeto de estudo desta pesquisa na medida em que elegem como objeto de pesquisa movimentos sociais com experiências pedagógicas

transformadoras, esses movimentos tem um caráter político e experimentam na sua realidade cotidiana um fazer pedagógico de forma coletiva, baseado nas emergências da vida, e com sentido de transformar a estrutura econômica da atual sociedade.

Colaboram para essa concepção pedagógica com o corte de classe social, os conceitos de Pedagogia de Oprimido (FREIRE, 1967) e Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1996) de Paulo Freire (1984, p. 20) que diz “*se a tomada de consciência abre caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão*”.. Por isso, para Freire, que constrói sua pedagogia na observação de trabalhadores, a educação deve ser libertadora das opressões, e não reproduzir cegamente um sistema de exploração e opressões.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002), a educação para o inconformismo tem que ser ela mesma inconformista. A aprendizagem da conflituosidade dos conhecimentos, tem que ser ela mesma conflitual. O autor propõe a sociologia das ausências e das emergências:

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da *sociologia das emergências*. A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado. (SANTOS, 2002, p. 254).

A pedagogia do conflito, desenvolvida por Moacir Gadotti (2012, p. 85), também é uma variante, dessas pedagogias, no momento que o autor diz que é preciso compreender o processo de mudança das sociedades. Toma a luta de classes, como uma das categorias básicas para a ação pedagógica da transformação. E diz que luta de classes e ideologia se tornam pontos-chaves na visão de mundo de Marx. Estabelece a dúvida e a suspeita dialética, a contradição, a divergência, a desobediência e o desrespeito como mecanismo de questionar a aparência das coisas, chegar até o seu amago, mostrar insubmissão e expressar criticidade. E como uma forma de educar o educador. Esses elementos expressam uma dimensão dessa pedagogia.

Os dois primeiros trabalhos nos mostram que é possível construir uma pedagogia a partir da experiência da educação não-formal, desenvolvida por movimentos sociais. Nesse sentido, é possível dizer, que esta pedagogia da luta dos movimentos sociais, apresentando semelhanças, em relação as suas conclusões, colaboram, no sentido de construir uma linha de estudos próprio, no qual são desenvolvidos estudos sobre a existência de suas experiências. Ela apresenta

particularidades que está relacionado, ao momento histórico, político e ao grupo de pessoas e localidade no qual ela é construída, por isso, seu repertório de ação é particular e pertinente a cada realidade, mas, no que vai do particular ao geral se assemelham na constituição de uma pedagogia contra hegemônica.

Para construir uma analogia entre as ferramentas de luta nestes diferentes movimentos sociais, é possível dizer que no movimento zapatista se tem a conquista do território livre, em forma de trincheiras de luta, no MST, se tem as ocupações de terra, conflituosas, violentas, mas em sua maioria vitoriosas, ao abater o latifúndio e ver a terra repartida e no movimento sindical urbano, neste caso com os(as) professores(as) do Rio Grande do Sul sindicalizados no CPERS, temos as greves de conquistas e resistências, lutando por direitos do trabalho e educação. Diferentes formas de luta, mas que no seu aprendizado colaboram todos para uma única pedagogia: a pedagogia da luta.

Entre outras, as características dessa pedagogia da luta (contra hegemônica) tem sido, a conscientização, a conflitualidade, e a solidariedade.

A conscientização é uma possibilidade resultante da atividade prática de trabalho, condicionada pela materialidade. Um(a) trabalhador(a) pode tomar consciência de sua situação de exploração quando tem seus direitos expropriados pelos donos do capital. Quando seu tempo de aposentadoria é aumentado, seu salário é congelado, suas conquistas anteriores, no processo de trabalho, como férias, décimo terceiro, estabilidade no trabalho, hora atividade, seu plano de carreira é ameaçado. Nesse sentido, a consciência não é apenas uma visão de mundo, uma opção filosófica, mais o resultado da condição da própria materialidade, de uma condição de sobrevivência que é garantida pela sua condição de trabalho assalariado. A priori, os(as) educadores(as) que vivem do seu próprio trabalho, estão submetidos a uma condição de proletários. Mesmo que essa seja, uma categoria composta majoritariamente de mulheres, e através de matrimônio, suas relações sejam atravessadas, pelo pertencimento a outras classes sociais. As consciências, que advém destas classes, são confrontadas com a condição de trabalhadoras e o pagamento de um salário que se quer garante o sustento da família. Evidenciando sua condição de trabalhadoras exploradas e pouco valorizadas como especialistas com curso superior no mercado de trabalho. Essa é a contradição de fundo material que está posta para a categoria de professores(as) estaduais do Rio Grande do Sul.

O próprio processo de conscientização é forjado em um processo de luta explícita, interiorizados pela consciência, e transformados em luta interna, até se transformar em ato

consciente novamente, na qual os indícios da atividade prática, irão desconstruindo a ideologia bem construída através dos aparelhos ideológicos a hegemonia do capital. O processo de contrainformação, e de contra hegemonia ideológica necessita da propaganda de instituições da luta, como o sindicato docente, e os demais movimentos sociais constituídos na lógica contra hegemônica, bem como os partidos políticos.

A categoria tem que saber a hora de parar acho que esse é o principal detalhe assim, e os professores tem que entender que tem que esperar a assembleia para parar, e se você parou antes vai lá votar pra parar, porque se não quem tá em greve vai querer continuar, acho que esse momento pedagógico aí, faltou um pouco sim, acho que a grande vitória da greve foi vitória política do governo, tanto que tu vê partidariamente o PDT saiu da base, o PP saiu da base, por último saiu o PSDB da base então os partidos que davam sustentação ao governo Sartori saíram da base dele, se ele não tivesse uma derrota política que até então não tinha, nos funcionários estávamos bem magoados com eles por n motivos, mas a sociedade como um todo entendia que ele estava resolvendo os problemas que o Tarso tinha deixado, e que estava tirando os direitos de uma classe privilegiada que eram os funcionários públicos, tanto que tá com 24 % das intenções de voto ainda. Então essa derrota política foi o grande ganho, todos os servidores não vão votar no Sartori e o nosso o magistério tem influência em 1 milhão e meio de votos, acho que 1 milhão e 200 vi se girar para algum outro candidato, ainda não tem quem, uns 300 mil in da vão, porque tem base do PMDB que não é pequena dentro do magistério, as direções são muito do PMDB, mas acho que é mais ou menos isso. A grande vitória foi a derrota política do governo, teve vigília para não fechar as fundações, não se conseguiu, mas barrou as privatizações. (Entrevista Professor B).

O que faz um(as) trabalhador(a) docente a aderir a luta da categoria? Não tenhamos uma resposta linear e acabada a essa pergunta, porque ela é múltipla e complexa. Mas é possível fazer uma ligação, que em primeiro lugar, ao seu pertencimento de classe. Porque só um(a) trabalhador(a) pode tomar consciência de sua condição de explorado(a), pois, na sociedade do capital, esse pertencimento está determinado pela sua relação de trabalho, mas, esse pertencimento, nem sempre transforma-se em consciência de classe, porque como dizia Marx (2009, p. 67) “*na sociedade capitalista, a ideologia da classe dominante, é a ideologia de toda a classe de explorados*”. Partindo desse pressuposto, todos os (as) trabalhadores (as) estão inculcados da ideologia do capital, porque estão imersos em uma sociedade, em que essa ideologia se produz e reproduz constantemente, através de estruturas e instituições. Por isso, estes tomam para si os interesses de classe dominante por mais contraditórios que esses possam ser em relação a sua realidade social. Isso é causa e consequência da alienação do trabalho, e,

de forma particular, também do trabalho docente. Sobre isso, é importante dizer que a educação, é concebida por muitos autores, como reprodutora das estruturas e ideologia dominante, autores como Bourdieu e Passeron apud FREITAG (1986) expõem sua concepção de educação:

O sistema educacional é visto como uma instituição que preenche duas funções estratégicas para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução das estruturas de classes. Uma das funções se manifesta no mundo das “representações simbólicas” (Bourdieu) ou ideologia, a outra atua na própria realidade social. (FREITAG, 1986, p. 24).

A conscientização da condição da exploração do trabalho, ou consciência de classe, não influencia somente no processo auto organizativo dos(as) trabalhadores(as) em educação, mas também em seu próprio processo de trabalho, pois a consciência de classe, pressupõe que ao mesmo tempo em que leva os docentes a luta, também os faz tentar fugir da alienação da reprodução da estrutura da sociedade de classes promovendo novos processos de conscientização, está seria a postura de uma luta contra hegemônica, conforme Gramsci (1985, p. 10). Nesta relação dialética entre capital/trabalho, alienação/conscientização, vai se forjando o processo de trabalho da atividade docente. Pois sua matéria-prima que não é feita de aço, como no trabalho metalúrgico, mas sim de consciências que se gestam no processo de ensino.

A tomada de consciência (entendida aqui como consciência de classe), por mais débil que seja (no limiar de uma consciência cidadão), não é um atributo do indivíduo isolado, mas do sujeito histórico. Nesse sentido, é que as condições degradantes da vida podem contribuir para um rebaixamento da consciência política de um segmento da população que vive na luta pela sobrevivência. (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 21).

Existe aí uma contradição intrínseca ao processo de consciência, se por um lado o(a) docente proletário(a), que vive de seu salário está mais suscetível a uma tomada de consciência de classe, tendo em vista, a contradição real, de base material de seu processo de existência, essa mesma condição tida, algumas vezes como degradante, pode o deixar vulnerável numa sociedade regulada pela lei do mercado e do capital.

Ao contrário disso, e essa não é uma situação pouco recorrente, o pertencimento do educador e por excelência da educadora, a uma classe social mais abastada, como por exemplo, a pequeno burguesa, ou um nível de renda, dentro da classe trabalhadora superior à sua própria categoria, diferente da proletária seja ele por nascimento, ou por casamento. Também pode determinar seu envolvimento no processo de luta coletiva e sindical, por que mesmo proletarizada em sua relação de trabalho, ainda conta para sua manutenção e sobrevivência com

um capital ou renda que não depende de sua atividade de trabalho. Essa lógica, principalmente no tocante às mulheres, é pertinente a sociedade patriarcal, na qual a renda destas é vista como complementar na renda familiar. Talvez, por isso, não sintam, tão fortemente as limitações de um salário indigno, e sejam limitadas na sua radicalidade que leva a consciência e ao processo de luta. E também não veem como problema o fato, de serem profissionais de nível superior e receberem menos que seus maridos, que para ter uma renda maior, não necessitam da mesma formação.

No entanto, esta é apenas uma problematização, o pertencimento a outra classe social, como a pequena burguesia, pode ter outras implicações, a não adesão a lutas coletivas, não está determinado somente pela classe, esses(as) docentes podem desenvolver uma visão crítica a respeito de seu processo de trabalho e se inserirem no processo de luta engendrado pela categoria.

É importante fazer algumas considerações acerca do processo de consciência, segundo Marx e Engels apud Filho (2010, p. 33) uma análise acerca dos pressupostos ontológicos da consciência e suas características centrais e específicas, refletem algumas premissas, como as que seguem:

De que a consciência é constituída de um processo histórico e social; b) de que ela se processa dialeticamente, conformando uma síntese entre subjetividade e objetividade, c) de que a consciência é o que caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sobre sua realidade e age intencionalmente para modificá-la. Partindo dessas premissas Marx e Engels apontam para as diferenças qualitativas entre ser natural e ser social, para uma análise acerca da especificidade da consciência humana. (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 33).

É importante pontuar que existem vários níveis de comprometimento com o processo de luta, é que num momento favorável ao embate entre categoria e governo, são inúmeras ações que concatenadamente se coadunam para conformar uma ação maior. Existem aqueles(as) educadores(as) que participam da atividade sindical por força das circunstâncias, como em uma ação de mobilização do sindicato contra a retirada de direitos trabalhistas. Desse modo, esses são os que se mobilizam esporadicamente na luta contra a perda de direitos. E existem aqueles que se mobilizam frequentemente e são desmotivados pela não participação de seus pares no processo de luta; e há os que se mobilizam sempre, e além disso, são peças-chaves na mobilização do conjunto da categoria, esses recebem o nome de militantes e estão quase sempre vinculados a uma corrente sindical, e ou a uma organização partidária. E em contraposição a eles(as), há os que não se mobilizam nunca, eles podem ter motivação diversas, desde a origem

de classe, a atual classe a que pertencem, a concepção ideológica da educação enquanto vocação, o comprometimento com governos e políticos locais, e o conformismo e alienação puros, alguns desses fatores ou todos juntos podem determinar a inação sindical de um(a) educador(a), esses comportamentos além de denunciar uma passividade da categoria frente a ação do capital, podem transformar-se em atitudes de criminalização daqueles(as) que lutam, fazendo eco aos aparelhos ideológicos do Estado da sociedade burguesa, como a mídia, e os seus telejornais.

Já dizia Freire (1996, p. 27) ser educador(a) e não lutar é uma contradição epistemológica, simplesmente, porque na sociedade do capital, os educadores(as) são assalariados(as), e se são assalariados(as) são explorados, ao que se traduz, ser explorado(a) e não lutar é uma contradição epistemológica, pois atua contra os interesses de classe. Apenas em uma sociedade sócio metabolicamente doente, o oprimido sente falta, dos mecanismos que promovem sua opressão. Isso é possível, mas não é a regra, e o que faz esse “sentir a falta”, é exatamente a ideologia do capital, com seu fetiche sobre a mercadoria, oferecendo possibilidades de ascensão social, através do consumo e da possibilidade de possuir bens que o trazem a felicidade em contraposição a vida comunitária e a valorização de bens não mercantis.

Nesse sentido, é possível dizer que a consciência possui um papel ativo na construção da realidade social (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 34). Passando de uma posição de inércia política em prol dos seus interesses de classe para uma posição ativa na luta por direitos e da questão salarial, temos um fenômeno que Lukács apud Iasi (1999, p. 34) chama de “consciência em si” e “para consciência para si”. Em relação a essa passagem Euzébios Filho (2010) vai dizer:

Somente quanto os sujeitos se apropriam “para si” da realidade, está dada a possibilidade de eles a construírem conscientemente e, a partir daí, desenvolverem suas individualidades, expandirem as singularidades, produzirem sentido para aquilo que vivem, para a natureza e para as próprias relações sociais. A tomada de consciência de si, no plano da individualidade, é concomitante ao aparecimento de uma realidade genérica, que passa então, a ser orientada pela ação dos indivíduos reais e não pelas forças da natureza. Trata-se do aparecimento do ser social, que, diferente, de qualquer animal, não vive preso aos caprichos da natureza e do seu próprio instinto. (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 34).

Para Marx apud Euzébios Filho (2010) a consciência é concebida através do materialismo histórico e dialético em que a unidade dialética entre objetividade e subjetividade é o pressuposto filosófico para a sua existência. Euzébios Filho (2010) vai explicar essa mudança que ocorre na consciência quando ocorre a “consciência para si”,

A consciência da classe “para si” não se caracteriza por uma simples mudança de opinião sobre a realidade, pois se trata de um processo de mudança na forma de se relacionar com o mundo, uma forma de se relacionar com o gênero humano. Nesse sentido, buscaremos traçar alguns parâmetros acerca da consciência de classe em movimento, entendendo que uma consciência de classe “para si” é capaz de reconhecer sua condição concreta como imperativo que identifica e separa classes sociais antagônicas, o que pressupõe o engajamento em tarefas políticas que estão colocadas para a superação da realidade social e econômica empreendida pelo capitalismo. (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 53).

Com isso é possível, identificar que a atividade política é fundamental na constituição da “consciência para si”, que não é apenas individual, mas histórico e social e por isso construída no processo coletivo.

Na constituição da consciência Triviños (2006) vai dizer que a prática é um elemento fundamental, “ela é uma teoria que representa na consciência o fenômeno material elaborado e organizado como fenômeno espiritual” (TRIVIÑOS, 2006, p. 121). Esse fenômeno espiritual pode, novamente, transformar-se em fenômeno material através da linguagem oral e ou escrita, ou simplesmente da prática, e é captado pela consciência.

Relacionando o debate sobre a prática de Triviños (2006) a consciência “para si”, a consciência pode ser elaborada através de um processo de compreensão sobre essa prática, e é o conteúdo dessa interpretação que irá dizer o caráter dessa consciência, podendo ela, constituir-se dentro de um quadro de relações de trabalho contraditórias, em consciência revolucionária, ou seja, consciência “para si”.

O processo de captar a prática, enquanto consciência revolucionária, e estabelecer uma relação de criticidade da consciência para a prática e da prática para a teoria, gera um processo a qual Marx (1984) chama de práxis revolucionária.

A doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Daí que ela tenha de dividir a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima dela. A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou transformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionária. (MARX, 1984, p. 108).

Teoria, entendida enquanto um conjunto sistematizado de ideias que visam a compreender, explicar e interpretar o mundo objetivo. Porém para realizar tal processo, não é necessário ir à essência desses fenômenos, uma vez que eles podem ser compreendidos através da experiência. Para se ir à essência dos fenômenos é necessária uma teoria que o permita.

É possível dizer que todo o processo de consciência tem uma origem material, no qual ocorre a sua mediação das transformações das condições objetivas e subjetivas através da prática, prática, entendida, enquanto prática social. A prática é uma condição para a formulação do conhecimento. Nesse sentido, Triviños (2006) diz:

Como a prática exerce a sua influência sobre o conhecimento? Para dar uma resposta a esta questão, é conveniente lembrar que a prática é, ao mesmo tempo, um processo que se manifesta socialmente e como transformação da realidade objetiva. Sendo assim, a prática é a base do conhecimento, isto é, que através dela, nós podemos conhecer a realidade objetiva, captar suas relações, suas propriedades, sua essência. Mas a prática não é só a base do conhecimento, é ponto inicial dele, algo que o movimenta que é sua origem. Desta maneira, o conhecimento não se opõe à prática, já que está o origina. (TRIVIÑOS, 2006, p. 135).

Nesse sentido, é importante, considerar a atividade prática dos(as) professores(as) que participam de correntes sindicais e das atividades sindicais (repertórios de luta), como atos, passeatas, panfleteações, assembleias, greves e manifestações, no sentido de que a sua prática social de protesto constitui, constantemente, a consciência da luta.

Segundo o professor B, na greve teve um avanço na consciência de classe,

Importante ter nítido que tinha que se derrotar o discurso do governo que a maioria dos professores tinha isso nítido e até acho que isso foi um avanço de consciência de classe e depois de outubro começou a pressão de volta, mas mesmo ainda de outubro a novembro, no mês de novembro teve 3 assembleia pra volta e foi aí três assembleia que a base derrotou a direção. (Entrevista professor B).

Uma das dimensões da consciência da luta é a sua dimensão histórica, no momento em que sua existência contribui para a recuperação do histórico das lutas da classe trabalhadora. Da presença/ausência dessa consciência histórica é possível distinguir dois tipos de comportamento dos trabalhadores: uma é expressa naqueles que reconhecem esses processos históricos e por isso sabem da necessidade da existência das lutas para a continuidade do processo de conquistas de direitos até a emancipação; o segundo tipo, são trabalhadores(as) desprovidos de consciência histórica ou, na definição de Lukacs (1989), a sua reificação, e que portanto, não reconhecem a necessidade da organização e da luta para conquista e permanência de direitos, apresentando uma consciência falsa da realidade, esses (as) apenas se beneficiam das conquistas das lutas de sua classe social, mas desfrutam dessas conquistas como fato dados, naturais e a-históricos, ou, apenas como concessões dos governos e patrões.

O fenômeno da conscientização é determinado pelo ser social, que é um ser em atividade, por isso a referência do professor B há uma “certa consciência” do que estavam fazendo:

Eu aderi por que é a forma, é um instrumento de luta da classe trabalhadora, além disso a gente teve um processo de preparação desta greve com aulas públicas, a minha adesão não se deu somente a isso porque eu já estava engajado no processo do sindicato, então tipo tinha uma certa consciência do que estava fazendo, inclusive ajudei a fazer as aulas públicas. (Entrevista professor B).

A greve gera uma consciência política no exercício da democracia, dos limites e possibilidades da ação. A ação ensina, e é neste ciclo de consciência, teoria e ação que se gesta o fazer democrático. A participação nos fóruns de debate, discussão e deliberação da categoria, o convívio com colegas na escola, o contato com os alunos, as atividades conjuntas proporcionam e delineiam os passos para uma educação política. A greve só foi possível porque teve um sentido/um significado para cada um(a) dos(as) professores(as) e para a categoria no seu conjunto. Entrar nela foi uma escolha que te fez parte (participante) de uma negociação coletiva que durou 93 dias.

O seu desenvolvimento demonstrou os limites de cada grevista dentro da conjuntura, sobretudo, os limites impostos pelo Estado, no seu projeto de desmonte da Educação. A luta traz a consciência, como disse a professora D, juntos somos mais fortes, é necessário unir para lutar, unir aqueles que o capitalismo separa pela clivagem de gênero, de raça, de classe, etc. Quando a greve chega ao fim, no final do ano letivo, depois de uma grande luta travada, para aqueles que experimentavam sua primeira, ou uma de suas primeiras greves, como o professor B, a oportunidade de desafiar uma instituição poderosa e defender um projeto, gestado no fazer do protesto, e da democracia. Já para aqueles que estão de saída da categoria por aposentadoria, como a professora A, a certeza de ter cumprido a tarefa de defesa da educação pública, e a certeza de que as greves não são mais as mesmas, *“pois antes reivindicávamos direitos, agora lutamos para não perder o que já se têm”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A greve do CPERS de 93 dias ocorrida em 2017 faz parte de um ciclo de protestos que teve início em 2015 contra o parcelamento e o congelamento de salários imposto ao funcionalismo público pelo governo estadual José Ivo Sartori.

Ela pode ser dividida em três períodos, o primeiro é o período de preparação, entre agosto e setembro, onde se prepara um discurso com fortes argumentos contra o governo e se mobiliza a categoria para a adesão, neste período ocorrem paralisações e aulas públicas, logo após ela caracteriza-se como uma greve de massas. Devido à ampla adesão pela categoria, neste período ocorre duas assembleias, em 29 de setembro e 31 de outubro que decidem pela continuidade da greve, e o terceiro período depois de outubro quando ocorre a volta de muitos docentes as aulas, ocorre uma disputa no movimento, e depois de mais duas assembleias gerais da categoria, nos dias 10 e 24 de novembro, a greve transforma-se em greve de vanguarda.

Essa greve pode ser classificada a partir de seus resultados como uma greve política, no sentido proposto por Momezzo (2007), pois mirava o desgaste político do governo estadual na sociedade. Seus resultados não foram imediatos, a partir do momento em que não tiveram as suas reivindicações atendidas, mas poderão ser medidas, por exemplo, no resultado eleitoral das eleições. Internamente, ou seja, para dentro da categoria é possível perceber a hegemonização de um discurso contra o governo que coesionou a categoria no embate.

Essa também pode ser classificada como uma greve de resistência, tendo em vista que seus participantes lutavam contra a retirada de direitos e estavam irredutíveis a esta política governamental.

Um dos aprendizados, que é possível retirar desse processo de greve, consiste no comprometimento dos grevistas com as deliberações coletivas. Em suma, não é possível comprometer-se com uma posição em assembleia e chegar na escola e aplicar outra.

Outro aprendizado diz respeito ao poder central. Em tempos de neoliberalismo, o governo estadual segue à risca o receituário neoliberal com o enfraquecimento do Estado, através do fechamento das Fundações, a tentativa de privatização do ensino básico e o descaso com os(as) professores(as) estaduais. Por isso, esses são tempos de resistência e, a greve, nesse contexto, foi a arte de resistir a essa política. Essa foi uma forma de apreender a resistência.

O acompanhamento da negociação e a consciência dos limites da ação, assim como o aprendizado em cada atividade desenvolvida, fazem parte de uma educação política, que é desafiadora, pois exercida contra um poder instituído. A partir dos conflitos e do tensionamento

conhecido nesta ação coletiva vão se estabelecendo os sentidos da participação, que no movimento sindical conhecem uma forma radicalizada de democracia.

Por último, entre aqueles que participaram, os chamados grevistas, devido a luta, coletiva se desenvolveu um sentimento de pertencimento a um grupo social, através da homogeneização do discurso, seja através dos problemas em comum enfrentados que reforçam seus laços de solidariedade e contribuíram na construção de uma identidade coletiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184. jan./abr. 2008

ALVEZ, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil**: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2002.

AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos do; PERONI, Vera Maria Vidal. **A trajetória da gestão democrática da educação na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (1985 –2001)**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ANDERSON, Perry. **Pós neoliberalismo**: Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

ANTUNES. Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DO INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR. Temer sanciona reforma do ensino médio e aumento de carga horária. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/temer-sanciona-reforma-do-ensino-medio-e-aumento-na-carga-horaria/>. Acesso em: 12 out. 2017.

BARROS, André; AGUIRE, João; MOTANS, Renato. **Vade Mecum Civil**. São Paulo: Método, 2014.

BENSÄID, Daniel. **Os irredutíveis**: Teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU. Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2017. Notas Estatísticas 2018. INEP. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

_____. Senado Federal. Lei da Reforma do Ensino Médio. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>. Acesso em: 16 jan. 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Resumo técnico: Censo da educação superior 2014. Brasília, 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Resumo técnico: Censo da educação superior 2015. Brasília, 2015.

_____. Senado Federal. A Proposta de Emenda Parlamentar nº55, de 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Anuário Brasileira da Educação Básica. 2012.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei Nº9394, 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: 15 jan. 2019.

BULHÕES, M. da G.; ABREU, M. **A luta dos professores gaúchos (1979/1991): o difícil aprendizado da democracia**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CAMPOS, Marlon. **Trabalho docente e saúde mental : um estudo com professores e professoras da rede pública estadual**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018.

CARTA CAPITAL. O atraso dos salários do funcionalismo público viola lei e constituição. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/04/29/o-atraso-de-salarios-do-funcionalismo-publico-viola-a-lei-e-a-constituicao/>. Acesso em: 8 jul. 2018.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Práticas de cuidado e trabalho docente**. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã/ Fapesp, 1999.

Censo Escolar da Educação Básica 2015. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Educação. 2016.

CUT. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. 2017. Disponível em: <http://cutrs.org.br/governo-sartori-promete-ao-cpers-que-estudantes-em-escolas-ocupadas-nao-sofrerao-repressao/> Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Governo Sartori promete ao CPERS que estudantes das escolas ocupadas não sofreram repressão. 2017a. Disponível em: <http://cutrs.org.br/governo-sartori-promete-ao-cpers-que-estudantes-em-escolas-ocupadas-nao-sofrerao-repressao/> Acesso em: 15 abr. 2017.

CHAZEL, François. Movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond (Dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHERON, Zanini Moretti. **Nosso norte é o sul**: A colonialidade do conhecimento e a pedagogia da insurgência na América Latina. São Leopoldo: Unissinos, 2014.

CNTE. CONFERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. A evolução do valor do piso. 2015. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/educacao-na-midia/14988-professores-do-rio-grande-do-sul-tem-o-vencimento-basico-mais-baixo-do-pais.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CORREA, João Jorge. **A história do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

CPERS/SINDICATO. CENTRO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO SUL/SINDICATO. 2017. Disponível em: <http://cpers.com.br/historia-introducao/>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Quadro de greves do CPERS/Sindicato. 2018. Disponível em: http://www.cpers.org.br/imagens/historia/historico_das_greves_do_cpers.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. Estado renovará contratos de 20 mil professores temporários. 2017. Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2017/04/estado-renovara-contratos-de-20-mil-professores-temporarios-9771392.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

DIEESE. Estudos e Pesquisas. Balanço das Greves em 2016. Nº79. Dezembro de 2015.

DIEESE. Estudos e Pesquisas. Balanço das Greves em 2016. Nº84. Agosto de 2017.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais**. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, maio/ago. 2017 ISSN 1982-0259

ESTADO DE SÃO PAULO. Mapa- sindicatos dizem que 17 Estados não pagam o piso salarial dos professores. <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,sindicatos-dizem-que-17-estados-nao-pagam-o-piso-salarial-dos-professores,847406,0.htm>. Acesso em: 15 nov. 2011.

EUZÉBIOS FILHO, Antônio. **Sujeito e Consciência: entre a alienação e a emancipação**. Campinas: PUC- Campinas, 2010.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educ. Pesqui.** [online], v.32, n. 2, p.225-240, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 37.ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo. Editora Moraes: 1980.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**. Introdução a Pedagogia do Conflito. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GAUCHA ZH. Governo do RS paga salários de até 1,5 mil nesta sexta-feira. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/06/governo-do-rs-paga-salarios-de-ate-r-15-mil-nesta-sexta-feira-cjj0gn0i30hpl01pay3i2qayk.html> Acesso em: 08 jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, maio/ago. 2011.

GRASMCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Contra o neoliberalismo: mas de que jeito?** Ed. Crítica Marxista, 1998.

HIRATA, Helana; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do trabalho do Care**. São Paulo: Atlas, 2012.

IASI, Mauro. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

JOHNSON, Allan G. **The Gender Knot – Unraveling our Patriarchal Legacy**. Filadélfia: Temple University Press, 1997.

LINDEN, Marcel Van der. **Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

LOPES, Beliza. Stasinski. Narrativas autobiográficas sobre greves do CPERS/sindicato de 1991 a 2016. Acesso Livre, v. 8, p. 23-40, 2017. Disponível em: https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2017/12/02_narrativas-autobiograficas-sobre-greves-do-cpers-sindicato-de-1991-a-2016.pdf. Acesso em: 17 jan. 2019.

LOPES, Eliane Marta Texeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Elfos; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Ao som das sinetas do sacerdócio à confiança na luta movimentos docentes na rede pública estadual do rio grande do sul. (1979 – 1991)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Teses de Feubach**. Moscovo: Editorial Avante, 1982. Edições Progresso Lisboa.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

MARX, K. ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Ed. Eletrônica Ridendo Castigat Mores, 1999.

MC LAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia Revolucionária na Globalização**. Tradução de Marcia Moraes. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MELLO, Elena Maria Billig; LUCE, Maria Beatriz. **A política de valorização e de profissionalização dos professores da educação básica do Estado do Rio Grande do Sul (1995-2006): convergências e divergências**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MOMEZZO, Marta Casadei. **A greve em serviços essenciais e a atuação do ministério público do trabalho**. PUC: São Paulo, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NETTO, José Paulo. **Aula “Introdução ao método de Marx”**. Brasília, UNB, 2016.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Nota da Esclarecimento de 11 de Setembro de 2015. Acesso em: 08/07/2018 Em: <http://cpers.com.br/cpersteste/?p=8927>

Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2015: ano base 2015 / Lidyane Lilian Lima, organizadora. – Brasília: ABMES Editora, 2017.

OZORIO, Maria Beatriz Vieira Branco.;ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias de uma escola em greve: reminiscências de professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha - Porto Alegre/RS (1979-1990)**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ROCHA, Rayanne Ismael. O direito de greve na legislação brasileira. Portal da Internet Âmbito Jurídico. 2017. <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?> Acesso em: 27 jun. 2018.

ROESLER, Atila da Rold. O atraso dos salários do funcionalismo público viola lei e constituição, Carta Capital, 2016. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/04/29/o-atraso-de-salarios-do-funcionalismo-publico-viola-a-lei-e-a-constituicao/>. Acesso em: 08 jul. 2018.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Da austeridade ao desmonte: dois anos da maior crise da história, Le Mont Diplomatique, 2 maio, 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/da-austeridade-ao-desmonte-dois-anos-da-maior-crise-da-historia/>. Acesso em: 12 out. 2017.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, Luciana dos; COSTA, Reginaldo Rodrigues da; TREVISAN, Tatiana Santini. **Pesquisa ação e participante**: suas contribuições para o conhecimento científico. Minas Gerais: ANPED, 2004.

SAVIANI. Dermeval. Educação. **Do senso Comum à consciência filosófica**. 19.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHMITZ, Heribert. **O MST à luz das teorias dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais na América Latina**: Revisando as teorias. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 2009.

SILVA, Camilla Croso; AZZI, Diego; BOCK, Renato (Org.). **Banco Mundial em foco**: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na América Latina. Disponível em: http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2348/1/banco_mundial_em_foco.pdf. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Clara Lisandra De Lima Rodrigues; GONÇALVES, Carla. **Sobre o mal-estar docente**: constituindo percepções a partir de um grupo de professores da rede pública estadual de ensino do RS. Pelotas: UFPEL, 2014.

SILVA, José Alexandre da. Ideologias e ciência social, uma reflexão atual. **Revista HISTEDBR**, Campinas, número especial, p. 423-426, abr. 2011.

STRECK, Danilo R. **Rousseau & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

STRECK, Danilo Romeu; PITANO, Sandro de Castro; MORETTI, Cheron Zanini. Educar pela participação, democratizar o poder: o legado freireano na gestão pública. EDUR Educação em Revista, *Educ. rev.* [online]. 2017, vol.33, e167880. Epub Nov 13, 2017. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698167880..> 2017.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**: Reading, Mass: Addison-Wesley, 1978.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. A dialética Marxista e a Prática Social. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 121-142, maio/ago. 2006.

VARGAS, Luis Américo Araújo. **Por uma pedagogia da luta e da Resistência**. A educação como estratégia política no MST. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC-Mestrado e Doutorado em Educação

Projeto de Dissertação: “Pedagogia da Luta: Greves de Conquista e Resistência do CPERS/Sindicato em Tempos de Neoliberalismo”

Mestranda: Beliza Stasinski Lopes

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Entrevistado/a:

Local da entrevista:

Data de realização da entrevista:

Horário de início:

Horário de Término:

Entrevista

Problema de Pesquisa: Qual o significado pedagógico da greve e das ações de protestos impulsionada pelo CPERS/Sindicato, em 2017, e os sentidos da participação no processo de educação política para a categoria frente a desvalorização do trabalho docente?**Objetivo Geral:** Compreender os significados pedagógicos da greve e das ações de protestos impulsionada pelo CPERS/Sindicato, em 2017, bem como os sentidos da sua participação para a educação política frente a política de desvalorização do trabalho docente.

Roteiro de Perguntas Bloco 1:

- Compreender como os(as) professores(as), dirigentes e de base do sindicato, **significam pedagogicamente** a greve e ações na luta ocorrida em 2017.

AGRUPAR PERGUNTAS ORIENTADAS PARA O SIGNIFICADO PEDAGÓGICO DA GREVE E DAS AÇÕES DE PROTESTOS OCORRIDAS EM 2017.

Roteiro de Perguntas Bloco 2:

- Identificar as diferentes **formas de participação** dos/das professores/as na greve e nas ações de protestos e **os sentidos atribuídos à participação para a sua educação política.**

AGRUPAR PERGUNTAS ORIENTADAS PARA AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO E OS SENTIDOS PARA/DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

Roteiro de Perguntas Bloco 3:

- Analisar o **processo educativo da negociação** coletiva da greve, identificando indicadores de participação da greve do CPERS/Sindicato em 2017.

AGRUPAR PERGUNTAS ORIENTADAS PARA O PROCESSO EDUCATIVO DA NEGOCIAÇÃO

Grupo 1

- 1-Quando e porque você aderiu a greve?
- 2- Qual o significado da greve? E seu significado pedagógico?
- 3-O que você acha que impulsionou a greve pra frente?

Grupo 2

- 4-Durante a greve você realizou alguma atividade? Quais atividades?
- 5-Você participou de algum espaço de decisão, como as notícias chegaram até você?
- 6-O que foi mais importante nessas atividades?
- 7-Para você é possível dizer que a greve contribui para uma educação política?
- 8--Para você o que é educação política?

Grupo 3

- 9-Você se sentiu pressionado de alguma forma durante a greve?
- 10-Você acha que a greve é um esforço da categoria ou da comunidade?
- 11--Quais são os elementos de tensão numa greve?
- 12-Qual a parte mais difícil para quem faz uma greve?
- 13-Existe alguma estratégia do medo?
- 14-O que é possível apreender com a greve em relação a sociedade, ao governo, e a categoria?
- 15-Qual o ponto decisivo sobre a escolha de voltar a dar aula? Quando você voltou?
- 16-Como você caracterizaria esta greve, de ampla adesão, ou adesão minoritária, em que momentos e porquê?

ANEXO A- TERMO DE ACORDO DE GREVE

TERMO DE ACORDO DE GREVE

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Educação, e o CPERS/Sindicato, visando a perfectibilização de uma agenda positiva a partir das negociações desenvolvidas nos últimos três meses, bem como considerando a análise da pauta de reivindicações entregue ao término da Greve do Magistério Público Estadual, acordam o que segue:

Cláusula primeira. O compromisso com a integralização do ano letivo é o cerne das ações da SEDUC e do CPERS/Sindicato, sendo a recuperação das aulas preocupação central das partes manifestada neste documento.

Cláusula segunda. Após a integralização do ano letivo de 2017, os docentes terão asseguradas as férias de 45 dias, as quais serão distribuídas em dois períodos: 30 dias, imediatamente após a conclusão do Calendário 2017, e 15 dias, no recesso de julho, de acordo com o calendário de 2018. Aos servidores de escola, estarão garantidos 30 dias de férias, consoante calendário organizado pelas direções das escolas, resguardado o pleno funcionamento do estabelecimento de ensino.

Cláusula terceira. Em consonância com o entendimento estabelecido nas últimas reuniões, é necessária a integralização do calendário escolar 2017. Dessa forma, em conformidade com o Parecer CEEEd nº 04/2017, nos itens 6.7 e 6.8, o Calendário Escolar de 2017, reelaborado após a finalização da Greve do Magistério Público Estadual, uma vez aprovado pelo Conselho Escolar de cada Estabelecimento de Ensino, deverá ser homologado pela Mantenedora para validação.

Subcláusula única. O referido Parecer, no item 6.9, reforça a importância do Conselho Escolar para a gestão democrática do ensino, destacando a sua efetiva participação nas decisões a serem tomadas no âmbito de cada instituição. Independente de ser Calendário regular ou de recuperação, a homologação pela Mantenedora é condição necessária para sua efetiva realização.

Cláusula quarta. No que concerne à Ação nº 70075941690, ficou acordado que não será mais requerida, pelo Governo do Estado, a extinção desse processo. De igual modo, o CPERS/Sindicato deixará, também, de requerer a extinção do Mandado de Segurança nº 70075394957. Sendo que a continuidade da tramitação na esfera judicial de tais ações em nada prejudica o cumprimento efetivo do acordo de recuperação das aulas.

Cláusula quinta. Quanto ao compromisso já manifestado acerca da não punição de grevistas, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação, em cumprimento à expressa disposição legal constante no parágrafo único do artigo 7º da Lei nº 7.783/1989, compromete-se também em não proceder à

dispensa dos contratados temporários por fatos relacionados ao contexto da greve deflagrada em 05/09/2017.

Cláusula sexta. No tocante à licença para o exercício de mandatos classistas, demanda essa que havia sido apresentada pelo CPERS/Sindicato, o governo do Estado irá obedecer à legislação vigente.

Cláusula sétima. A fim de consolidar uma agenda positiva com o CPERS/Sindicato, sobretudo em face de estarmos muito perto de encontrar o ponto de equilíbrio das finanças do Estado, em razão das próprias medidas adotadas, o governo do Estado compromete-se com a retirada da PEC 257/2016 (Proposta de Emenda à Constituição Estadual), a qual se encontra ainda em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado.

Cláusula oitava. O governo reafirma o que havia proposto em outras ocasiões: uma mesa de negociação, oportunidade para que sejam abordados todos os desafios da qualidade do ensino e valorização do magistério e dos agentes educacionais, tendo o aluno como foco principal.

E por terem ajustadas as condições estabelecidas neste termo de acordo de greve, subscrevem o presente documento.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.


Ronald Krummenauer,
Secretário de Estado da Educação.


Helenir Aguiar Schürer,
Presidente do CPERS/Sindicato.